

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

BALANÇO SOCIAL

2017

AMMVI





SUMÁRIO

04 Mensagem do Presidente

08 AMMVI

18 Secretaria Executiva

40 Assessoria de Comunicação Social

58 Administrativo e Institucional

62 Assessoria Contábil e Orçamentária

68 Assessoria Econômica e Fazendária

80 Tecnologia da Informação

84 Assessoria Jurídica

92 Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia

116 Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente

LISTA DE SIGLAS

ACS: Agentes Comunitárias de Saúde

Agir: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí

Alesc: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

AFM: Auxílio Financeiro aos Municípios

Amavi: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

Amfri: Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí

AMMVI: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí

ANA: Agência Nacional de Águas

ANM: Agência Nacional de Mineração

Aprece: Associação dos Municípios do Estado do Ceará

CAE: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Casan: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CAT: Câmara de Assessoramento Técnico

CCJ: Comissão de Constituição e Justiça

Cegema: Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Meio Ambiente

Ceops: Centro de Operação do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu

CERH: Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CFEM: Compensação Financeira pela Exploração Mineral

CFRH: Compensação Financeira dos Recursos Hídricos

CGMAS: Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social

CGU: Controladoria Geral da União

Ciaps: Consórcio Intermunicipal de Atendimento Psicossocial

CIB: Comissão Intergestora Bipartite

Ciga: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Cimvi: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

CMA: Comissão de Meio Ambiente

CMO: Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CNM: Confederação Nacional de Municípios

COAS: Colegiado de Assistência Social das Associações dos Municípios Catarinenses

Coegemas: Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social

Conama: Conselho Nacional do Meio Ambiente

Consema: Conselho Estadual de Meio Ambiente

Cosasc: Colegiado dos Secretários Municipais de Agricultura de Santa Catarina

CTConf: Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação

Deinfra: Departamento Estadual de Infraestrutura

Denatran: Departamento Nacional de Trânsito

Dime: Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico

Dirf: Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

Dnit: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DNPM: Departamento Nacional de Produção Mineral

DOU: Diário Oficial da União

EC: Emenda à Constituição

Epagri: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

ETA: Estação de Tratamento de Água

Fatma: Fundação do Meio Ambiente

Febraban: Federação Brasileira dos Bancos

Fecam: Federação Catarinense de Municípios

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fiesc: Federação das Indústrias de Santa Catarina

FPM: Fundo de Participação dos Municípios

Funasa: Fundação Nacional de Saúde

Fundam: Fundo de Apoio aos Municípios

Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Fundosocial: Fundo de Desenvolvimento Social

Funset: Fundo Nacional de Segurança e Educação para o Trânsito

Furb: Universidade Regional de Blumenau

Granfpolis: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INPC: Índice de Preços ao Consumidor

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

IR: Imposto de Renda

ISS: Imposto sobre Serviços

IUC: Programa Internacional de Cooperação Urbana

LC: Lei Complementar

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA: Lei Orçamentária Anual

MP: Medida Provisória

MPSC: Ministério Público de Santa Catarina

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PEC: Projeto de Emenda à Constituição

PL: Projeto de Lei

PLC: Projeto de Lei Complementar

PMSB: Plano Municipal de Saneamento Básico

PPA: Plano Plurianual

PSA: Pagamento por Serviços Ambientais

Rais: Relação Anual de Informações Sociais

RAP: Restos a Pagar

RPPS: Regime Próprio de Previdência Social

Samae: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

SDS: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEF: Secretaria de Estado da Fazenda

Sefisc: Sistema Eletrônico Único de Fiscalização e Contencioso

Sidems: Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Sinapi: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

SSP: Secretaria de Estado da Segurança Pública

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

TCE/SC: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

TCPO: Tabela de Composições e Preços para Orçamentos

UE: União Europeia

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UPA: Unidade de Pronto Atendimento

Uvesc: União dos Vereadores de Santa Catarina

VA: Valor Adicionado



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Fundada em 2 de agosto de 1969, em meio ao crescimento do movimento municipalista catarinense, a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) vem participando da construção da história de Santa Catarina e contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável do Médio Vale.

Nestes 48 anos de trabalho pelo Médio Vale, a AMMVI firmou relevantes parcerias com entidades de fiscalização, esferas de governo e instituições representativas que garantiram às administrações públicas municipais modernização dos processos, cumprimento das legislações e atendimento aos pleitos dos agentes políticos.

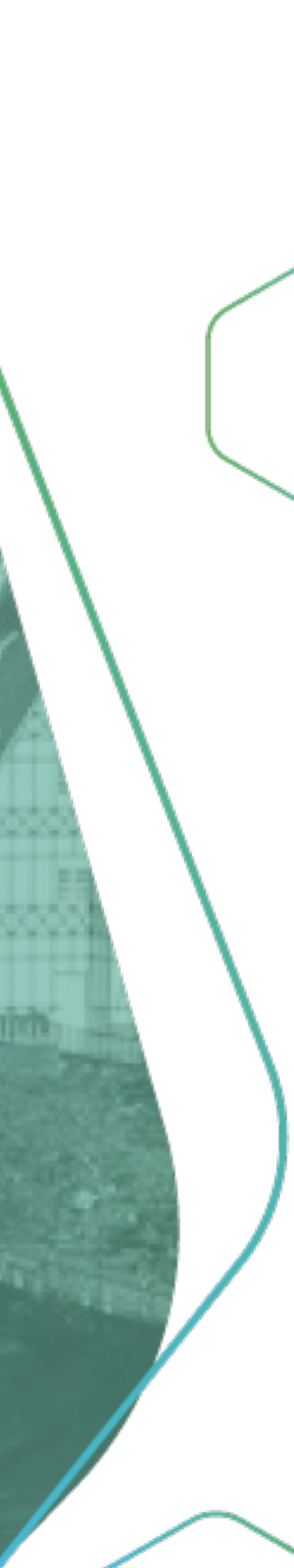
As reivindicações são anualmente renovadas e as ações com enfoque em gestão municipal são construídas coletivamente para atender as demandas dos municípios. Por isso, a atuação estratégica da Associação vem ganhando força e contribuindo para as conquistas ora acumuladas.



Este caminhar pelo municipalismo trouxe significativas vitórias aos municípios e a garantia de recursos outrora almejados. Por isso, este relatório de atividades traz um pouco do trabalho desempenhado pela AMMVI em 2017, apresentando suas ações nas áreas político-institucional e de assessoria. O trabalho técnico da entidade tem garantido que os municípios sigam os parâmetros legais e sejam modelos de desenvolvimento e modernização.

José Luiz Colombi
Presidente da AMMVI
Prefeito de Botuverá





AMMVI

AMMVI

A necessidade de promover a integração e a organização dos municípios da região do Médio Vale do Itajaí fez surgir o movimento para o nascimento da AMMVI. Em 1969, a Fundação Universitária de Blumenau - atual Furb, por meio do seu Instituto de Planejamento e Processamento de Dados, elaborou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado.

Em 23 de julho do mesmo ano, os prefeitos foram convidados para os atos de discussão e aprovação do estatuto que, em assembleia geral de constituição, realizada em 2 de agosto de 1969, nas dependências da Universidade, aprovou o Estatuto Social e, assim, fundou a AMMVI.

A entidade foi a 9ª associação microrregional a ser instituída, o que fortaleceu o movimento municipalista catarinense e colaborou para a fundação da Fecam.











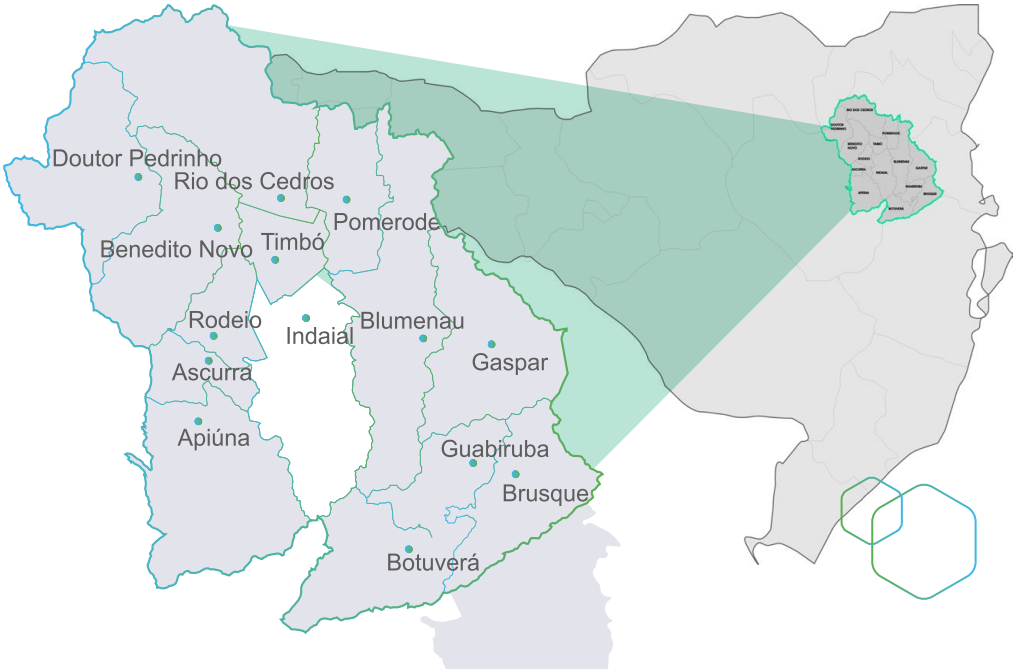
A AMMVI é uma entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, independente e apartidária, com o objetivo de fortalecer a autonomia dos municípios do Médio Vale.

A trajetória da AMMVI é marcada pela defesa dos direitos dos municípios, integração e desenvolvimento regional com vistas a uma administração pública municipal moderna e transparente.



Atualmente a Associação é constituída pelos municípios:

- Apiúna
- Ascurra
- Benedito Novo
- Blumenau
- Botuverá
- Brusque
- Doutor Pedrinho
- Gaspar
- Guabiruba
- Indaial
- Pomerode
- Rio dos Cedros
- Rodeio
- Timbó



1. MISSÃO

Assessorar as administrações públicas municipais nas suas diversas áreas de atuação por meio da prestação de serviços e representatividade político-institucional, promovendo o desenvolvimento regional, a cooperação intermunicipal e a modernização da gestão pública.

2. VISÃO

Ser reconhecida como referência de Associação de Municípios no apoio e no assessoramento à ampliação da capacidade administrativa, econômica e social dos municípios e na promoção do desenvolvimento regional.



3. VALORES

- Integração: atuar regionalmente e fomentar a integração dos municípios associados.
- Cooperação: interagir com esferas de governo e entidades congêneres com vistas aos interesses dos municípios.
- Autonomia: atuação técnica apartidária, com vistas à manutenção da impessoalidade.
- Comprometimento: agir com determinação para atingir e superar os resultados esperados.
- Transparência: adotar processos claros e voltados à publicidade dos atos.
- Sustentabilidade e responsabilidade social: agregar e fomentar iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável e às causas sociais e ambientais que contribuem para a melhoria de vida dos cidadãos.
- Moralidade: agir conforme os preceitos éticos e em harmonia com as políticas internas.
- Eficiência: perseguir a excelência nos processos e atividades com vistas à otimização de recursos.

4 ATUAÇÃO

A Associação atua pelo fortalecimento e pela autonomia dos 14 municípios do Médio Vale do Itajaí, defende os pleitos municipalistas junto às esferas de governo e fomenta o desenvolvimento regional

Como entidade de convergência dos interesses dos municípios associados, a AMMVI proporciona o aperfeiçoamento e a modernização da gestão pública por meio de capacitações, mobilizações, colegiados, assessorias técnicas e orientações que dão suporte à tomada de decisão.

Organizada em setores de apoio administrativo e técnico, a AMMVI presta serviços aos seus associados, tais como:

- representação dos municípios frente aos órgãos de competência regional, estadual e nacional;
- intermediação do contato entre as administrações municipais e as entidades congêneres em âmbito regional, estadual e nacional;
- orientação e sugestão de questões específicas por meio de seu trabalho técnico;
- promoção de ações de fomento à concretização dos interesses dos municípios e ao desenvolvimento regional;
- assessoria e respaldo técnico a todos os departamentos e secretarias das administrações municipais;
- orientação jurídica e legal em questões relacionadas às administrações municipais e aos seus gestores;
- acompanhamento e realização de defesas de diligência junto aos órgãos competentes;
- aperfeiçoamento dos servidores públicos através de capacitações e colegiados setoriais;
- elaboração e constituição de bando de dados com informações da região em algumas áreas da administração municipal.

5. COLEGIADOS

Buscando a integração de ações e a socialização de experiências e problemáticas, a AMMVI possui colegiados setoriais. Estes são formados por agentes públicos municipais que propõem ações a serem encaminhadas e representadas pela entidade.

Os colegiados também são parte importante da engrenagem que move a AMMVI. Acompanhe as atividades dos Colegiados no site **ammvi.org.br.**



Reunião do Colegiado de Contadores Públicos



Reunião do Colegiado da Educação



Reunião do Colegiado de Controladores Internos

6. ASSEMBLEIA GERAL

As ações da AMMVI são decididas pela Assembleia Geral, que é o órgão soberano com função normativa e deliberativa e composta pelos prefeitos dos 14 municípios associados à entidade. A composição pluripartidária da entidade garante o equilíbrio das forças políticas regionais, que atuam em conjunto para preservar os interesses dos municípios junto às esferas de governo e órgãos de fiscalização e controle.

Diretoria Executiva



José Luiz Colombi
Presidente
Botuverá



Jean Michel Grundmann
Primeiro Vice-presidente
Benedito Novo



Simoni Mercia Mesch Nones
Segunda Vice-presidente
Doutor Pedrinho



Ércio Kriek
Primeiro Tesoureiro
Pomerode



Kleber Edson Wan-Dall
Segundo Tesoureiro
Gaspar



José Gerson Gonçalves
Apiúna



Lairton Antônio Possamai
Ascurra



Napoleão Bernardes Neto
Blumenau



Jonas Oscar Paegle
Brusque



Matias Kohler
Guabiruba



André Luiz Moser
Indaial



Marildo Domingos Felippi
Rio dos Cedros



Paulo Roberto Weiss
Rodeio



Jorge Augusto Krüger
Timbó

7. EQUIPE TÉCNICA

Com um corpo técnico especializado, a AMMVI municia os gestores e técnicos municipais com orientações para a execução do trabalho diário.

Secretaria Executiva e Assessoria Contábil e Orçamentária

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo e Assessor Contábil
rafael@ammvi.org.br

Financeiro e Contábil

Valdete Korz Marques
Contadora
valdete@ammvi.org.br

Larissa Umbelino
Auxiliar Administrativa
larissa@ammvi.org.br

Nair Teodoro Machado de Mello
Auxiliar Contábil
nair@ammvi.org.br

Cassia da Paz de Paula Sturmer
Estagiária
cassia@ammvi.org.br

Adrielle Sulczinski Laureano
Estagiária
adrielle@ammvi.org.br

Operacional e de Controle

Sabrina Furlani
Agente de Controle Interno
sabrina@ammvi.org.br

Administrativo e Institucional

Beatriz Padilha
Auxiliar Administrativa
beatriz@ammvi.org.br

Assessoria de Comunicação Social

Michele Prada
Assessora de Relações Públicas
comunicacao@ammvi.org.br

Cristiane Welter de Oliveira
Estagiária
cristiane@ammvi.org.br

Assessoria Econômica e Fazendária

Célio Francisco Simão
Assessor Econômico
celio@ammvi.org.br

Mônica Flissak
Estagiária
monica@ammvi.org.br

Assessoria de Tecnologia da Informação

Ricardo Sorroche
Técnico de Apoio ao Usuário de Informática
ricardo@ammvi.org.br

Wagner Carlos dos Passos Amorim
Estagiário
wagner@ammvi.org.br

Ismael Natanael da Silva Sousa
Estagiário
ismael@ammvi.org.br

Assessoria Jurídica

Luiz Claudio Kades
Assessor Jurídico
kades.adv@ammvi.org.br

Alexandre Carvalho Brigido
Advogado
alexandre@ammvi.org.br

Thayana Leticia Seibt
Estagiária
thayana@ammvi.org.br

Camila Vieira Scher
Estagiária
camila@ammvi.org.br

Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia

Richard Buchinski
Arquiteto e Urbanista
richard@ammvi.org.br

Vanessa Cristina de Sousa
Engenheira Civil
vanessa@ammvi.org.br

Isadora Reis
Arquiteta e Urbanista
isadora@ammvi.org.br

Anísio Fantini
Engenheiro Civil
anisio@ammvi.org.br

Alfredo Tasca Puel
Estagiário
alfredo@ammvi.org.br

Bruna Lins da Silva
Estagiária
bruna@ammvi.org.br

Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente

Simone Gomes
Assessora de Saneamento e Meio Ambiente
simone@ammvi.org.br
Dominique Carinie Kulkys Ilha
Técnica de Saneamento e Controle Ambiental
dominique@ammvi.org.br

Marina dos Santos Hoffmann
Estagiária
marina@ammvi.org.br

Patrícia Scaburri
Estagiária
patricia.scaburri@ammvi.org.br

8. MOVIMENTO MUNICIPALISTA

O Movimento Municipalista luta pelo fortalecimento dos Municípios, por sua independência financeira, autonomia política e viabilidade administrativa. A AMMVI, em parceria com a Fecam, a CNM e demais Associações de Municípios do estado, lutam por bandeiras em prol dos municípios.

8.1 Conquistas

Em 2017, os municípios brasileiros alcançaram algumas conquistas, fruto da união e da integração em prol de objetivos comuns e da articulação das entidades municipalistas.

- O presidente da República, Michel Temer, editou medida provisória em que garantiu o Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) para os municípios fecharem as contas ao fim de 2017.

- O Ministério da Saúde se posicionou favorável à flexibilização das regras de funcionamento das UPAs. Os órgãos federais devem, agora, definir quais serão as alterações para que o uso das unidades se tornem viáveis às prefeituras de baixo orçamento.

- A MP nº 786/2017, que dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas nos Estados, Distrito Federal e Municípios, foi aprovada pelo Plenário da Câmara e, depois, seguiu para deliberação do Senado.

- A MP nº 789/2017, que aumenta o percentual da Cfem aos municípios e ainda inclui as cidades impactadas com a atividade na participação da receita, foi aprovada na Câmara e no Senado e foi encaminhada para a sanção presidencial.

- A Comissão Especial sobre a Lei Kandir, da Câmara dos Deputados, aprovou relatório do PLC nº 221/1998, que estabelece compensação de R$ 39 bilhões aos Estados e seus respectivos municípios afetados pela desoneração de produtos primários e semielaborados para exportação. A matéria seguiu para apreciação do Plenário da Casa.

- O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a MP nº 791/2017, que cria a ANM e extingue o DNPM. O texto da MP garante a possibilidade entre os municípios e a agência celebrar convênio para a promoção da fiscalização compartilhada da Cfem. A proposição ainda deve passar pelo crivo dos senadores.

- A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara aprovou o PL nº 3.744/2000, que institui o Conselho de Gestão Fiscal. Pelo texto, o colegiado será efetivamente constituído por representantes de todas as esferas de governo e seus membros devem ser indicados pelas respectivas entidades relacionadas no projeto. A matéria seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Casa.



- A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei (PLS) nº 379/2016, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

- A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 315/2009, que altera o art. 1º da Lei nº 8.001/1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH). O texto segue para apreciação da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal.

- O Veto 30/2017, referente ao Encontro de Contas, foi derrubado por unanimidade pelo Congresso Nacional. Agora, os municípios terão ciência do exato montante de suas dívidas previdenciárias.



- No dia 27 de dezembro foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 13.406/2016 - altera a Lei Federal nº 12.587/2012 - que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana. A nova lei amplia o prazo exigido para a elaboração do Plano e para sua compatibilização com o plano diretor municipal até 2022.

- Foi sancionada, sem vetos, a Lei nº 13.428/17, que reabre o prazo para repatriação e regularização de ativos (bens, valores, créditos e direitos) mantidos no exterior e não declarados.

- O presidente da República, Michel Temer, assinou a MP nº 778/2017 que prevê o parcelamento da dívida previdenciária dos municípios. A medida prevê o parcelamento dos débitos dos municípios em até 200 meses, a redução de 25% dos encargos, 25% da multa e 80% dos juros incidentes.



- Derrubada dos trechos vetados pelo governo federal da Lei da Reforma do ISS (Lei Complementar nº 157/2016), que estabelece uma nova redistribuição do valor arrecadado com o tributo entre os municípios.

- O governo federal adiou o prazo para os gestores municipais reclassificarem os valores relativos aos Restos a Pagar (RAPs) não processados para o dia 30 de novembro de 2016.

- Foi assinada a Portaria nº 333/2017, do Ministério da Fazenda, que estendeu o parcelamento dos débitos previdenciários consolidados aos municípios que têm RPPS para até 200 meses.

- O governo do Estado iniciou, no dia 27 de julho, o depósito mensal da dívida do Estado com os municípios referente ao ICMS e ao Fundeb retidos no Fundosocial. O total da dívida reconhecida pelo governo estadual é de R$ 437 milhões, sem correção - R$ 248,5 milhões do ICMS e R$ 189 milhões do Fundeb.

- O Plenário do Senado aprovou, em segundo turno, a proposta que estabelece a prestação de contas simplificada para municípios de pequeno porte (PEC nº 77/2015). A medida, favorece a adoção de regras mais simples para a celebração de convênios e transferências de créditos da União e estados.

- A liberação de R$ 1,9 bilhão de fomento à exportação – destinado a Estados e Municípios – foi aprovada pelo Congresso Nacional, através do PL da Câmara nº 163/2017.





- Em 2017, os municípios passaram a contar integralmente com mais um ponto percentual do FPM no mês de julho, fruto de uma intensa luta do movimento municipalista, que culminou com a aprovação das EC nº 55/2007 e nº 84/2014. Essas medidas alteraram o artigo 159 da Constituição federal e elevaram, gradativamente, os recursos repassados pela União para o Fundo.





SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria Executiva luta pelo fortalecimento dos municípios, por sua independência financeira, autonomia política e viabilidade administrativa. Para tanto, fomenta ações da AMMVI em conjunto o movimento municipalista e instituições que atuam em prol dos Municípios.

Esta área da AMMVI estabelece ainda diretrizes para o encaminhamento das deliberações aprovadas pela Assembleia Geral de Prefeitos; administra as atividades a serem desempenhadas pela equipe técnica e administrativa, definindo e orientando as prioridades e avaliando junto aos colaboradores o encaminhamento das ações; representa oficialmente a entidade; determina a prestação de assessoria técnica aos municípios; postula junto aos órgãos públicos e privados ações de interesse dos associados, além de outras funções explicitadas no Estatuto Social da entidade.

Em 2017 foram desenvolvidas inúmeras ações pelo fortalecimento dos municípios por meio da representação política e institucional da AMMVI. Com a liderança da presidência da Associação, foram promovidas relevantes reuniões com os Poderes Executivo estadual e federal, como também parcerias com os Legislativos no apoio às votações em favor dos municípios. Este foi um ano de grandes conquistas ao movimento municipalista, que foram possíveis pela união de esforços e forças visando às causas comuns.

1. ARTICULAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Desafio das novas administrações pauta reunião de executivos em Florianópolis

O desafio das novas administrações municipais foi um dos focos da primeira reunião do Colegiado de Executivos das Associações de Municípios, realizada nos dias 25 e 26 de janeiro. No encontro, o economista da Fecam, Alison Fiuza, apresentou uma análise sobre a conjuntura econômica dos últimos anos e o impacto na arrecadação municipal com a diminuição dos valores das transferências constitucionais.

“A gestão municipal entre 2013 e 2016 foi uma das mais desafiadoras já vivenciadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A economia do país entrou em colapso e os prefeitos tiveram que lidar com a queda drástica da arrecadação a partir de 2015”, destacou Fiuza.

Outros assuntos, como preparação para o XV Congresso Catarinense de Municípios e 2ª Oficina Estadual de Gestores Municipais, também estiveram na pauta.

AMMVI planeja ações para 2017

Durante todo o dia 1º de fevereiro, os prefeitos do Médio Vale estiveram reunidos, em Rodeio, para reunião de planejamento estratégico. Na ocasião, AMMVI e prefeitos avaliaram o ano anterior e projetam iniciativas que foram encabeçadas pela entidade neste ano. “Além disso, revisamos a pauta de reivindicações da região e priorizamos ações que vão ao encontro das demandas dos

municípios, sempre visando à integração e ao fortalecimento dos entes municipais e ao desenvolvimento do Médio Vale", explicou o presidente eleito, José Luiz Colombi, prefeito de Botuverá, que foi eleito e empossado durante assembleia geral realizada na mesma data.



AMMVI renova cooperação internacional com instituições alemãs

No dia 3 de fevereiro, o presidente da AMMVI e prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi, assinou protocolo em que manifestou interesse da Associação em renovar e firmar novas parcerias com empresas e instituições alemãs nas áreas de resíduos sólidos, defesa civil, segurança pública e turismo. A assinatura aconteceu durante reunião entre prefeitos e comitiva alemã, na sede da AMMVI, em Blumenau.

Durante o encontro, o líder da comitiva, Stefan Rudolph, secretário estadual do Ministério de Economia, Trabalho e Saúde da Alemanha, disse que tem interesse em estabelecer parcerias na região e viabilizar projetos que promovam o desenvolvimento sustentável e econômico da região. Para ele, a destinação de resíduos, a segurança pública e a prevenção de desastres são essenciais para alavancar o turismo.



AMMVI foi certificada como embaixadora ambiental

No dia 10 de fevereiro, o presidente da AMMVI, José Luiz Colombi, participou do Seminário IGE Sustentável, Lançamento do Ecojornal Gigantes da Ecologia, na Câmara Municipal de Vereadores de Blumenau. Na ocasião, ele recebeu a certificação pelo Instituto Gigantes da Ecologia pelas ações da Associação promovidas na área ambiental, em que a entidade recebe o reconhecimento de embaixadora ambiental.



AMMVI promove seminário para novos gestores e legisladores municipais

Reunidos no dia 14 de fevereiro, prefeitos, vereadores, secretários e técnicos municipais participaram do 3º Seminário Novos Gestores e Legisladores Municipais. O evento contou com mais de 330 agentes públicos e proporcionou aos novos gestores informações sobre as áreas de atuação da administração municipal.

A abertura do evento, promovido pela AMMVI, contou com a mesa-redonda sobre o movimento municipalista catarinense, para que os novos gestores compreendessem as bandeiras defendidas em favor dos municípios e as conquistas acumuladas nos últimos anos.

Na programação, durante a tarde, prefeitos, secretários e técnicos municipais participaram das salas temáticas. Ao todo foram tratadas nove políticas públicas: assistência social e

saúde; contabilidade e controladoria; cultura; defesa civil, planejamento urbano e projetos; educação; fazenda e desenvolvimento econômico; jurídico e recursos humanos e saneamento e meio ambiente.



MP fala de controle interno e transparência durante seminário de novos gestores

O coordenador do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa do MPSC, Samuel Dal-Farra Naspolini, apresentou os programas que o MPSC desenvolve nas áreas de controle interno e transparência, durante a terceira edição do Seminário Novos Gestores e Legisladores Municipais, realizado no dia 14 de fevereiro, em Blumenau.

Segundo Naspolini, o programa de transparência alçou voo depois de diálogo com a AMMVI e a Fecam e ganhou notoriedade quando municípios da região receberam destaque nacional no ranking da transparência.

O coordenador falou ainda sobre a necessidade de estruturar o controle interno das prefeituras, pois estes são o principal mecanismo de fiscalização do gestor sobre sua própria administração. Ele lembrou que a autoridade competente, tendo conhecimento das infrações previstas, devem adotar providências para a apuração dos fatos. Caso contrário, será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.



Apontamentos do TCE são apresentados aos gestores públicos

Diferenças entre contas de governo e contas de gestão, itens analisados em contas de governo e apontamentos do TCE/SC em contas de gestão foram alguns dos temas tratados durante a programação do 3º Seminário Novos Gestores e Legisladores Municipais, em Blumenau.

Na ocasião, o diretor de Controle dos Municípios do TCE/SC, Moisés Hoegenn, explicou que nas contas de governo, prestadas anualmente pelos prefeitos, o TCE/SC emite parecer prévio recomendando a aprovação ou a rejeição, que pode orientar o julgamento da Câmara Municipal de Vereadores. “Já as contas de gestão são prestadas pela unidade gestora, em que o Tribunal julga as contas do ordenador de despesa”, explica Hoegenn.

O diretor disse ainda que, nas contas de governo, o TCE/SC analisa o balanço anual consolidado, os resultados orçamentário e financeiro, a aplicação mínima em saúde e educação, os recursos investidos em manutenção e desenvolvimento do ensino e despesas com pessoal. Nas contas de gestão, o Tribunal examina todos os atos de gestão do prefeito, secretários municipais e demais dirigentes de unidades gestoras. Este julgamento do TCE/SC pode resultar em imputação de débito e aplicação de multas.



Conselho Político da Fecam debate prioridades municipalistas

Prefeitos, executivos e presidentes de Associações de Municípios participaram, no dia 1º de março, em Florianópolis, da

reunião do Conselho Político da Fecam. Em pauta, os encaminhamentos e avanços nas tratativas das prioridades municipalistas, a apresentação do SIDEMS e a proposta de projeto para melhorar a eficiência na arrecadação municipal.

Durante o encontro, foram discutidos, entre outros assuntos, a importância da mobilização em Brasília pela derrubada do veto presidencial sobre o projeto que destina o valor do ISS das vendas com cartão de crédito para o município onde foi feita cada transação e a necessidade de reajuste no valor do transporte escolar repassado pelo governo estadual.

Na reunião, os prefeitos abordaram também sobre ações políticas e jurídicas para cobrar os valores do ICMS do FundoSocial não repassados pelo Governo do Estado às administrações municipais nos últimos anos. Além disso, discutiu-se acerca do pagamento de precatórios atrasados, a dívida dos municípios com o INSS e a dificuldade de entendimento sobre licenciamento ambiental também foram pautas da reunião.

2ª Oficina Estadual para Gestores aconteceu durante XV Congresso Catarinense de Municípios

De 14 a 16 de março, prefeitos, secretários e servidores municipais encontraram-se em Joinville no XV Congresso Catarinense de Municípios. A edição deste ano, contou com a 2ª Oficina Estadual para Novos Gestores Municipais, com o objetivo de oportunizar conhecimento para a qualificação das atribuições designadas aos gestores públicos.

Ao todo foram 12 oficinas em diferentes políticas públicas: nas áreas de administração e finanças; educação; contratos, licitações e obras públicas; contabilidade pública e controle interno; consórcios públicos; gestão de convênios; habitação; assistência social; agricultura; saúde; turismo e cultura; defesa civil e meio ambiente.

Além disso, em paralelo, ocorreu a XIII ExpoFecam - Exposição de Produtos e Serviços para os Municípios, com o objetivo de oferecer soluções em serviços e equipamentos aos gestores públicos para a modernização de suas administrações.



Congresso Catarinense de Municípios termina com carta de reivindicações municipalistas

Para debater alguns dos desafios da administração municipal, a Fecam e as Associações de Municípios promoveram, entre os dias 14 e 16 de março, em Joinville, o XV Congresso Catarinense de Municípios. O evento contou com a participação de mais de mil pessoas.

O último dia do Congresso foi marcado pela publicação de uma carta assinada pela presidente da entidade, Adeliana Dal Pont, prefeita de São José, com as reivindicações municipalistas em nível estadual e nacional. Diante deste quadro, os gestores catarinenses apontaram como pleitos prioritários nacionalmente: derrubada do veto ao projeto do ISS; prorrogação do prazo da Lei dos Resíduos Sólidos; parcelamento dos débitos previdenciários, com a aprovação da Medida Provisória (MP) 766/2017; apoio à proposta que altera a forma de reajuste do piso do magistério pelo INPC; atualização monetária dos valores de programas federais.

Como pauta prioritária estadual, os municípios apontaram: reconhecimento dos valores para o pagamento da dívida do Estado com os municípios referente ao ICMS retido no Fundo Social; aumento no repasse para subsidiar o transporte escolar dos alunos da

rede estadual de ensino; e municipalização do trânsito como rege o Código de Trânsito Brasileiro.

“Defesa Civil tem que continuar a ser prioridade”, afirma colombo em evento na AMMVI

A conclusão de melhorias nas barragens de Ituporanga e Taió, projetos para construção de novas barragens no Vale do Itajaí, a entrega neste ano de mais dois radares meteorológicos e o pioneiro serviço de envio de alertas por SMS foram algumas das ações de prevenção da Defesa Civil de Santa Catarina apresentadas pelo governador Raimundo Colombo e pelo secretário de Estado da Defesa Civil, Rodrigo Moratelli, na noite desta 16 de março, no auditório da AMMVI, em Blumenau.

“Muito foi feito, estamos entrando em um novo nível de proteção da população catarinense. É uma questão estratégica, fundamental, Defesa Civil tem que continuar a ser prioridade. Muito ainda é preciso ser feito e é um dever nosso como lideranças dar continuidade às ações de prevenção nos próximos anos”, destacou Colombo.

Conforme o secretário Moratelli, além da barragem de Botuverá, o Médio Vale do Itajaí será contemplado com obras de melhoramento fluvial, tais como canal extravasor em Rio dos Cedros, aprofundamento na calha do Rio Itajaí na região de Indaial, polder e oito estacas de bombeamento em Blumenau e Gaspar, túnel extravasor em Blumenau e melhoramento na calha do Rio Benedito e do Rio Cedros, em Timbó.



AMMVI entrega pleitos regionais ao presidente da Alesc

No dia 30 de março, o presidente da AMMVI, José Luiz Colombi, prefeito de Botuverá, apresentou ao presidente da Alesc, deputado Silvio Dreveck, os pleitos da região. Durante a reunião, Colombi entregou documento ao presidente da Alesc em que solicitou maior atenção dos parlamentares na votação de matérias que impactam diretamente nos municípios. “Queremos ter a oportunidade de opinar nas decisões tomadas na Assembleia Legislativa, especialmente nos projetos direcionados às prefeituras”, disse.

O presidente da AMMVI pediu ainda que o Legislativo catarinense fiscalize os repasses de recursos do governo estadual aos municípios. “O Estado precisa cumprir os prazos previstos para o repasse, pois precisamos manter os recursos em dia para assegurar os atendimentos na área da saúde”, ressaltou Colombi.

Dentre as demandas apresentadas pelos prefeitos estavam ainda a intervenção do Legislativo na luta por ampliação de recursos na saúde e na segurança pública, novas linhas de crédito aos municípios e melhoria da infraestrutura urbana e rodovias.

Na saúde pública, o presidente da AMMVI chamou atenção ao alto investimento de recursos dos Municípios no custeio de programas de competência do Estado e da União, como também os valores dos cofres municipais que são destinados aos casos de judicialização de medicamentos.

Os prefeitos falaram ainda da lastimável situação das rodovias estaduais, em que o Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) não consegue efetuar a manutenção permanente do asfaltamento, prejudicando os acessos e os trechos urbanos.

Dreveck falou do orçamento regionalizado e garantiu que está buscando implantar melhorias na Casa. Além disso, adiantou que o governo estadual deve lançar nova edição do Fundam. O presidente ouviu todas as solicitações e se comprometeu a buscar apoio às demandas que competem ao Legislativo.



Pagamento dos precatórios dos municípios pauta reunião do Conselho Político da Fecam

Prefeitos de várias regiões do estado e executivos das Associações de Municípios participaram, no dia 4 de abril, em Florianópolis, da reunião do Conselho Político da Fecam. Um dos principais pontos da pauta foi o pagamento dos precatórios.

As divergências entre as leis que deliberam sobre o licenciamento ambiental, dívidas com a previdência, aquisição de medicamentos por ata única de registro de preços e Programa Criança Feliz foram outros assuntos debatidos na ocasião.



AMMVI apresenta programa de gestão pública ao TCE

No dia 10 de abril, o secretário executivo da AMMVI, José Rafael Corrêa, apresentou ao vice-presidente do TCE/SC, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, o trabalho que a Associação vem desenvolvendo na área de gestão pública nas áreas de licitação e contratos, patrimônio e frotas, tributação, controle interno e transparência, custos e recursos humanos.

Na ocasião, a agente de controle interno da AMMVI, Sabrina Furlani, apresentou ao conselheiro algumas especificidades nas áreas de transparência e controle interno. “Estamos assessorando os municípios do Médio Vale no cumprimento da Lei da Transparência, articulando com os órgãos de controle e implementando melhorias que possam apoiar a gestão municipal e fortalecer as ferramentas de controle e fiscalização”, elucidou Sabrina.



Prefeitos cobram soluções para as rodovias do Médio Vale

Manutenção e municipalização das rodovias estaduais que cortam o Médio Vale do Itajaí foram os assuntos tratados pelos prefeitos em reunião, dia 25 de abril, na capital estadual.

Liderados pelo presidente da AMMVI e prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi, a comitiva cobrou do secretário de estado da Infraestrutura, Luiz Fernando Vampiro e do presidente do Deinfra, Wanderley Teodoro Agostini, soluções para as condições ruins das rodovias estaduais.

“Reivindicamos que o Deinfra priorize pelo menos a manutenção dos trechos de Pomerode-Jaraguá do Sul, Doutor Pedrinho-Benedito Novo-Timbó, Gaspar-Brusque, Timbó-Rio dos Cedros, Gaspar-Ilhota e Botuverá-Vidal Ramos”, explicou Colombi. Segundo ele, o mau estado de conservação das rodovias tem prejudicado a economia da região.



BR-470 pauta reunião entre prefeitos e Dnit

Na tarde de 25 de abril, os prefeitos de Botuverá, Benedito Novo, Pomerode, Timbó e a prefeita de Doutor Pedrinho se reuniram com o superintendente regional do Dnit, Vissilar Pretto.

Durante o encontro, os prefeitos pediram esclarecimentos sobre o andamento da obra de duplicação da rodovia BR-470, como também cobraram a construção do trevo de acesso a Rodeio. Os prefeitos relataram a necessidade de melhorar os acessos às cidades e pediram que o Dnit priorize a construção de viadutos nos trevos de Blumenau, Pomerode e Indaial.

“Precisamos unir forças e reivindicar que o governo federal mantenha os valores acordados para a obra”, cobrou o presidente da AMMVI, José Luiz Colombi, prefeito de Botuverá. Conforme Pretto, a previsão é que este ano ainda aconteça mutirão para as desapropriações.



Prefeitos se mobilizam para Marcha a Brasília

De 15 a 18 de maio, gestores municipais de todo o país se reuniram na capital federal para a XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Nesta edição, a comitiva da AMMVI foi composta pelos prefeitos de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, além de vice-prefeitos e vereadores.

Consolidado como o maior evento político em número de autoridades do mundo, a Marcha, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), foi marcada pelo debate das reformas, dentre as quais a previdenciária, a trabalhista e a tributária.

Dentre as pautas que os prefeitos apresentaram na Marcha, estavam o encontro de contas entre governo federal e municípios, a redução do custeio das máquinas públicas e os recursos financeiros condizentes com as competências estabelecidas pelo Pacto Federativo.





Ministro dos Transportes garante R$ 87 mi para duplicação da 470

Reunidos no dia 17 de maio, com o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Mauricio Quintella, os prefeitos do

Vale do Itajaí, parlamentares e lideranças empresariais ouviram do ministro a garantia que os 87 milhões de reais previstos no orçamento seriam cumpridos em 2017 para a duplicação da BR-470.

Na ocasião, o presidente da AMMVI, José Luiz Colombi, prefeito de Botuverá, entregou um documento ao ministro em que solicitou suplementação de 230 milhões de reais, os quais seriam investidos na obra e nas desapropriações. Este documento teve a adesão dos prefeitos da Amavi, da Amfri e de parlamentares. A reunião contou com a presença de aproximadamente 70 pessoas, dentre elas cerca de 30 prefeitos, nove deputados federais, um senador, vereadores, Fiesc e Dnit.

Quintella prometeu ainda convidar prefeitos e parlamentares para discussões sobre as próximas iniciativas em torno da duplicação. “Ninguém vai discutir concessão sem conversar com os prefeitos e o Fórum Parlamentar”, frisou. Além disso, o ministro pediu o apoio do Fórum para fortalecer o diálogo com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para pleitear a liberação de recursos do orçamento para a obra. Conforme Kleinübing, a audiência com o ministro Dyogo de Oliveira já foi solicitada e deve acontecer em breve.





Prefeitos pedem apoio do Fórum Parlamentar Catarinense para pleitos dos municípios

A bancada catarinense do Congresso Nacional esteve em peso, no dia 17 de maio, no plenário 5 da Câmara dos Deputados, em Brasília, para reunião com os prefeitos de Santa Catarina. Com o plenário lotado, o Fórum Parlamentar Catarinense, presidido pelo deputado João Paulo Kleinübing, recebeu da presidente da Fecam, Adeliana Dal Pont, para debater assuntos que impactam os municípios.

A Fecam entregou aos congressistas durante o encontro uma lista com sete itens aos quais os municípios solicitam apoio dos deputados e senadores catarinenses.

1. Derrubada do Veto Presidencial nº 52 de 2016, para garantir uma distribuição igualitária dos impostos arrecadados nos serviços de plano de saúde, administração de cartões de crédito e débito e leasing;
2. Prorrogação de até 10 anos do parcelamento do saldo de precatórios;
3. Prorrogação do prazo para execução por parte dos municípios do Plano de Resíduos Sólidos;
4. Abertura de editais pelo Denatran para captação de recursos para os municípios, provenientes do Funset;
5. Inclusão de emenda à Medida Provisória nº 778/2017, para permitir o parcelamento da dívida dos municípios junto ao FGTS;
6. Alteração do Decreto nº 3.358/2000, que intervém no direito minerário do proprietário em favor do município;
7. Articulação para manutenção e continuidade das obras federais (alça do contorno viário da Grande Florianópolis, BR 116, BR 282 e BR 470).

Ex-ministro fala sobre transparência e controle na gestão municipal

“Devemos construir medidas de acordo com a realidade de cada município”, disse o ex-ministro-chefe da CGU, Jorge Hage Sobrinho, na tarde de 25 de maio, em palestra na AMMVI. Para ele, as prefeituras devem fortalecer o controle interno e fomentar programas de integridade para a gestão municipal.

Durante a palestra, Hage falou ainda sobre transparência ativa e passiva, Lei Anticorrupção e Lei das Estatais. Para ele, cabe às prefeituras criar canais de denúncias e de proteção ao denunciante, incentivar conselhos locais, capacitar os respectivos conselheiros municipais, adotar orçamento participativo, cumprir com a legislação pertinente ao recebimento de recursos federais e fornecer informações ativa e passivamente.

O ex-ministro recomendou ainda ao público presente na palestra – prefeitos, vereadores, secretários e técnicos municipais – a adoção de medidas complementares para aprimorar a transparência e o controle, tais como análise de perfil, mapeamento de riscos e instituição de normas, políticas e procedimentos apropriados para o controle desses riscos. “Código de ética e conduta, registros contáveis claros e confiáveis, ampla divulgação, treinamento dos servidores e monitoramento permanente e periódico devem trazer relevantes resultados à gestão municipal”, incitou.



Aberto registro do modo de fazer queijo kochkäse como bem imaterial

Foi entregue oficialmente na manhã de 2 de junho, o processo de registro do modo de fazer queiko kochkäse como bem imaterial. A solenidade ocorreu no auditório da AMMVI e contou com a presença de agricultores e lideranças dos municípios engajados no projeto – Benedito Novo, Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó.

A documentação foi elaborada por meio de um trabalho conjunto entre a Furb e a Epagri, com o apoio da Prefeitura de Blumenau, dentre outros órgãos. Em elaboração desde 2009, o Inventário Nacional de Referências Culturais, juntamente com um dossiê comprovando o envolvimento comunitário gerado pelo tema no Vale do Itajaí gerou 3 mil páginas de relatório, editadas em seis volumes, que serão analisados pelo Iphan.

Segundo a chefe da diretoria técnica do instituto em Santa Catarina, Regina Helena Santiago, o processo agora será analisado por uma câmara técnica que irá averiguar a pertinência do pedido. Serão avaliados critérios como a continuidade histórica e a significação da prática para a comunidade.

Com a abertura do processo, o modo de fazer do queijo kochkäse poderá ser reconhecido como patrimônio cultural imaterial, o que o tornará uma iguaria relevante e transformará o hábito alimentar em característica cultural destas cidades.



Encontro com chineses marca reunião do Conselho Político

A quinta reunião mensal de 2017 do Conselho Político da Fecam, realizada no dia 5 de junho, foi marcada pela visita de lideranças

chinesas interessadas em investimentos e parcerias em Santa Catarina e também pela discussão dos avanços das pautas municipalistas definidas como prioridades no começo do ano.

Pela manhã, prefeitos e secretários municipais tiveram a oportunidade de apresentar o potencial dos municípios para o secretário-geral da Associação das Cidades Irmãs da China (Cifca), Mr. Qing Boming; e a para a diretora internacional da entidade, Ms. Wang Qi; e a gerente de projetos, Ms. Liu Yan.

Agendas movimentam prefeitos

Os prefeitos do Médio Vale do Itajaí tiveram, no dia 22 de junho, quatro importantes compromissos que envolveram o desenvolvimento das cidades. O primeiro foi a assembleia geral da AMMVI, na sede da entidade.

Na ocasião, os prefeitos discutiram sobre as alterações na lei do ISS, movimento econômico, duplicação da rodovia BR-470, saneamento básico, capacitações em gestão pública e monitoramento da Bacia do Rio Itajaí.

No final da manhã, aconteceu o encontro com o ministro das Cidades, Bruno Araújo. A reunião, que também foi na sede da AMMVI, reuniu prefeitos do Vale do Itajaí e do Vale do Itapocu para conhecer o programa Avançar Cidades e demais investimentos em infraestrutura urbana.

Já à tarde, foi a reunião com o secretário da SDS, Carlos Chiodini, para assinatura do repasse de recursos voltados à manutenção do Ceops. Por fim, os prefeitos receberam na Associação o governador Raimundo Colombo, para tratar da segunda edição do Fundam para o Médio Vale do Itajaí. Antes de começar a apresentação, o governador assinou no mesmo local a ordem de serviço para construção do Centro de Inovação e Tecnologia de Brusque e a ordem de serviço para obras na SC-412, Rodovia Jorge Lacerda.

Ministro das Cidades apresenta programa de mobilidade e saneamento aos municípios do Vale

O ministro das Cidades, Bruno Araújo, anunciou no dia 22 de junho, durante reunião na AMMVI, o Programa Avançar Cidades, que vai emprestar recursos federais aos municípios para investimento em obras de mobilidade e saneamento básico. O encontro reuniu prefeitos do Vale do Itajaí e do Vale do Itapocu.

O programa vai disponibilizar cerca de R$ 6 bilhões às prefeituras para o financiamento de ações como pavimentação e calçamento de vias, abastecimento de água e construção de ciclovias. Os créditos serão disponibilizados a juros de 6% ao ano, tendo quatro anos de carência e, a partir desse prazo, 20 anos de financiamento.

Segundo o ministro, a cada faixa de população será destinada uma cota de financiamento. Uma das novidades é que o programa Avançar destina parte do valor liberado para desapropriações, pois geralmente as linhas de crédito não contemplam recursos para esta área. Ele garantiu ainda que o ministério enviará técnicos para compartilhar informações e orientar os municípios no acesso aos recursos.



Governador anuncia recursos para municípios do Médio Vale

No dia 22 de junho, o governador Raimundo Colombo anunciou R$ 700 milhões aos municípios catarinenses a fundo perdido, durante encontro realizado na AMMVI. Além de conhecerem o balanço da primeira edição do Fundam, os prefeitos, vereadores,

deputados e senador presentes no encontro, puderam compreender a abrangência da segunda edição do programa.

Conforme Colombo, depois de lançado o Fundam 2, as equipes das prefeituras farão um trabalho em conjunto com as Agências de Desenvolvimento Regional na elaboração dos projetos dentro das características previstas, para depois apresentar as propostas aos gestores do programa.

Durante o encontro, os catorze prefeitos da região apresentaram ao governador as prioridades dos respectivos municípios e sugeriram melhorias. “Somos parceiros para construir em conjunto iniciativas que possam aprimorar a gestão municipal e concretizar sonhos que a população há muito tempo reivindica”, disse o presidente da AMMVI.





Estado firma convênio para repasse de recursos ao Ceops

O governador Raimundo Colombo assinou na tarde de 22 de junho, na sede da AMMVI, termo de convênio com a Furb para transferência de recursos financeiros para a manutenção da rede de monitoramento hidrometerológico da bacia do Rio Itajaí-Açu. O valor do repasse é de R$ 76.600,00 e o convênio encerra no dia 31 de dezembro de 2017.

Durante a visita do governador à AMMVI, além do convênio com o Ceops, foram assinados importantes repasses para a região do Médio Vale: a ordem de serviço para a construção do Centro de Inovação e Tecnologia de Brusque, no valor de R$ 5,8 milhões; e a ordem de serviço para o início das obras de revitalização da rodovia Jorge Lacerda, no valor de R$ 33,5 milhões.



AMMVI é condecorada com o título Amigo da 7ª Região de Polícia Militar

A AMMVI foi condecorada com o título de Amigo da 7ª Região de Polícia Militar, pelos relevantes serviços prestados à corporação. A entrega da honraria aconteceu no dia 22 de junho de 2017, em Blumenau.

Etapa do Ciclo de Estudos em Blumenau recebe mais de 330 agentes públicos

Mais de 330 servidores de prefeituras, câmaras e autarquias dos 14 municípios da AMMVI participaram da etapa de Blumenau do XVII Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, realizado dia 26 de julho. Organizado pelo TCE/SC com o apoio da AMMVI, o evento contemplou em sua programação três oficinas técnicas nas áreas de contabilidade e controle interno, atos de pessoal e licitações e contratos.

O Ciclo objetivou facilitar o aprofundamento dos temas e o esclarecimento de dúvidas de acordo com o interesse de cada segmento do público-alvo, num formato que favorece a troca de informações entre quem fiscaliza e quem aplica o dinheiro público.

Nesta edição, houve abordagens sobre o marco regulatório do terceiro setor, inconsistências contábeis do sistema e-Sfinge, atuação do controle interno em atos de pessoal, vantagens pecuniárias concedidas a servidores públicos e dúvidas frequentes em licitações e contratos.

Todas as abordagens foram apoiadas por um livro-texto que está disponível para download no site tce.sc.gov.br. Organizado pelo Icon, o evento contou com a parceria da AMMVI e apoio da Fecam e da Uvesc.



Governo do Estado inicia pagamento do ICMS do Fundosocial e Fundeb devido aos municípios

O governo do Estado iniciou, no dia 27 de julho, o depósito mensal da dívida do Estado com os municípios referente ICMS e ao Fundeb retidos Fundosocial. O total da dívida reconhecida pelo governo estadual é de R$ 437 milhões, sem correção - R$ 248,5 milhões do ICMS e R$ 189 milhões do Fundeb.

De acordo com o documento, os repasses serão realizados até o último dia útil de cada mês e os valores utilizados pelo governo estadual para o ressarcimento serão de R$ 10 milhões nos meses de julho, agosto e setembro e R$ 12 milhões de outubro a dezembro de 2017.

Comemoração de 48 anos da AMMVI é marcada com assembleia de prefeitos

Os prefeitos do Médio Vale do Itajaí se reuniram no dia 2 de agosto, na sede da AMMVI, em Blumenau. A reunião marcou os 48 anos de fundação da Associação, que foram comemorados com o corte do bolo tributário, que simbolizou a divisão desigual e centralizadora dos impostos arrecadados no país.

Presidente da AMMVI e prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi, defendeu a necessidade de uma divisão mais justa do bolo tributário. Durante a reunião, o presidente falou ainda das conquistas da Associação nos últimos anos e ressaltou o trabalho que a entidade presta em prol dos municípios.

Durante a assembleia, os prefeitos discutiram ainda sobre saúde pública, duplicação da BR-470, finanças municipais, saneamento básico, transparência e demais assuntos de interesse dos municípios.







Cearenses conhecem modelo de atuação da AMMVI

Um grupo de lideranças da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) visitou a AMMVI, na manhã de 12 de agosto, para conhecer a entidade e o modelo de atuação na região.

A iniciativa visa compartilhar boas práticas para o fortalecimento da gestão municipal, em sintonia com o eixo IV do Plano de Ação da Escola de Gestão Pública Municipal da Aprece, que estabelece o intercâmbio e troca de saberes como formas de fomentar a difusão de boas práticas e experiências exitosas.





AMMVI promove semana de capacitações do programa Brasil Transparente

De 7 a 11 de agosto, na AMMVI, foi realizada uma série de capacitações voltadas aos gestores públicos e técnicos municipais nas áreas de ouvidoria, correição disciplinar, lei anticorrupção, fiscalização de obras e controle interno. As capacitações objetivaram qualificar agentes públicos municipais para o fortalecimento da gestão pública, a ampliação da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos e a prevenção e combate à corrupção.

No primeiro dia, o tema foi ouvidoria pública. Neste, foi tratado sobre participação social, controle da gestão e controle de qualidade, formação em ouvidoria e sistema e-Ouv. No dia 8, foi a vez de discutir sobre correição disciplinar, sobre princípios, tipos de procedimentos, penalidades, deveres, proibições e passos para implantar uma corregedoria.

No dia 9 de agosto, foram duas formações: responsabilização de pessoa jurídica e Lei Anticorrupção e fiscalização de obras. O primeiro, apresentou a respectiva lei e os programas de integridade, processos administrativos de responsabilização, regulamento municipal de acordos de leniência, principais falhas e jurisprudência. Já a sala sobre fiscalização de obras, foi tratado da gestão de obras públicas.

Por fim, nos dias 10 e 11, as capacitações foram exclusivas aos servidores que atuam nos controles internos das prefeituras e câmaras municipais. Neste tema, foi abordado sobre planejamento anual da controladoria, matriz de riscos e plano de trabalho, procedimentos e técnicas de auditoria, relatoria e monitoramento de resultados.





Pressão pela BR-470 aumenta

Na tarde de 16 de agosto, o presidente da AMMVI e prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi, reuniu-se com o senador Dário Berger, que também é presidente da CMO do Congresso Nacional, para entregar a reivindicação dos prefeitos do Médio Vale pela suplementação de recursos para a obra de duplicação da rodovia BR-470 na ordem de R$ 230 milhões para este ano.

Acompanhado ainda do coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado João Paulo Kleinübing, do senador Dalírio Beber e do deputado federal Rogério Mendonça, Colombi pediu ao senador articulação junto ao governo federal pela garantia de orçamento para os próximos anos.

Durante sua passagem pela capital federal, o presidente da AMMVI se reuniu com representantes da Caixa Econômica Federal, em que entregou documento dos prefeitos pedindo a manutenção da Gerência Executiva de Governo de Blumenau, já que havia perspectiva de novas estruturações pela Caixa. No mesmo dia, o prefeito de Botuverá visitou também o Ministério das Cidades para buscar esclarecimentos sobre o programa Avançar Cidades.



Seminário Unindo Forças reúne prefeitos, promotores e técnicos municipais

No dia 18 de setembro, a AMMVI sediou o Seminário Unindo Forças, promovido pelo MPSC. O encontro reuniu mais de 80 pessoas, dentre elas prefeitos, vereadores, promotores de justiça, secretários e técnicos municipais.

O Seminário apresentou o Programa Unindo Forças e as perspectivas para o fortalecimento dos controles internos das prefeituras catarinenses. Durante o evento, os participantes foram orientados sobre alternativas para aprimorar ou desenvolver o trabalho das controladorias por meio de exemplos e depoimentos de situações positivas e com apontamentos das principais deficiências do controle interno.

O Programa Unindo Forças foi criado em agosto de 2015 pelo Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) a fim de fortalecer o controle interno dos municípios catarinenses e impulsionar a atuação administrativa na prevenção e repressão ao ilícito. O projeto visa também aprimorar o combate à corrupção e à improbidade administrativa, por meio da consolidação dos fluxos de informação entre as Unidades de Controle Interno e as Promotorias de Justiça.





Municípios da AMMVI aderem ao programa Saúde Fiscal

Na manhã de 20 de outubro, Benedito Novo e Guabiruba assinaram o Termo de Cooperação Técnica com o MPSC, objetivando promover maior integração entre as respectivas instituições. Com as assinaturas, todos os municípios do Médio Vale do Itajaí aderiram ao Programa Saúde

Fiscal, que objetiva implementar medidas de aprimoramento da gestão tributária e de promoção de intercâmbio de informações relativas às condutas tipificadas na legislação de crimes contra a ordem tributária.

Giovanni Franzoi Gil, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT) do MPSC, explicou que o programa iniciou em 2013 com a finalidade de fomentar uma atuação preventiva e pedagógica, buscando a conscientização dos agentes públicos da importância essencial da devida cobrança e fiscalização dos tributos municipais.

O presidente da AMMVI e prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi, salientou que a parceria com o Ministério Público vai auxiliar na adoção de medidas para aperfeiçoar a legislação municipal, bem como para a fixação de critérios e normas para a execução de ações conjuntas dos órgãos envolvidos na fiscalização tributária do município.



Municipalistas mobilizam-se contra projeto que aumenta piso de agentes comunitários

Atentos a tramitação de projetos no Congresso Nacional que impactam nos municípios, principalmente no orçamento, prefeitos catarinenses se mobilizaram contra a aprovação da PEC nº 22/2011, que dispõe sobre a política remuneratória dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Os municipalistas destacaram que a aprovação da matéria irá gerar graves problemas aos municípios, inclusive com atualização de pisos de outras categorias que ficariam abaixo dos agentes.

Projeto de Benedito Novo é selecionado em programa europeu de cooperação urbana internacional

Benedito Novo venceu a concorrência de mais de 140 projetos inscritos e foi selecionado no Programa Internacional de Cooperação Urbana (IUC), promovido pela União Europeia (UE). O programa prevê a capacitação técnica entre municípios do continente europeu com a América Latina e Caribe pelos próximos três anos.

O órgão internacional formalizou o início do programa nos dias 9 e 10 de novembro, no Congresso de Bruxelas, na Bélgica. Neste evento, o prefeito de Benedito Novo, Jean Michel Grundmann, esteve presente e suas despesas foram custeadas pelo programa. O objetivo geral do evento foi reunir governos locais e subnacionais de várias partes do mundo para estabelecer a metodologia de trabalho e para conhecerem práticas inovadoras em temas de desenvolvimento sustentável local e ação climática.

O IUC visa habilitar cidades em diferentes regiões do mundo a se conectarem e a compartilharem soluções para problemas em comum de desenvolvimento urbano sustentável. Financiadas pela União Europeia, as atividades do Programa darão suporte ao atingimento de objetivos políticos tanto a nível local quanto relacionados a importantes acordos internacionais sobre desenvolvimento urbano e mudanças climáticas, como a Agenda Urbana, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris.

Prioridades municipalistas pautam 9ª reunião do Conselho Político da Fecam

Prefeitos e executivos das Associações de Municípios reuniram-se no dia 9 de novembro, para a 9ª Reunião de Pauta do Conselho Político de 2017. A presidente da Fecam prefeita de São José, Adeliana Dal Pont, coordenou a reunião e falou sobre o avanço na Assembleia Legislativa do Projeto de Lei nº 256.1/2017, que permitirá a Secretaria

de Estado da Fazenda firmar convênio com a entidade municipalista para repassar aos municípios as informações sobre operações com cartão de crédito e débito, as quais o Estado já detém.

Outro assunto em pauta foi a regulamentação de cemitérios instalados antes de 2003. Em abril a Fecam apresentou, durante reunião do Consema, a preocupação dos prefeitos e prefeitas em relação a determinação do Conama de que todos os cemitérios precisam de regulamentação e licenciamento. Outros temas tratados foram a judicialização da saúde, precatórios, prorrogação dos convênios com o Estado e pautas municipalista que tramitam no Congresso Nacional.

AMMVI assume secretaria executiva do Comitê do Itajaí

No dia 30 de outubro, a assessora de Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI, Simone Gomes, assumiu a Secretaria Executiva do Comitê do Itajaí. Durante a assembleia geral ordinária da instituição, a AMMVI também foi eleita para ocupar um dos assentos da Diretoria para a gestão 2017-2019.

Os assentos foram distribuídos entre representantes dos segmentos usuários da água, população da bacia e órgãos públicos estaduais e federais. Para ocupar assento do Comitê, a AMMVI passou por todas as etapas exigidas no edital de convocação para renovação da composição do órgão e foi eleita pelos membros.

Conforme Simone, dentre as atribuições da secretária executiva está a de expedir os atos convocatórios das reuniões do Comitê, secretariar as reuniões e apresentar os programas anuais de trabalho com os respectivos orçamentos. Além disso, cabe ainda a adoção de providências técnico-administrativas para assegurar o pleno funcionamento dos órgãos integrantes do Comitê, elaboração das atas das reuniões e demais atividades que possam contribuir com as atividades da instituição.

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí é um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo de nível regional, vinculado ao CERH. É um arranjo de instituições encarregadas de orientar o uso e a proteção da água da Bacia do Itajaí e abrange 50 municípios, dos quais 14 são da região da AMMVI.

Dentre os objetivos está o de combater e prevenir as causas e efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos de água nas áreas urbanas e rurais, como também compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente.



AMMVI cobra regularização dos pagamentos na saúde pública

Liderados pelo presidente da AMMVI, os prefeitos continuaram, em 2017, a cobrar a regularização dos repasses do Estado na área da saúde para a região. Os prefeitos e os secretários municipais de Saúde formalizaram pedidos pela manutenção dos valores pactuados com os municípios na gestão de saúde.

Segurança pública pauta reuniões de prefeitos

A segurança pública no Médio Vale do Itajaí foi pauta constante nas assembleias de prefeitos e reuniões da diretoria executiva. Pleitos e ofícios foram enviados pela AMMVI à SSP para cobrar aumento no número de

efetivos na região, ampliação do número de equipamentos e câmaras de segurança e melhor distribuição dos policiais nos municípios.

Prefeitos querem manter o diálogo com o Estado sobre o transporte escolar

Os prefeitos e Colegiado de Educação da AMMVI manteve contato constante com a Secretaria de Estado da Educação para reivindicar reajuste ao transporte escolar. Há anos este pleito está entre as prioridades da região e a luta pelo aumento dos valores continua.

Em ponto alto da mobilização, prefeitos protestam nos gramados do congresso nacional

"Não tem jeito, tem que ajudar os prefeitos". Esta foi a palavra de ordem que acompanhou os cerca de mil prefeitos e executivos das Associações de Municípios que deixaram as salas do Senado Federal para se concentrarem e manifestarem suas demandas de frente ao Congresso Nacional, nos gramados da Praça das Bandeiras. A manifestação, que ocorreu na manhã de 22 de novembro, fez parte da Mobilização Municipalista em Brasília, capitaneado pela CNM.

A mobilização compôs a campanha Não Deixem Os Municípios Afundarem, e para ilustrar a realidade municipal, o movimento municipalista alocou um barco inflável no mesmo gramado, e os prefeitos fincaram no mesmo chão um barco de papel, em ato simbólico à grave crise que enfrentam, que deixa as finanças municipais prestes a naufragarem.

"A nossa situação está representada naquele barco. Não podemos deixar os municípios afundarem", disse Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, ao lembrar os gestores dos motivos para a grande mobilização em Brasília. Ele ainda reivindicou um tratamento igualitário entre os Entes da Federação. "Que Federação é essa que trata o governo do Estado diferente daquele que está lá na ponta?", indagou ele. Na ocasião, a AMMVI estava representada pelo presidente José Luiz Colombi, a prefeita Simoni Nones e o secretário executivo, José Rafael Corrêa.





AMMVI recebe mapeamento para diagnóstico socioambiental

A AMMVI obteve, junto à diretoria de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade da SDS, o mapeamento de risco à inundação de todos os municípios do Médio Vale do Itajaí, elaborados por uma consultoria da Inglaterra e contratados pelo Banco Mundial.

Em reunião com SDS, AMMVI reivindicou recursos para Cimvi

Durante reunião do presidente e secretário executivo da AMMVI com Carlos Chiodini, secretário de Estado da SDS, a Associação entregou ofícios em que solicitou recursos para a adequação do sistema de tratamento de efluentes, chorume ou líquido percolado, oriundo do aterro sanitário do Cimvi. Além disso, reivindicaram apoio financeiro da SDS

reforma e ampliação de um galpão pré-moldado para a instalação da Central Única de Triagem de Resíduos Recicláveis para os municípios, que será sediada no município de Timbó, sob a coordenação do Cimvi. Na ocasião, a AMMVI solicitou ainda auxílio financeiro para o desenvolvimento do projeto "Diagnóstico dos Sistemas Individuais de Tratamento de Esgotamento".

2. ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS

Executivos de Associações de Municípios de todo o estado promoveram, em 2017, **4** encontros de planejamento e discussão de temáticas relacionadas aos municípios catarinenses.

A agenda para o ano apontou ações para: perfil político e desafios das novas administrações municipais, plano estratégico, consórcios públicos, eficiência na arrecadação municipal, municipalização do trânsito, fortalecimento do desenvolvimento regional, gerenciador financeiro e de projetos, modelo de licenciamento ambiental, reposicionamento para Associações e Fecam, sistema de compras.





3. CONSELHO POLÍTICO

Durante o ano, foram realizadas **10** reuniões de pauta do Conselho Político da Fecam, nas quais a presidência e a secretaria executiva da AMMVI fizeram-se presentes na maioria dos encontros.

Abaixo alguns dos assuntos tratados:

- orçamento do governo federal de 2017 e atrasos nos repasses na área da saúde e assistência social 2016/2017;
- projeto de Lei do parcelamento do solo (PL 330.5/2016);
- diagnóstico do valor adicionado fiscal;
- cobrança registrada dos boletos bancários pela Febraban;
- 2º Prêmio Municipal Sustentável;
- projeto de Lei de alteração das regras do Funset;
- projeto eficiência na arrecadação municipal;
- proposta de Emenda à Constituição – PEC 22/2011;
- precatórios;
- regularização fundiária;
- judicialização da saúde;
- ações de combate à pirataria e evasão fiscal;
- licenciamento ambiental;
- licenciamento dos cemitérios;
- legalidade do 13º salário de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais;
- pagamento do Fundosocial.



4 ARTICULAÇÃO COM PREFEITOS

Em 2017 foram realizadas **7** reuniões com a Diretoria Executiva da AMMVI e **10** assembleias gerais com prefeitos, cujas pautas nortearam: saneamento básico; movimento econômico; plano de ação; agendas institucionais; mobilidade urbana; bem-estar animal; meio ambiente; saúde pública; judicialização; educação; receitas municipais; região metropolitana; ISS; estrutura de pessoal e terceirização; duplicação da rodovia BR-470; Ceops; controle interno; contabilidade; orçamento; tributação; licitações públicas; almoxarifado, frotas e patrimônio; encerramento de exercício; prestação de contas dos prefeitos; projetos da AMMVI; conquistas municipalistas.







5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Durante todo o ano, a Secretaria Executiva coordenou as atividades de planejamento estratégico da AMMVI juntamente com os colaboradores e prefeitos, mantendo atualizada a pauta de reivindicações e tornando a atuação da entidade mais focada e estratégica.

6. PROJETOS

Projetos voltados para aperfeiçoamento e modernização nas áreas de licitações públicas, almoxarifado, frotas, custos, patrimônio, bando de dados, diagnóstico socioambiental, usina de biogás, licenciamento ambiental, sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio estavam em execução em 2017, coordenados pela Secretaria Executiva. Tais projetos trarão relevantes resultados aos municípios e da gestão dos recursos públicos.

7. PARCERIAS

A Secretaria Executiva participou das reuniões, assembleias e mobilizações promovidas pela Fecam e suas entidade coligadas e CNM, de forma a unir forças em prol das bandeiras do movimento municipalista.

Além disso, manteve durante o ano parceria com universidades, faculdades, lideranças empresariais, Ministério Público, Tribunal de Contas, consórcios públicos, Secretaria do Tesouro Nacional, entidades municipalistas, instituições e empresas alemãs, Agências de Desenvolvimento Regional, secretarias de Estado, ministérios, como também representantes dos Poderes Executivo e Legislativo federal e estadual.

Todas estas parcerias e trabalho de estreitamento no relacionamento foram imprescindíveis para a manutenção da ordem, ampliação do diálogo, diminuição do impacto financeiro e de gestão nos municípios, conquista de reivindicações e aprimoramento de algumas iniciativas na gestão municipal.




AMMVI





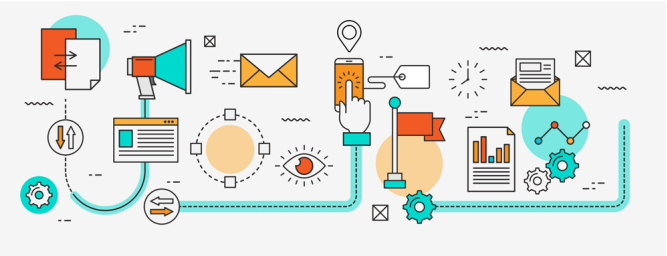


ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação Social é responsável pela comunicação institucional e compreende as atividades de assessoria de imprensa, publicidade, propaganda, marketing e relações públicas. As atividades desta Assessoria abrangem a publicação de notícias de interesse dos municípios na mídia e no portal da instituição, clipping, produção de releases, entrevistas, artigos, notas, fotos, material gráfico, anúncios, preparação das fontes, cerimonial e protocolo, organização de eventos, elaboração de documentos oficiais, revisão de textos e demais assuntos inerentes às atividades de Comunicação e de apoio à Secretaria Executiva.

Em 2017, o relacionamento da Associação com as administrações municipais foi aprimorado por meio das atividades de Comunicação Social, colegiados e capacitações. Esta Assessoria coordenou ainda o Colegiado de Gestores Municipais de Cultura e o Colegiado de Secretários Municipais de Educação.



1. ASSESSORIA DE IMPRENSA

A assessoria de imprensa contribuiu para manter a imagem e a reputação da AMMVI perante seus públicos, contribuindo para a interlocução entre a entidade e a imprensa. Em 2017, houve o atendimento às demandas e o fornecimento de informações adaptadas às necessidades e caraterísticas próprias de cada veículo de comunicação, como rádio, TV, impressos, sites, etc.

Dentre as ações desenvolvidas, estavam a organização do relacionamento da Associação com a imprensa, o cuidado com a imagem e a reputação da instituição, o combate a interpretações errôneas, o treinamento das fontes e a divulgação das ações da entidade.

A Assessoria de Comunicação divulgou na imprensa regional e nas mídias próprias o trabalho da entidade por meio de matérias jornalísticas, o que tem contribuído para o fortalecimento da imagem institucional.

1.1 Clipping

A Assessoria de Comunicação mantém um rico arquivo das notícias relacionadas à entidade que são divulgadas na mídia. O clipping é enviado, quando necessário, aos prefeitos, colegiados e corpo técnico da entidade. Este trabalho de monitoramento contribui para a linha de atuação da entidade e o alinhamento do discurso das autoridades que a representam.

Em 2017, foram mais **1.000** notícias arquivadas relacionadas à Associação e aos temas que compõem sua pauta de prioridades.



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

"Vamos brigar para que a gente seja ouvido"

Nene Colombi, prefeito de Botuverá, fala sobre os desafios à frente da presidência da Ammvi

Marcelo Reis
marcelo.reis@municipiomais.com.br

O prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi, o Nene, foi recentemente empossado como presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), cargo no qual permanecerá por um ano.

Nene assume a direção da associação em um dos períodos mais difíceis da história, com redução de arrecadação e atrasos nos repasses dos governos estadual e federal. Seu objetivo, segundo ele, é lutar pela representatividade da associação junto a esses entes federativos.

"Como estamos em um conturbado momento político, adminis-

Nene Colombi ficará um ano no mandato

to por aclamação, em assembleia realizada no começo do mês.

Ele afirma que irá tocar vários projetos neste ano de mandato à frente da associação. Um deles

Nene também pretende acompanhar a preparação dos municípios para cumprir exigências em saneamento básico, que estão sendo solicitadas

tratamento de esgoto sanitário.

Também em parceria com o Ministério Público, informou o prefeito de Botuverá, a Ammvi desenvolverá estudo socioam-

truções a apenas 15 metros de áreas de preservação permanente (APPs), desde que em locais em que já exista infraestrutura. Esse tema hoje é alvo de questionamentos judiciais e as prefeituras ainda têm dúvidas sobre o que pode e o que não pode ser autorizado.

Arrecadação

Entre as ações, Nene quer apoiar os municípios para que melhorem a arrecadação, a qual vem em queda nos últimos anos, sobretudo no ISS, o Imposto Sobre Serviços.

O prefeito também destaca a necessidade de brigar para que projetos regionais saiam do papel. Citou como exemplo a duplicação da BR-470, que anda a passos de cágado.

"Temos que brigar para que a 470 não pare. São 750 mil habitantes nas cidades da Ammvi, temos representatividade e vamos brigar para que a gente seja ouvido", afirma Nene.

Ele também informou que, na semana passada, reuniu-se com uma comitiva alemã que assi-



CRUZEIRO DO VALE

TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2017

Notícias | Colunas | Opinião | Classificados | Cruzeiro+ | Vídeos | Assine

Preços | Fale Conosco | O Jornal

Home » Notícias » Geral

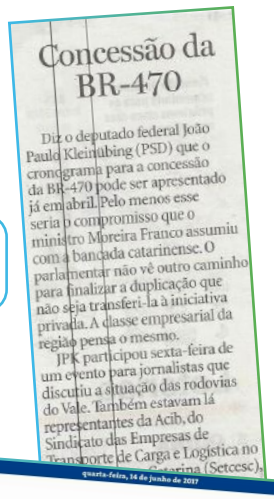
Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí comemora 48 anos

04/08/2017

Uma trajetória marcada por iniciativas em defesa do municipalismo e assessoramento nas diversas áreas da gestão pública. Assim a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) commeorou seus 48 anos de atuação na quarta-feira, 2 de agosto.

Presidente da Ammvi e prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi afirma que as ações ao longo destas décadas foram fundamentais para o desenvolvimento econômico e sustentável dos 14 municípios do Médio Vale. "Os prefeitos se mantêm unidos em prol de causas comuns e visando ao crescimento da região", diz.

Já o secretário executivo da Ammvi, José Rafael Corrêa enfatiza a unificação dos interesses, a luta conjunta e os avanços aos municípios. "São progressos voltados ao aperfeiçoamento das política públicas, qualificação da gestão municipal, modernização dos processos e melhoria dos serviços ao cidadãos".



Concessão da BR-470

Diz o deputado federal João Paulo Kleinübing (PSD) que o cronograma para a concessão da BR-470 pode ser apresentado já em abril. Pelo menos esse seria o compromisso que o ministro Moreira Franco assumiu com a bancada catarinense. O parlamentar não vê outro caminho para finalizar a duplicação que não seja transferi-la à iniciativa privada. A classe empresarial da região pensa o mesmo.

JPK participou sexta-feira de um evento para jornalistas que discutiu a situação das rodovias do Vale. Também estavam lá representantes da Acib, do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga e Logística no [illegible] (Setcesc),



O Município — quarta-feira, 14 de junho de 2017 — geral

RESÍDUOS SÓLIDOS

Ammvi busca parcerias para produção de energia em aterro sanitário

Prefeito de Botuverá, que preside associação, afirma que projeto será realizada com a iniciativa privada

Marcelo Reis

Tratamento de resíduos sólidos

Ideia é parceria público-privada



Município Dia a Dia — segunda-feira, 9 de janeiro de 2017 — geral

CONTAS PÚBLICAS

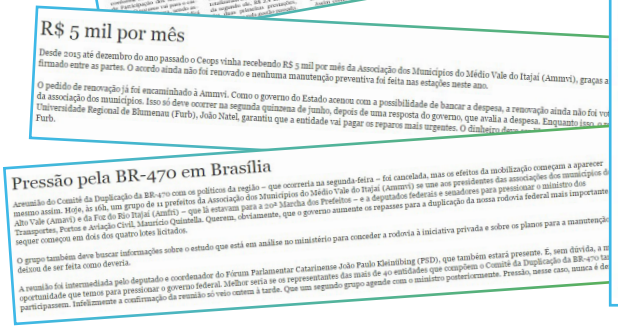
Brusque recebeu mais de R$ 4 milhões de recursos oriundos da repatriação

Última parcela foi depositada em dezembro, mas já está comprometida, segundo o governo

Marcos Borges

Guabiruba e Botuverá receberam quase R$ 2 milhões

Lei da repatriação



R$ 5 mil por mês

Desde 2015 até dezembro do ano passado o Ceops vinha recebendo R$ 5 mil por mês da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), graças a firmado entre as partes. O acordo ainda não foi renovado e nenhuma manutenção preventiva foi feita nas estações neste ano.

O pedido de renovação já foi encaminhado à Ammvi. Como o governo do Estado acenou com a possibilidade de bancar a despesa, a renovação ainda não foi vo da associação dos municípios. Isso só deve ocorrer na segunda quinzena de junho, depois de uma resposta do governo, que avalia a despesa. Enquanto isso, o Universidade Regional de Blumenau (Furb), João Natel, garantiu que a entidade vai pagar os reparos mais urgentes. O dinheiro

Pressão pela BR-470 em Brasília

Acenião do Comitê da Duplicação da BR-470 com os políticos da região – que ocorreria na segunda-feira – foi cancelada, mas os efeitos da mobilização começam a aparecer mesmo assim. Hoje, às 16h, um grupo de 11 prefeitos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) se une aos presidentes das associações dos municípios d Alto Vale (Amavi) e da Foz do Rio Itajaí (Amfri) – que já estavam para a 20ª Marcha dos Prefeitos – e a deputados federais e senadores para pressionar o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella. Querem, obviamente, que o governo aumente os repasses para a duplicação da nova rodovia federal mais importante seguet começou em dois dos quatro lotes licitados.

O grupo também deve buscar informações sobre o estudo que está em análise no ministério para conceder a rodovia à iniciativa privada e sobre os planos para a manutenção deixou de ser feita como deveria.

A reunião foi intermediada pelo deputado e coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense João Paulo Kleinübing (PSD), que também estará presente. E, sem dúvida, a m oportunidade que temos para pressionar o governo federal. Melhor seria se os representantes das mais de 40 entidades que compõem o Comitê da Duplicação da BR-470 tiv participassem. Infelizmente a confirmação da reunião só veio contem à tarde. Que um segundo grupo agende com o ministro posteriormente. Pressão, nesse caso, nunca é de

Marcha dos prefeitos

De 15 a 18 de maio, gestores municipais de todo o país se reúnem na capital federal para a 20ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Nesta edição, a comitiva da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) é composta pelos prefeitos de Botuverá, Guabiruba, Apiúna, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, além de vice-prefeitos e vereadores.



1.2 Fotografia

A Ascom realizou a cobertura fotográfica dos cursos, reuniões, colegiados, assembleias, eventos em geral e atividades realizadas pela AMMVI ou em que seus representantes estiveram presentes. As imagens foram distribuídas à imprensa, no padrão de qualidade exigido, bem como às assessorias das prefeituras e outras entidades que as solicitaram. Tais fotografias também são usadas nos documentos e materiais gráficos da AMMVI.

O arquivo de 2017 é composto por fotos de **113** eventos e atividades da entidade em que esta Assessoria fez a cobertura fotográfica.









1.3 Matérias

Neste ano, foram mais de **80** releases, notas e artigos encaminhados à imprensa local. Foram publicadas no portal institucional **177** matérias relacionadas ao movimento municipalista. Discussão de temas de interesse dos municípios associados e do movimento municipalista e relacionados ao trabalho da AMMVI também foram destaques em programas jornalísticos de televisão, rádio, jornais impressos e *online*, mídia social, sites de entidades congêneres, portais de notícias, blogs e revistas.

PREFEITO DE BENEDITO NOVO COMANDARÁ AMMVI EM 2018

PUBLICADO EM 14/12/2017 ÀS 19:42 - ATUALIZADO EM 14/12/2017 ÀS 19:46

Jean Michel Grundmann, prefeito de Benedito Novo, foi eleito presidente da AMMVI para 2018/2019. Ele, que atualmente é primeiro vice-presidente da entidade, ocupará o cargo por um ano. A eleição foi por consenso e aconteceu na tarde desta quinta-feira (14), durante a assembleia geral ordinária.

Para Grundmann, a prioridade é fazer de 2018 um ano de muito trabalho. "A AMMVI já tem uma longa caminhada em prol da gestão pública municipal. Além disso, queremos no próximo ano estreitar o relacionamento da entidade com o cidadão e os legislativos municipais", disse o prefeito de Benedito Novo, que será empossado como presidente da Associação no dia 1º de fevereiro do próximo ano.



Diretoria eleita será empossada em fevereiro de 2018.
Créditos: Michele Prada baixar imagem

Ao lado do presidente, na Diretoria Executiva, estarão os prefeitos Ércio Kriek, de Pomerode e José Luiz Colombi, de Botuverá, na primeira e segunda vice-presidência, respectivamente. Já os cargos de primeiro e segundo tesoureiros serão ocupados pelos prefeitos de Indaial, André Moser

SEMINÁRIO UNINDO FORÇAS REÚNE PREFEITOS, PROMOTORES E TÉCNICOS MUNICIPAIS

PUBLICADO EM 18/09/2017 ÀS 18:02 - ATUALIZADO EM 18/09/2017 ÀS 18:08

Nesta segunda-feira (18), a AMMVI sediou o Seminário Unindo Forças, promovido pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). O encontro reuniu mais de 80 pessoas, dentre elas prefeitos, vereadores, promotores de justiça, secretários e técnicos municipais.

O Seminário apresentou o Programa Unindo Forças e as perspectivas para o fortalecimento dos controles internos das prefeituras catarinenses. Conforme o secretário executivo da AMMVI, José Rafael Corrêa, a programação contou ainda com debates pontuais sobre ilícitos derivados de falhas de controle e o compartilhamento de boas práticas conduzidas por diversas controladorias no Estado.



Seminário Unindo Forças reúne gestores públicos e promotores, em Blumenau.
Créditos: Michele Prada baixar imagem

Durante o evento, os participantes foram orientados sobre alternativas para aprimorar ou

PRESSÃO PELA BR-470 AUMENTA

PUBLICADO EM 17/08/2017 ÀS 10:07 - ATUALIZADO EM 17/08/2017 ÀS 10:10

Na tarde desta quarta-feira (16), o presidente da AMMVI e prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi, reuniu-se com o senador Dário Berger, que também é presidente da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional, para entregar a reivindicação dos prefeitos do Médio Vale pela suplementação de recursos para a obra de duplicação da rodovia BR-470 na ordem de R$ 230 milhões para este ano.



Lideranças políticas buscam garantia de recursos pela obra de duplicação da BR-470.
Créditos: Foto: Fabiano Amaral. baixar imagem

Acompanhado ainda do coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado João Paulo Kleinübing, do senador Dalírio Beber e do deputado federal Rogério Mendonça, Colombi pediu ao senador articulação junto ao governo federal pela garantia de orçamento para os próximos anos. "Tais pleitos são imperativos para a obra, visto que qualquer contingenciamento vai retardar ainda mais o andamento da duplicação, prejudicando inclusive o processo de concessão", desabafou Colombi.

MUNICIPALISTAS CATARINENSES AVALIAM XX MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

PUBLICADO EM 22/05/2017 ÀS 17:21 - ATUALIZADO EM 23/05/2017 ÀS 13:18



Créditos: Michele Prada baixar imagem

Após quatro dias em Brasília, entre 15 e 18 de maio, para participarem do maior evento municipalista do Brasil, lideranças catarinenses avaliam a importância da XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Para a maioria dos participantes foi um evento importante para mostrar a força do municipalismo brasileiro. É o que destaca a presidente da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Adeliana Dal Pont, prefeita de São José. Segundo ela, foi um movimento bastante positivo, que contou com a enorme participação dos gestores municipais. "Com expressiva delegação de Santa Catarina e com união mostramos nossa força e esperamos que isso se reverta em aprovação de leis em benefício dos municípios e por consequência dos cidadãos", destaca.

A opinião sobre o evento é compartilhada pelos presidentes da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (Granfpolis), Juliano Duarte Campos, prefeito de Governador

1.4 Mailing

Esta Assessoria mantém um mailing com a relação de jornalistas e colunistas específicos para os segmentos em que a entidade atua.

1.5 Folow up

É feito, sempre que necessário, o contato telefônico com a imprensa para reforçar as pautas enviadas pela instituição e para o agendamento de entrevistas.

1.6 Atendimento à Imprensa

Todas as demandas da imprensa foram respondidas com transparência e rapidez. A assessoria facilitou e intermediou o contato da AMMVI com a imprensa, como também enviou aos veículos as informações solicitadas e agendou entrevistas nos veículos de rádio e TV locais.

1.7 Planejamento

Diariamente há um planejamento de trabalho que, dentre outras coisas, inclui quais serão os veículos-alvo, quais serão as editorias escolhidas e quais assuntos poderão ser enviados para a imprensa.

2. PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A Assessoria de Comunicação desenvolveu anúncios institucionais publicados no Jornal de Santa Catarina em comemoração ao aniversário dos 14 municípios do Médio Vale, bem como a identidade visual de eventos e banners.











3. RELAÇÕES PÚBLICAS

As atividades de relações públicas corroboraram para a gestão do relacionamento da AMMVI com seus públicos estratégicos, para a construção da imagem institucional e para o aprimoramento da reputação da entidade. As iniciativas são desenvolvidas por meio da identificação e da atuação junto aos públicos de interesse.

Nesta área, são desenvolvidos: planejamento estratégico de comunicação, assessoria de imprensa, gestão de relacionamento com os públicos da organização, comunicação institucional, gerenciamento de crises, eventos institucionais, comunicação interna, *media training*, cerimonial e protocolo, elaboração do relatório de atividades, redação de correspondências e demais atividades afins.

3.1 Cerimonial e Protocolo

Elaboração de protocolo e realização de cerimonial de eventos relacionados à entidade.

3.2 Relatório de Atividades

Produção do Relatório de Atividades 2016: revisão ortográfica, layout, fotos, elaboração de textos.



3.3 Informativo

Em 2017, foram produzidas duas edições do InformAção da AMMVI, contendo matérias das ações da entidade, que foram distribuídos às prefeituras e na sede da entidade.



3.4 Entrevistas

A assessora acompanha as entrevistas, sempre que possível, concedidas pelo presidente e/ou secretário executivo, auxiliando, no que for viável, o entrevistado e facilitando o trabalho do entrevistador. Além disso, elabora textos, busca documentos

e faz o levantamento de dados para munir o entrevistado com informações atuais e pertinentes ao assunto tratado.

3.5 Media Training

Antes e depois das entrevistas acompanhadas pela Assessoria, é feito o treinamento do entrevistado para lidar com situações da mídia e proporcionar segurança dos porta-vozes nas entrevistas, para que possam ser bem compreendidos pelos públicos e se sair bem em uma entrevista, por meio de técnicas que contribuem para uma comunicação assertiva, para a credibilidade do porta-voz e para o fortalecimento da boa imagem e da reputação da Associação.

3.6 Eventos

A Ascom é responsável pela organização geral dos eventos da AMMVI, sejam eles institucionais, promocionais ou de capacitação. Para a efetivação dos eventos, elabora-se o projeto do evento, orçamentos, contratação de profissionais, cerimonial, materiais gráficos, certificados, impressos e trabalho de pós-evento.

Em 2017, a AMMVI esteve envolvida em mais de **49** eventos.

A AMMVI promoveu cursos em algumas áreas com o objetivo de atender as demandas apontadas pelos Colegiados. Tais capacitações foram realizadas pela Assessoria de Comunicação, com o apoio do Administrativo e Institucional e do setor envolvido na formação.



3º Seminário Novos Gestores e Legisladores Municipais



Curso de Licitações Públicas



Reunião com Ministro das Cidades



Palestra do Governador Raimundo Colombo

3.7 Portal Institucional

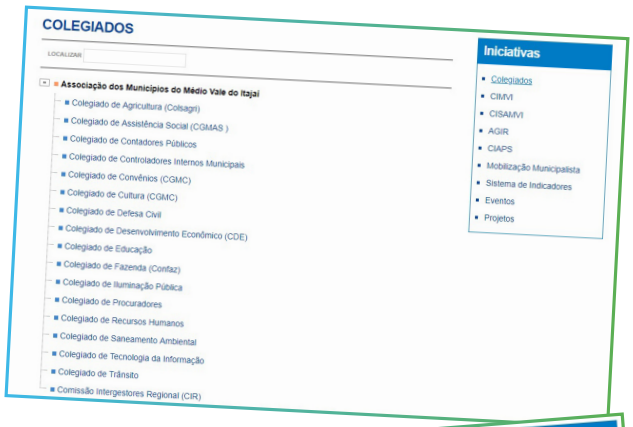
A atualização do portal da AMMVI é feita pela Assessoria de Comunicação. A seção Notícias oferece aos visitantes informações e notícias de interesse do movimento municipalista e do trabalho da entidade. Em 2017, foram publicadas **177** matérias jornalísticas relacionados à Associação e à administração municipal.

As notícias dos municípios também foram destaque no portal da AMMVI, totalizando **70** publicações. No menu Agenda foram publicados todos os eventos relacionados à AMMVI, totalizando **169**. No portal são atualizados também pela Ascom os banners e menus: Notícias da Associação, Notícias dos Municípios, Agenda, Institucional, Estrutura Organizacional, Publicações Legais,

Editais, Links Úteis, Médio Vale, Concursos, Colegiados, Eventos e links específicos. O menu Colegiados foi constantemente atualizado com as pautas, fotos, arquivos das reuniões e demais documentos de interesse.



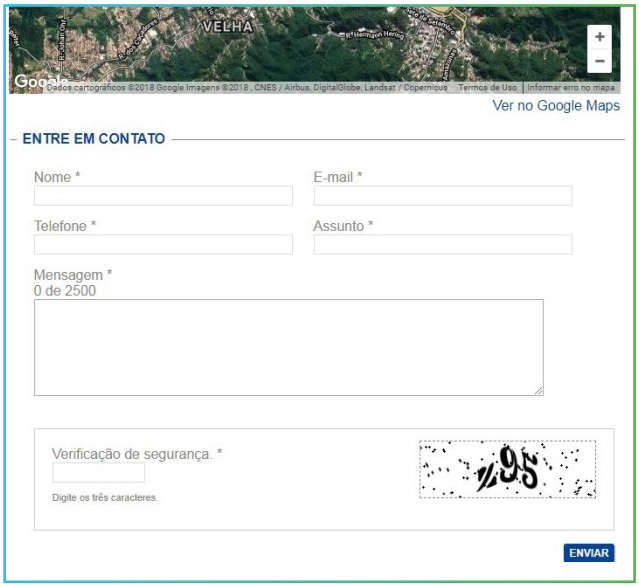






3.8 Contato

A Assessoria de Comunicação recebe as mensagens enviadas pelo público para a Associação por meio do link "Contato" ativado no portal da entidade. São encaminhadas respostas a todos os contatos recebidos em um prazo máximo de 48 horas. Em 2017 foram respondidos a **10** contatos por meio do portal, cujo registro das perguntas e das respostas é mantido atualizado.



4. COLEGIADOS

Assessoria de Comunicação da AMMVI coordenou as reuniões dos Colegiados de Cultura e de Educação, mantendo constante contato com os gestores para orientação e solução de conflitos.

4.1 Colegiado de Gestores Municipais de Cultura

O Colegiado de Cultura objetiva incentivar e desenvolver as manifestações artísticas e culturais no Médio Vale, divulgar as atrações culturais, formatar um inventário cultural e promover o intercâmbio dos produtos culturais dos municípios. Os gestores municipais de cultura se reúnem periodicamente para discutir assuntos do momento e propor iniciativas como realização de conferências, fóruns e eventos relacionados à área.

4.1.1 Eventos do Colegiado

6 Reuniões

83 Participações

Principais Pautas:

- Plano Municipal de Cultura.
- Fundo Municipal de Cultura.
- Execução do Plano de Ação 2017. Conselho Municipal de Políticas Culturais.
- Inventário de bens culturais.



Reunião realizada em Blumenau



Reunião realizada em Gaspar



Reunião realizada em Benedito Novo

14 de fevereiro **Blumenau**	**Sala Temática Cultura, no 3º Seminário Novos Gestores e Legisladores Municipais**
21 e 22 de fevereiro **Rodeio**	**Seminário de Cultura e Turismo no Vale Europeu**
8 de abril **Blumenau**	**Lançamento do documentário Receitas da Memória**
7 de julho **Gaspar**	**Oficina: O fazer artesanal como fonte de renda e aproximação com o consumidor**
8 de julho **Gaspar**	**Oficina: decoração natalina de crochê**
7 a 9 de julho **Gaspar**	**2ª Feira Regional de Artesanato do Vale Europeu**
22 a 24 de setembro **Indaial**	**3ª Feira Regional de Artesanato do Vale Europeu, durante a Feira de Ecoturismo e Turismo de Aventura do Vale Europeu**
18 de novembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018	**Circuito de apresentações do Terno de Reis**



Seminário de Turismo e Cultura do Vale Europeu, em Rodeio



3ª Feira Regional do Vale Europeu, Indaial


Terno de Reis, em Botuverá


Oficina de Artesano , em Gaspar


Terno de Reis, em Rio dos Cedros

4.2 Colegiado de Secretários Municipais de Educação

O Colegiado de Educação visa o debate e o estudo de questões importantes no momento da Educação municipal entre os secretários da pasta das 14 prefeituras. Compete aos integrantes propor medidas e iniciativas para o aperfeiçoamento dos educadores, políticas públicas voltadas à qualidade na Educação, realizar visitas e estudos para a melhoria da Educação.

6 Reuniões

130 Participações

Principais Pautas:

- Plano de Ações Articuladas.
- Atendimento da demanda na educação infantil.
- Educação inclusiva.
- Plano Municipal de Educação.
- Plano e Carreira e Remuneração.
- Hora-atividade.

4.2.1 Eventos do Colegiado

14 de fevereiro Blumenau	**Sala Temática Educação, no 3º Seminário Novos Gestores e Legisladores Municipais**
27 de junho Blumenau 27 participantes	**Formação sobre Elaboração/Adequação dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal**
20 de novembro Blumenau 23 participantes	

6 de outubro
Blumenau
40 participações

Formação das Comissões Coordenadoras e/ ou Equipes Técnicas para o Processo de Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação



Sala de Educação, em Blumenau



Formação sobre PCR, em Blumenau

5. SECRETARIA GERAL

A Ascom é responsável pela organização das Assembleias Gerais Ordinárias e produção de suas atas, como também assessora em algumas ações deliberadas pelos prefeitos. Em 2017 foram **10** assembleias realizadas.









Neste ano, fez ainda a redação/revisão/ formatação de **581** ofícios, como também a organização de reuniões, redação de documentos institucionais e revisão ortográfica de textos produzidos pelos setores.



6. REPRESENTAÇÃO

A Ascom representa a AMMVI em órgãos e conselhos, participando das discussões e das votações.

Colegiado Estadual de Educação

Esta Assessoria participa das reuniões e corrobora nas ações do Colegiado Estadual de Educação das Associações de Municípios de Santa Catarina, que reúne representantes das Associações de Municípios que atuam na área da Educação. Este espaço direciona a atuação da Federação de acordo com as prioridades dos municípios catarinenses, além de oportunizar a qualificação conjunta das assessorias prestadas pelas Associações.

Colecom

O Colegiado de Comunicação de Santa Catarina (Colecom) tem por objetivo debater, planejar, promover, apoiar e sugerir ações destinadas à promoção de políticas públicas de comunicação que auxiliem os Municípios e Associações nas melhores práticas de divulgação dos programas governamentais.

Congesc

O Conselho de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina (Congesc) é órgão de integração, desenvolvimento, fortalecimento e discussão de políticas públicas de cultura nos âmbitos municipal, estadual e federal, com apoio operacional e administrativo da Fecam e suas Associações Microrregionais.

Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo

A Assessoria de Comunicação participou das reuniões do Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo, órgão vinculado ao Cimvi, que foi instituído com a finalidade de propor a formulação e auxiliar na aplicação de políticas, planos, programas, projetos e atividades de caráter regional nas áreas de Cultura, Esporte e Turismo na região do Médio Vale do Itajaí.





ADMINISTRATIVO E INSTITUCIONAL

ADMINISTRATIVO E INSTITUCIONAL

O Administrativo e Institucional está vinculado à equipe de apoio administrativo, subordinado à Secretaria Executiva, exercendo funções na gestão institucional do processo de compras e contratações e consultoria aos colaboradores para a formulação das requisições.

Em 2017 foram realizados **59** procedimentos de compras ou contratações, sendo que, destes, **34** firmou-se contrato entre a AMMVI e o fornecedor.

O processo de compras envolve solicitação ou requisição, autorização, cotação, análise junto à assessoria solicitante, encaminhamento do pedido para a homologação e autorização da Secretaria Executiva ou presidente, considerando as peculiaridades de cada objeto a ser adquirido, conforme consta no Regulamento de Compras e Contratações da AMMVI, regulamentado pela Resolução nº 12/2016 e suas alterações.

1. COLEGIADO GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O assessoramento à Política Pública de Assistência Social aos 14 municípios acontece através do atendimento presencial, eletrônico e via aplicativo de mensagens, aos gestores e trabalhadores da área, como também junto ao Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (CGMAS). O Colegiado se reuniu por **7** vezes ordinariamente, contando com a participação de **106** agentes públicos municipais, dentre eles gestores e técnicos.





Reunião em Brusque



Reunião em Blumenau



Reunião em Doutor Pedrinho

Tendo em vista as dificuldades econômicas que assolam os municípios, grande parte fruto da falta de repasse dos valores pactuados pelas demais esferas governamentais e/ou do repasse atrasado, a AMMVI esteve presente nas ações do Colegiado, inclusive buscando o custeio de técnicos para prestar consultoria aos agentes públicos, a fim de que cumprissem com suas respectivas obrigações legalmente impostas.

Entre as ações de destaque do Colegiado, estão:

- palestra magna proferida pela professora doutora Cleide Gesselle nas Conferências Municipais de Assistência Social de Ascurra, Botuverá, Doutor Pedrinho e Gaspar;
- articulação para a vinda da assessora técnica da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Janice Merigo, para a orientação na elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social;
- roda de Conversa Sobre os Benefícios Eventuais, com a assistente social da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (Granfpolis), Vânia Guareski Souto;
- roda de Conversa Intersetorialidade e o Trabalho Social com Famílias, ministrada pela doutora Liliane Moser, que faz parte do quadro de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).







Eventos de orientação aos gestores e trabalhadores da Assistência Social.

Considerando as parcerias com a Fecam e as instituições de ensino superior, a AMMVI investiu em capacitação R$ 4.199,37 no ano de 2017.

A Associação esteve representada em três reuniões do Colegiado de Assistência Social das Associações dos Munícipios Catarinenses (Coas), duas reuniões do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas), duas reuniões da Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e em uma conjunta, no município de Doutor Pedrinho. Nesta estava a prefeita, o advogado, a secretária municipal de educação, a secretária municipal de saúde, a secretária municipal de Assitência Social, a assistente social da Fecam, para a organização das ações demandadas a partir da invasão de um grupo do Movimento Sem Terra.





ASSESSORIA CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA

ASSESSORIA CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA

A Assessoria Contábil e Orçamentária da AMMVI orienta os municípios nas áreas de orçamento, contabilidade e controle interno, auxilia na prestação de contas dos prefeitos e no relacionamento entre os municípios e os órgãos congêneres. Da mesma forma, tais atividades também são desempenhadas na Associação e, quando necessário, nos consórcios públicos.

Durante 2017 foi prestada assessoria contábil e orçamentária aos municípios do Médio Vale do Itajaí, seguindo a legislação vigente e visando à modernização da gestão municipal. As ações desta área são desempenhadas tanto em atendimentos aos municípios na sede da Associação, quanto no próprio órgão municipal da administração direta e indireta, como também via telefone, aplicativo de mensagens e correio eletrônico.

Esta assessoria busca constantemente aprendizado e atualização a fim de proporcionar aos gestores e técnicos municipais confiança na tomada de decisão, bem como orientar os prefeitos e os técnicos municipais no que tange às perspectivas legais e as normativas dos órgãos externos de fiscalização.

Neste ano, a Assessoria Contábil e Orçamentária foi responsável pelas ações descritas abaixo:

Assessoria:

- na elaboração do balanço 2016 e na elaboração da prestação de contas anual da AMMVI;
- contábil e orçamentária durante a execução do orçamento aos municípios;
- contábil e orçamentária no encerramento do exercício de 2016 (balanços) aos municípios.

Participação:

- colegiados de Contadores Públicos e de Controladores Internos da Federação Catarinense de Municípios (Fecam);



- reuniões do Grupo Técnico da Fecam com técnicos do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC);
- reuniões com técnicos do TCE/SC para tratar de assuntos referentes aos municípios da região;







- reuniões da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), em Brasília;
- 13º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais;

- XV Congresso Catarinense de Municípios;



- reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Consórcios Públicos Intermunicipais, instituído pela Confederação Nacional de Municípios (CNM);
- discussão e elaboração de procedimentos contábeis no que se refere aos consórcios públicos, juntamente com TCE/SC e STN;
- eventos nacionais de consórcios públicos;
- evento promovido pela AMMVI referente a Lei 13.019;



- evento, promovido pela AMMVI em parceria com a Prefeitura de Blumenau, referente transparência e controle, com palestras do TCE/SC e do ex-ministro chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage;



- IV Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais;
- XVII Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal;



- workshops de almoxarifado, frotas e patrimônio;



- diálogo, junto ao MPSC, sobre as propostas de TAC's referentes a transparência, organização do controle interno nos municípios, fiscalização de contratos e arrecadação municipal;



- discussão com Controladoria Geral da União (CGU) para aprimorar os controles internos municipais;



Ministrou palestras:

- 13º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais;
- XV Congresso Catarinense de Municípios;



- eventos nacionais de consórcios públicos.

Coordenação:

- Projeto de Gestão da AMMVI, no que se refere ao almoxarifado, frotas e patrimônio;
- Projeto de Gestão da AMMVI, no que se refere às licitações;
- XVII Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal;
- workshops de almoxarifado, frotas, patrimônio e licitações;









- 3º Seminário Novos Gestores e Legisladores Municipais.



1. CONTAS DOS PREFEITOS

Nos últimos anos, os 14 prefeitos têm conquistado a aprovação das contas referente ao exercício do ano anterior. Em 2017, como de costume, o TCE/SC recomendou a aprovação das contas prestadas pelos 14 municípios.

Esta vitória é resultado também da assessoria prestada pela AMMVI nas áreas contábil e orçamentária, a qual periodicamente orienta os técnicos municipais e os prefeitos a respeito do assunto, como também acompanha diretamente os julgamentos pela Corte catarinense, marcando audiências e promovendo defesas quando é apontada alguma eventual irregularidade nas contas dos prefeitos.

2. COLEGIADOS

A Assessoria Contábil e Orçamentária é responsável pela coordenação dos Colegiados de Contadores Públicos (juntamente com Valdete Marques) e de Controladores Internos Municipais (juntamente com Sabrina Furlani), em que participam profissionais da área dos órgãos públicos do Executivo e Legislativo dos municípios associados, como também administração pública indireta e instituições afins.

Estes colegiados desenvolveram importantes trabalhos em 2017, recebendo o reconhecimento do TCE/SC e do MPSC no cumprimento de dispositivos legais e nas ações relacionadas à Lei de Transparência, Lei de Acesso à Informação e Controle Interno.

Por meio das discussões com o MPSC foi possível ampliar o diálogo em torno das cláusulas do TAC para facilitar o trabalho das prefeituras na área da transparência, como também corroborou com a aproximação das entidades no trabalho conjunto em torno da temática.







Colegiado de Contadores Públicos e de Controladores Internos Municipais

5 Encontros

261 Participações

Principais assuntos:

- Siconfi.
- Siops.
- Siope.
- E-Sfinge.
- Encerramento de exercício.
- Instruções normativas TCE.
- Instruções de Procedimentos Contábeis da STN (IPC).
- Portarias da STN.
- Lei da Transparência.
- Lei de Acesso à Informação.
- Lei nº 13.019/2015.
- Matriz de saldo contábeis.
- Ciclo de Estudos de Controle da Administração Pública.
- Obrigações, Pasep/ Retenções.
- Funset.
- Consórcios públicos.
- Balanço contábil.
- Prestação de contas.
- Relatórios contábeis e de controle interno.
- Planejamento Orçamentário – PPA.
- Execução orçamentária e contabilização.
- Portaria da Receita
- Projeto de Almoxarifado, Frotas e Patrimônio.
- TAC Banco do Brasil e CEF.
- Programa Unindo Forças.
- Programa Brasil Transparente.
- Ranking da Transparência (CGU e MP Federal).







ASSESSORIA ECONÔMICA E FAZENDÁRIA

ASSESSORIA ECONÔMICA E FAZENDÁRIA

São atribuições da Assessoria Econômica e Fazendária manter atualizado o banco de dados com informações socioeconômicas e repassá-lo aos municípios, assessorar os gestores públicos no que tange o movimento econômico, interpelar em favor do aumento da receita tributária e interagir pelo interesse da Administração Municipal com o setor fazendário e do desenvolvimento econômico.

Em 2017, a Assessoria Econômica e Fazendária foi responsável pelas ações descritas a seguir.

1. MOVIMENTO ECONÔMICO

Atuação junto à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF):

- participação nos cursos;
- reunião junto ao grupo gestor setorial;
- reuniões para ajuste do sistema de apuração do movimento econômico;
- apresentação dos acertos ao grupo de trabalho para apuração e relatórios no sistema;
- efetivação dos ajustes de documentos das empresas no sistema;
- auditoria dos documentos informados pelo sistema auxiliar de auditoria;
- reunião de julgamento dos recursos de primeira e de segunda instância.

Assessoria aos Municípios:

- reuniões com os técnicos das prefeituras que atuam na área do movimento econômico, repassando orientações para 2017;
- repasse de relatórios às prefeituras sobre o posicionamento dos índices de retorno do ICMS;
- verificação junto às prefeituras dos valores do agropecuário;
- repasse de orientações e informações dos procedimentos correlatos ao movimento econômico, tanto aos prefeitos quanto aos técnicos municipais;
- apresentação e confecção dos relatórios finais;
- elaboração e assessoramento na obtenção de documentos para montagem do processo sobre as impugnações e os recursos de julgamento.

Iniciativa privada:

- reunião com as empresas para acerto e esclarecimentos das declarações do movimento econômico;
- visitas aos escritórios de contabilidade e empresas para verificação dos valores negativos;
- correção de Dime junto às empresas;
- orientação técnica e de normas junto aos coordenadores das unidades conveniadas de cadastramento, controle e emissão de notas de produtor rural.

1.1 Valor Adicionado

Tabela 1: Valor Adicionado a preços constantes 2010 a 2015

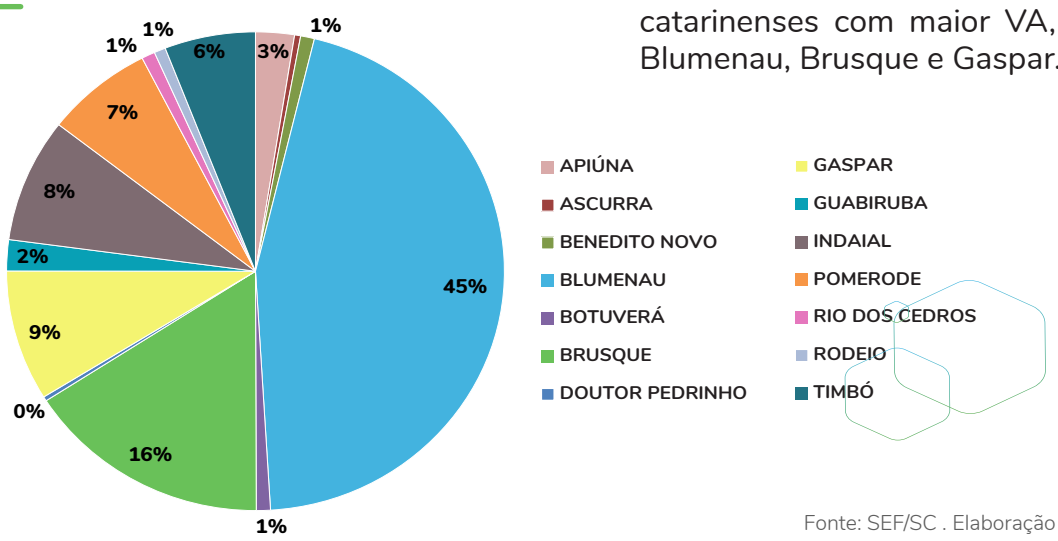
MUNICIPIOS	2010*	2011*	2012*	2013*	2014*	2015*	2016*	PARTICIPAÇÃO NO VA 2015	POSIÇÃO NO ESTADO
Apiúna	425.874.625	431.644.918	472.429.192	552.498.823	654.761.780	537.545.453	450.112.667,91	2,52%	67
Ascurra	104.341.659	100.143.948	103.328.001	118.478.088	163.658.992	83.509.683	100.110.071,55	0,39%	213
Benedito Novo	157.600.277	162.180.973	150.832.511	172.093.771	182.969.497	191.975.145	198.166.110,13	0,90%	148
Blumenau	9.503.943.503	9.707.280.838	10.961.698.338	10.912.921.675	11.276.020.754	9.655.140.613	10.425.972.242,48	45,23%	3º
Botuverá	105.631.301	140.567.586	169.859.066	186.539.047	229.313.037	194.961.361	193.257.616,76	0,91%	150
Brusque	3.489.588.807	3.659.867.272	3.643.003.668	3.790.875.734	3.858.334.061	3.405.896.657	3.449.504.168,76	15,95%	10º
Doutor Pedrinho	50.135.403	41.139.074	37.226.412	49.699.737	63.242.896	62.889.632	84.751.848,89	0,29%	236
Gaspar	1.493.470.985	1.673.746.954	1.724.227.043	1.802.476.539	2.021.653.686	1.883.064.023	2.009.897.652,03	8,82%	16
Guabiruba	515.128.683	578.727.041	562.147.920	535.943.636	577.026.613	447.989.228	497.876.383,48	2,10%	72
Indaial	1.496.745.204	1.593.194.868	1.670.543.130	1.794.142.069	1.864.450.326	1.788.060.798	1.756.182.848,35	8,38%	22
Pomerode	1.275.733.846	1.445.472.202	1.450.508.736	1.478.587.193	1.687.925.408	1.491.448.430	1.447.594.345,20	6,99%	26
Rio dos Cedros	241.498.184	197.238.282	211.942.673	202.801.699	202.338.645	185.775.525	190.502.280,05	0,87%	153
Rodeio	126.948.659	112.889.346	142.926.347	147.854.618	196.880.076	158.834.352	141.073.068,90	0,74%	169
Timbó	1.165.103.547	1.215.978.506	1.236.470.882	1.260.616.888	1.380.825.720	1.261.114.437	1.249.429.231,19	5,91%	28
AMMVI	**20.151.744.683**	**21.060.071.806**	**22.537.143.921**	**23.005.529.517**	**24.359.401.490**	**21.348.205.337**	**22.194.430.536**	**12,02%**	-
SANTA CATARINA	**153.403.289.634**	**164.361.945.492**	**171.130.978.219**	**178.449.381.439**	**189.535.196.334**	**177.577.586.132**	**180.643.374.981,80**	**100%**	-

Fonte: SEF/SC . Elaboração AMMVI.

A tabela 1 apresenta o Valor Adicionado (VA), a preços constantes, dos 14 municípios que compõem a AMMVI. Os dados correspondem de 2010 a 2016, com seus valores devidamente ajustados para dezembro de 2016 através do Índice de Preços ao Consumidor (INPC).

O conceito econômico do termo VA diz respeito ao valor que os bens e serviços adquirem após serem transformados no processo produtivo pelos agentes econômicos. Em 2016, os municípios da AMMVI, juntos, representaram pouco mais de 11% do total gerado na economia do Estado.

Gráfico 1: Participação dos municípios no Valor Adicionado de 2016.



Fonte: SEF/SC . Elaboração AMMVI.

Abaixo, o gráfico 1, ilustra a participação dos municípios na composição do VA da Associação em 2016. Blumenau participa com 45% da geração do VA da região e ocupa a 3ª posição no ranking do Estado, com R$ 10.425.972.242,48.

Conforme o gráfico, dentre os 14 municípios, em termos de VA, destacam-se ainda os municípios de Brusque, que participa com 16% na Associação, montante de R$ 3.449.504.168,76 e ocupa a 10ª posição no estado. Gaspar participa com 9%, valor de R$ 2.009.897.652,03 e 16ª posição em SC. Já Indaial, com 8%, R$ 1.756.182.848,35 e 22º posição no ranking de participação do VA de Santa Catarina.

Na tabela 2, dentre os 25 maiores municípios catarinenses com maior VA, encontram-se Blumenau, Brusque e Gaspar.

Tabela 2: Valor Adicionado dos 20 municípios selecionados ano 2016.

MUNICÍPIO	ASSOC	VA 2016	RANKING SC	% NO ESTADO
JOINVILLE	AMUNESC	17.872.590.550,20	1	9,89
ITAJAÍ	AMFRI	15.264.456.096,58	2	8,45
BLUMENAU	AMMVI	10.425.972.242,48	3	5,77
FLORIANÓPOLIS	GRANFPOLIS	6.022.704.482,95	4	3,33
JARAGUÁ DO SUL	AMVALI	5.563.823.036,05	5	3,08
CHAPECÓ	AMOSC	5.003.794.820,49	6	2,77
SÃO JOSÉ	GRANFPOLIS	4.865.530.541,99	7	2,69
LAGES	AMURES	4.062.904.583,22	8	2,25
CRICIÚMA	AMREC	3.634.660.189,12	9	2,01
BRUSQUE	AMMVI	3.449.504.168,76	10	1,91
SÃO FRANCISCO DO SUL	AMUNESC	3.057.594.486,35	11	1,69
PALHOÇA	GRANFPOLIS	2.399.777.308,23	12	1,33
CONCÓRDIA	AMAUC	2.219.428.245,05	13	1,23
CAMPOS NOVOS	AMPLASC	2.099.993.636,37	14	1,16
SÃO BENTO DO SUL	AMUNESC	1.894.379.385,10	15	1,05
GASPAR	AMMVI	2.009.897.652,03	16	1,11
CAÇADOR	AMARP	1.929.617.215,63	17	1,07
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	AMFRI	1.861.982.251,41	18	1,03
GUARAMIRIM	AMVALI	1.786.242.703,50	19	0,99
VIDEIRA	AMARP	1.958.300.130,21	20	1,08
SC		**180.643.374.981,80**		**100**

Fonte: SEF/SC - Relatório do Movimento Econômico. Elaboração: AMMVI.

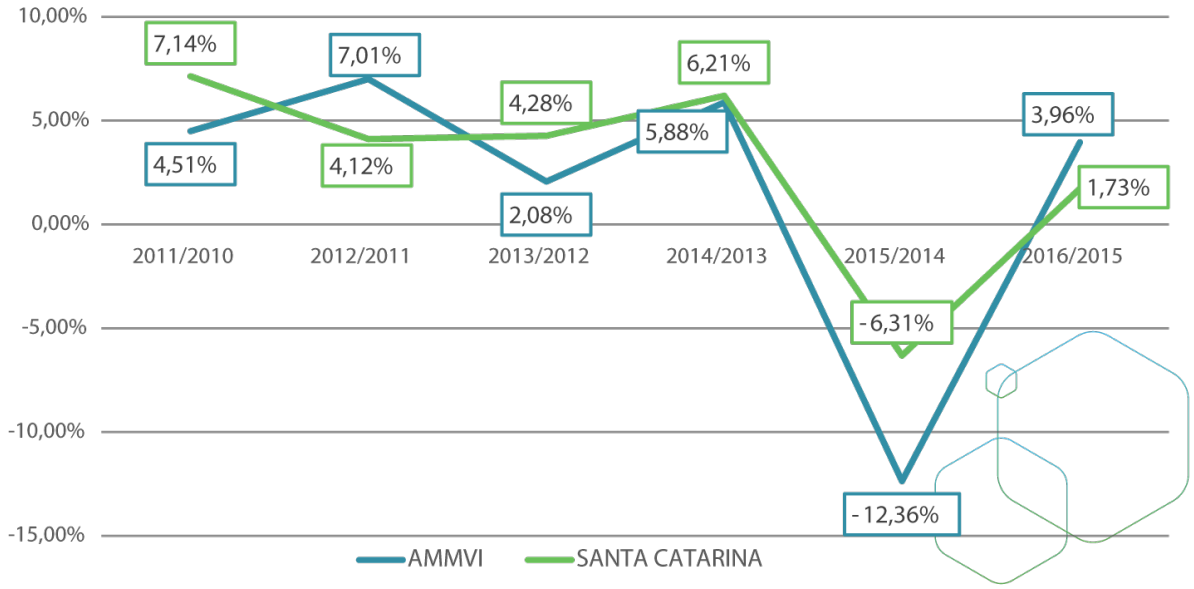
Tabela 3: Taxa de variação real do VA dos municípios (%).

MUNICIPIOS	2011-2010	2012-2011	2013-2012	2014-2013	2015-2014	2016-2015
Apiúna	5.770.292,59	40.784.273,57	80.069.631,72	102.262.956,84	(117.216.326,73)	(87.432.785,46)
Ascurra	(4.197.710,75)	3.184.053,15	15.150.086,61	45.180.903,83	(80.149.308,60)	16.600.388,49
Benedito Novo	4.580.696,36	(11.348.461,95)	21.261.259,79	10.875.726,35	9.005.647,65	6.190.965,19
Blumenau	203.337.334,55	1.254.417.500,46	(48.776.663,29)	363.099.079,20	(1.620.880.140,89)	770.831.629,03
Botuverá	34.936.284,35	29.291.480,97	16.679.980,03	42.773.990,39	(34.351.676,00)	(1.703.744,16)
Brusque	170.278.464,41	(16.863.603,50)	147.872.065,58	67.458.327,34	(452.437.404,48)	43.607.512,26
Doutor Pedrinho	(8.996.329,24)	(3.912.661,58)	12.473.325,06	13.543.158,27	(353.263,12)	21.862.216,49
Gaspar	180.275.968,41	50.480.089,19	78.249.496,06	219.177.147,23	(138.589.663,49)	126.833.629,49
Guabiruba	63.598.357,95	(16.579.120,94)	(26.204.283,71)	41.082.976,69	(129.037.384,56)	49.887.155,46
Indaial	96.449.664,31	77.348.262,52	123.598.938,12	70.308.257,12	(76.389.527,95)	(31.877.949,37)
Pomerode	169.738.355,84	5.036.533,57	28.078.457,40	209.338.215,02	(196.476.977,71)	(43.854.085,21)
Rio dos Cedros	(44.259.902,29)	14.704.391,79	(9.140.973,99)	- 463.054,36	(16.563.120,07)	4.726.755,00
Rodeio	(14.059.312,60)	30.037.001,49	4.928.270,27	49.025.458,34	(38.045.723,74)	(17.761.283,42)
Timbó	50.874.959,60	20.492.375,94	24.146.005,96	120.208.831,68	(119.711.283,31)	(11.685.205,56)
AMMVI	**908.327.123,48**	**1.477.072.114,69**	**468.385.595,60**	**1.353.871.973,92**	**(3.011.196.152,98)**	**846.225.198,23**

Fonte: Tab1 – Elaboração Ammvi
* Valores a preços constantes – atualizados para 2016.

A tabela 3 apresenta as taxas de crescimento real do Valor Adicionado de 2011 a 2016, que é o valor nominal descontando-se a inflação. A cada ano é imprescindível comparar o desempenho corrente com o ano anterior, a fim de verificar se houve variação positiva, que indica crescimento, ou variação negativa, que sinaliza decréscimo para a produção da economia da região.

Gráfico 2: Taxa de variação real do VA dos municípios da AMMVI e de Santa Catarina.



Fonte: Elaboração AMMVI

O gráfico 2 expõe as taxas de variação real do VA do conjunto de todos os municípios que compõem a AMMVI. Dentre os períodos analisados, o que mostra maior discrepância é o ano de 2016 comparado a 2015, com crescimento de 3,96%, indicando uma recuperação nas atividades econômicas e, consequentemente, no Valor Adicionado sofrido pelos municípios. Neste contexto, destacou-se a indústria, que representou mais de 60% das atividades desenvolvidas pelo conjunto de municípios da AMMVI. O desempenho do VA do Estado apresentou crescimento pouco menos acentuado, 1,73% em termos reais.

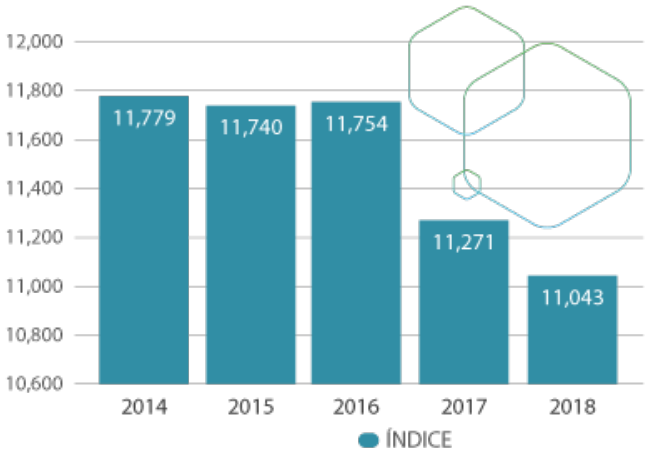
1.2 Retorno do ICMS

Tabela 4: Índice de retorno do ICMS para os exercícios de 2012 a 2017 e taxa de variação anual do índice.

MUNICIPIOS	2014	2015	2016	2017	2018	TAXA DE VARIAÇÃO 2018 / 2017	TAXA DE VARIAÇÃO 2017 / 2016
Apiúna	0,2635842	0,2805526	0,2798918	0,3263182	0,2853974	-12,5%	16,6%
Ascurra	0,1050196	0,1056498	0,1024035	0,0951528	0,0943869	-0,8%	-7,1%
Benedito Novo	0,1436986	0,1364463	0,1302424	0,137821	0,1434158	4,1%	5,8%
Blumenau	5,3161	5,1936889	5,2829585	4,8900824	4,8145518	-1,5%	-7,4%
Botuverá	0,1139279	0,1164597	0,1293789	0,1489274	0,1429757	-4,0%	15,1%
Brusque	1,966273	1,963982	1,901932	1,7311516	1,6775529	-3,1%	-9,0%
Doutor Pedrinho	0,0816704	0,0753749	0,0707301	0,0800801	0,0858385	7,2%	13,2%
Gaspar	0,8549218	0,8974001	0,9118457	0,9548455	0,9743939	2,0%	4,7%
Guabiruba	0,3338689	0,3432073	0,3401004	0,2874538	0,2752011	-4,3%	-15,5%
Indaial	0,8565954	0,8774784	0,8776846	0,8968581	0,8919651	-0,5%	2,2%
Pomerode	0,7370997	0,7780503	0,784842	0,7862866	0,7483746	-4,8%	0,2%
Rio dos Cedros	0,1741421	0,168755	0,154484	0,1406804	0,140129	-0,4%	-8,9%
Rodeio	0,1206025	0,1152087	0,1155333	0,1330085	0,1220519	-8,2%	15,1%
Timbó	0,711751	0,688059	0,6723447	0,6622986	0,6466259	-2,4%	-1,5%
AMMVI	**11,779**	**11,740**	**11,754**	**11,271**	**11,043**	**-2,0%**	**-4,1%**

Fonte: SEF/SC – Relatório do Movimento Ecônomico

Gráfico 3: Índice de retorno do ICMS para a região da AMMVI.



Fonte: Tabela 4 - Elaboração AMMVI

O retorno do ICMS é com base na participação do Valor Adicionado do Estado. Logo, a concorrência é grande e cada centavo deve ser valorizado, pois o crescimento do índice de retorno do ICMS considera também o índice do ano anterior. Aqui, nem todos os municípios têm o mesmo crescimento, pois há disparidade em função de que alguns municípios são motivados pela melhora ou piora da produção em seus territórios, aliados ainda à benefícios formatados pelo Estado, em que nem todos se enquadram.

Os municípios que não acompanham o crescimento do VA do Estado tendem a perder participação. Isso acontece quando os demais municípios crescem menos que a média do Estado. Essa perda de participação é prejudicial na apuração do índice de retorno do ICMS para o município, pois, como o próximo indicador a ser apurado é somado ao anterior, o índice será resultante de uma média.

No entanto, orienta-se que o município deve evitar a diminuição do índice a cada ano, uma vez que isso resultará em menor participação deste Ente no valor da cota-parte do ICMS, já que a média é relativa aos dois últimos exercícios de apuração.

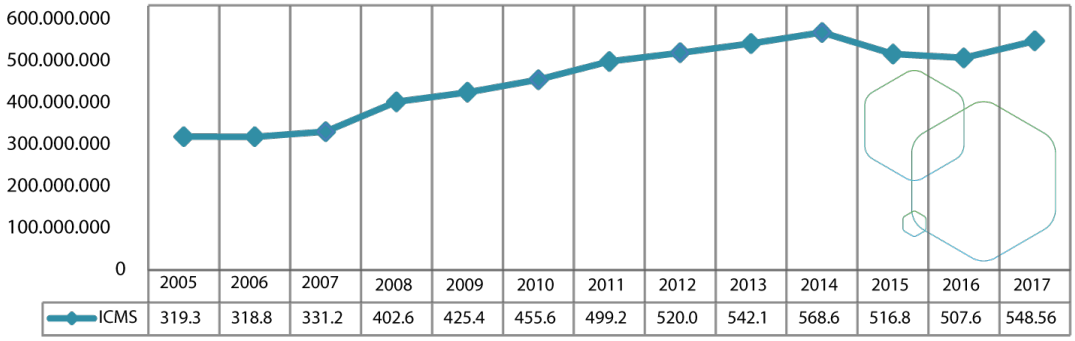
O Valor Adicionado da AMMVI aumentou 10%, que significa 3,96% de crescimento real, recuperando-se aqui parte das perdas do período anterior. Esperava-se para 2016 um incremento maior no Valor Adicionado, a fim de reequilibrar a participação da região, porém, devido à crise financeira que assolou o país, isso não aconteceu. Em função disso, o índice ficou em 11,043 para 2018, ligeiramente menor em relação ao ano anterior (11,271). Esta ligeira queda pode significar um retorno menor de ICMS, cujo valor estimado ultrapassa R$ 20 milhões para a região, em 2018.

Tabela 5: Valores anuais do retorno bruto do ICMS a preços constantes, 2005 a 2017, para a região da AMMVI.

ANO	VALOR
2005	319.326.179,79
2006	318.895.626,70
2007	331.237.726,51
2008	402.641.854,99
2009	425.405.271,92
2010	455.641.736,75
2011	499.208.497,65
2012	520.086.489,97
2013	542.190.200,40
2014	568.642.719,82
2015	516.875.129,24
2016	507.669.537,34
2017	548.562.229,68

Fonte: Valores brutos extraídos dia 12/01/2018.
Valores a preços constantes, atualizados pelo INPC dezembro 2016.
Fonte: FECAM - Portal das Transferências Constitucionais.

Gráfico 4: Evolução da transferência do ICMS no Médio Vale.



Fonte: Fecam

1.3 Resultados

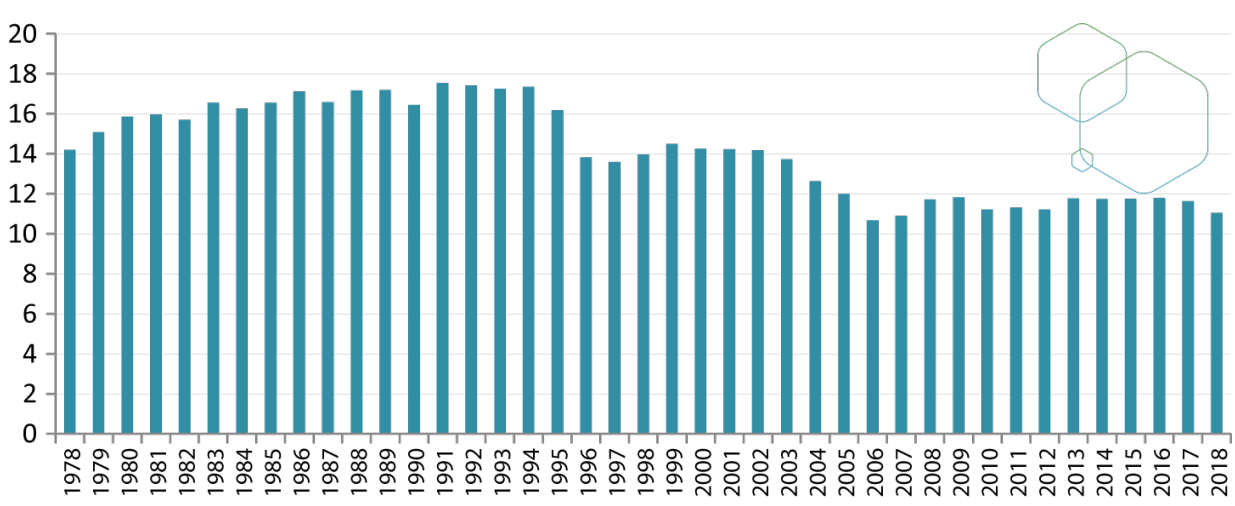
Em 2017, foram feitos trabalhos na região da AMMVI para recuperar valores do movimento econômico em favor dos municípios. Como resultado, obteve-se:

R$ 172 milhões
Valor Adicionado total recuperado

R$ 2.430.000,00
Representa um retorno anual

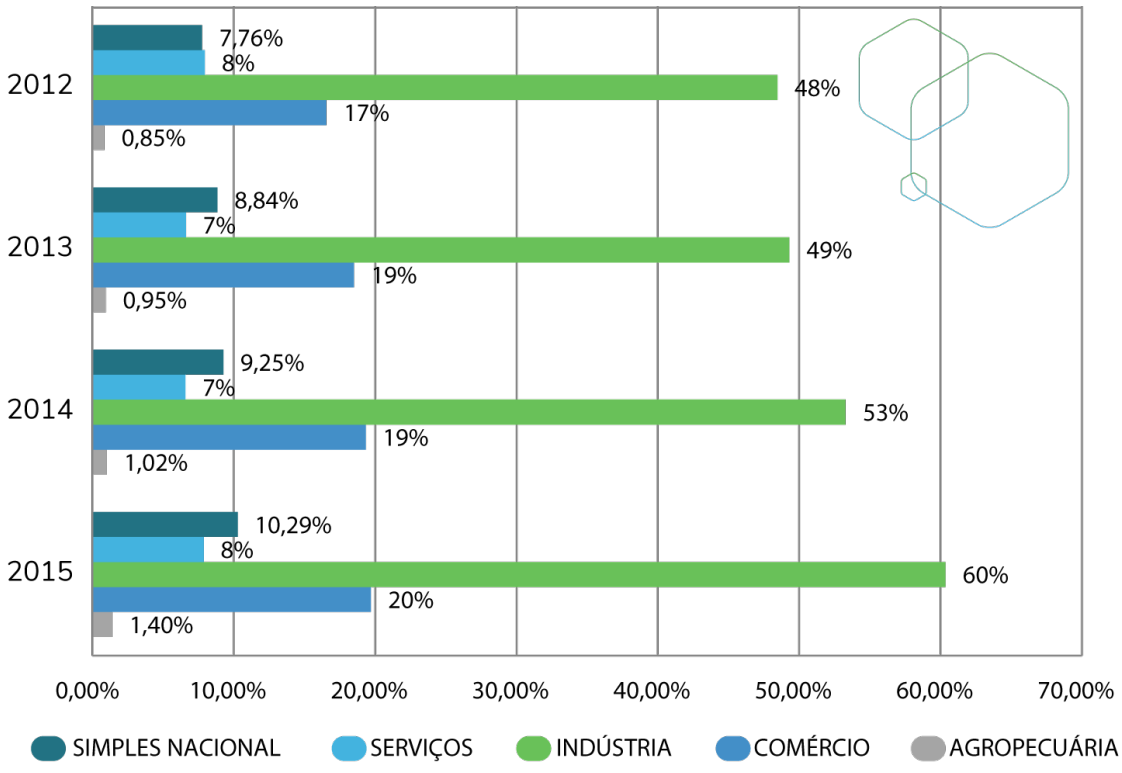
37 mil/região
Total de empresas

Gráfico 5: Índice de retorno de ICMS na região da AMMVI.



Fonte: SEF/SC

Gráfico 6: Participação dos setores de atividade na região da AMMVI.



Fonte: SEF/SC – Movimento Econômico. Elaboração: AMMVI

2. BANCO DE DADOS

O banco de dados desenvolvido pela Assessoria Econômica e Fazendária compreende um apanhado de dados já existentes em outras fontes e informações levantadas pela Associação, com a finalidade de servir de apoio ao Executivo Municipal na tomada de decisão e no desenvolvimento de iniciativas.

Neste banco de dados, há atualização das informações referentes aos dados socioeconômicos: população, saúde, educação, infraestrutura, comércio exterior, dados econômicos, entre outros.

As atualizações são periódicas e envolvem um apanhado de informações que são compiladas e disponibilizadas através de um volume impresso, que é editado, geralmente, uma vez ao ano.

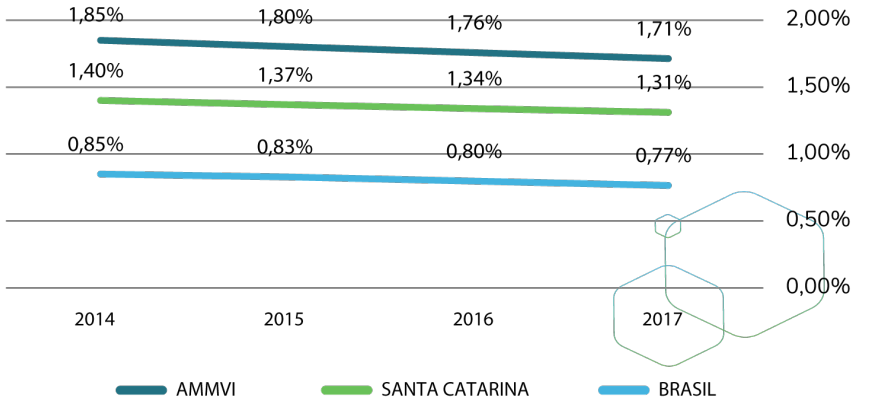
Tabela 6: População residente: região do Médio Vale, Santa Catarina e Brasil.

Municípios	Censo 2000	Censo 2010	Evolução anual 2010/2000	2014	2015	2016	2017	Evolução 2014/2013	Evolução 2015/2014	Evolução 2016/2015	Evolução 2017/2016
Apiúna	8.520	9.600	1,20%	10.211	10.322	10.432	10.542	1,11%	1,09%	1,07%	1,05%
Ascurra	6.934	7.412	0,67%	7.732	7.781	7.829	7.877	0,64%	0,63%	0,62%	0,61%
Benedito Novo	9.071	10.336	1,31%	11.037	11.168	11.297	11.425	1,20%	1,19%	1,16%	1,13%
Blumenau	261.808	309.011	1,67%	334.002	338.876	343.715	348.513	1,50%	1,46%	1,43%	1,40%
Botuverá	3.756	4.468	1,75%	4.864	4.943	5.022	5.100	1,65%	1,62%	1,60%	1,55%
Brusque	76.058	105.503	3,33%	119.719	122.775	125.810	128.818	2,65%	2,55%	2,47%	2,39%
Doutor Pedrinho	3.082	3.604	1,58%	3.883	3.937	3.990	4.043	1,44%	1,39%	1,35%	1,33%
Gaspar	46.414	57.981	2,25%	63.826	65.024	66.213	67.392	1,93%	1,88%	1,83%	1,78%
Guabiruba	12.976	18.430	3,57%	21.046	21.612	22.174	22.732	2,79%	2,69%	2,60%	2,52%
Indaial	40.194	54.854	3,16%	61.968	63.489	65.000	66.497	2,54%	2,45%	2,38%	2,30%
Pomerode	22.127	27.759	2,29%	30.598	31.181	31.760	32.334	1,96%	1,91%	1,86%	1,81%
Rio dos Cedros	8.939	10.284	1,41%	11.019	11.157	11.295	11.431	1,29%	1,25%	1,24%	1,20%
Rodeio	10.380	10.922	0,51%	11.325	11.380	11.434	11.488	0,49%	0,49%	0,47%	0,47%
Timbó	29.358	36.774	2,28%	40.515	41.283	42.045	42.801	1,95%	1,90%	1,85%	1,80%
Região AMMVI	**539.617**	**666.938**	**2,14%**	**731.745**	**744.928**	**758.016**	**770.993**	**1,85%**	**1,80%**	**1,76%**	**1,71%**
Santa Catarina	**5.356.360**	**6.248.436**	**1,55%**	**6.727.148**	**6.819.190**	**6.910.553**	**7.001.161**	**1,40%**	**1,37%**	**1,34%**	**1,31%**
Brasil	**169.799.170**	**190.755.799**	**1,17%**	**202.768.562**	**204.450.649**	**206.081.432**	**207.660.929**	**0,85%**	**0,83%**	**0,80%**	**0,77%**

Censos demográficos 2000 e 2010. Estimativa da População dos Municípios 2014, 2015, 2016 e 2017: 01/07/17.
Fonte: IBGE.

Na última estimativa da população, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nenhum município da AMMVI teve alteração no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Este é composto, em maior parte, pelo Imposto de Renda (IR) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Gráfico 7: Comparativo da taxa de crescimento populacional da região.



Fonte: IBGE.

3. NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL

Todos os municípios da AMMVI contam com o sistema de controle e emissão de notas para produtor rural. O sistema é pago pela Associação à Fecam, em que sua utilização é feita pelos 14 municípios, o que possibilita ter maior controle pela Administração Pública.

A Assessoria Econômica e Fazendária presta regularmente orientações sobre a emissão das notas fiscais de produtor rural, explicando aos técnicos que atuam nesta área sobre o preenchimento, a digitação, a baixa, a transmissão, o controle e o cadastramento. Além disso, há o esclarecimento e o acompanhamento sobre a legislação pertinente e periodicamente são realizadas reuniões com os técnicos para demais orientações.

Na região da AMMVI, em 2017, foram **11.313** produtores rurais. Destes, **8.062** eram produtores na condição de proprietários e, os demais, com outras formas, como arrendatários, comodato, parceria, ocupação, condomínio e outros.

Em 2017, foram emitidas **7.405** notas fiscais de produtores rurais, acumulando o montante de **R$ 180 milhões**. Os principais produtos que contribuíram para estes valores estão descritos na tabela abaixo.

Tabela 7: Principais produtos rurais.

PRODUTOS	2016	2017
30 - AVÍCOLAS	12.163.579,22	7.028.100,79
15 - FUMO	3.481.539,44	3.849.910,52
81 - MADEIRA	2.513.657,69	2.139.632,45
22 - SUÍNOS	5.358.162,85	2.901.685,88
21 - BOVINOS	35.422.901,64	15.619.417,58
12 - ARROZ	23.865.121,28	15.375.709,41

Fonte: Sistema SisRuralWEB AMMVI

4. COLEGIADOS

4.1 Colegiado de Secretários Municipais de Fazenda

O Colegiado de Secretários Municipais de Fazenda tem como objetivo aproximar e fortalecer a defesa dos municípios catarinenses nos assuntos pertinentes à fazenda pública municipal.

Em 2017, as reuniões do Colegiado tiveram como principais pautas:

- situação e previsão de receitas;
- apresentação a capacitações do sistema Ciga;
- discussão e adequação a Lei nº 157, que trata da reforma do ISS;
- emissão de alvarás;
- fiscalização regional e industrialização de prestadores de serviço de facções;
- alterações Febraban;
- capacitação do Sefisc;
- planta genérica de valores do IPTU;
- comentários e adequações à Lei nº 13.465;
- fechamento de contas de final de exercício;
- campanha de nota fiscal;
- movimento econômico e retorno do ICMS.

Os assuntos tratados nas reuniões do Colegiado ajudam a esclarecer problemas comuns. Além disso, buscam-se soluções no campo das finanças municipais. As orientações são oferecidas de acordo com as demandas apresentadas pelo Colegiado, o que tem convergido em bons resultados.





4.2 Colegiado de Desenvolvimento Econômico

As reuniões do Colegiado de Desenvolvimento Econômico contribuem para as soluções aos problemas comuns nos municípios da região, bem como proporcionam troca de informações entre os membros do Colegiado, contribuindo assim para um melhor gerenciamento e busca de alternativas aos problemas do município.

Em 2017, o Colegiado teve como principais pautas:

- reunião com o cônsul honorário britânico para intercâmbio com o Reino Unido;
- apresentação do projeto PEIEX (Apex Brasil) com a Univali;
- discussão implantação do projeto Cidade Empreendedora;
- dinamização do Colegiado em prol da região;
- discussão sobre o Encontro Brasil/Israel;
- mobilidade regional – caso município de Gaspar;
- Sebrae explanou parcerias e seus projetos;
- discussão da representatividade política e econômica regional;
- apresentação do banco de dados regional;
- balanço da situação econômica regional.









TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O setor de Tecnologia da Informação (TI) é responsável pela coordenação executiva de informática e comunicação de dados da AMMVI. Tem por objetivo desenvolver, manter e propor novas soluções para auxílio aos colaboradores, consórcios e prefeituras associadas.

1. PROGRAMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A TI procurou, no ano de 2017, elevar a segurança de dados, devido ao aumento considerável de ataques a instituições governamentais e empresas por Ransomware[1]. Paralelo a isso, há alguns projetos iniciados no ano de 2016 que foram ampliados e/ou melhorados no decorrer de 2017.

1.1 Ações do Programa

1. Melhorar continuamente a infraestrutura para as atividades administrativas e de apoio aos consórcios, bem como manter seguros e recuperáveis os dados da instituição e colaboradores.

2. Agilizar o uso da tecnologia da informação e de telecomunicações para reduzir custos e aprimorar processos.

3. Promover e participar de treinamentos e capacitações na área para o setor estar sempre a par das novas tecnologias.

1.2 Resultados das Implementações das Ações

- Os resultados da implementação das ações do programa são apresentados a seguir.

Ação 1

No ano onde mais se falou em segurança de dados, o maior esforço por parte do TI foi direcionado a esta área. Com investimento na compra de dispositivos, bem como sua instalação e adaptação às políticas da empresa de acesso à internet, esses dispositivos garantem os seguintes serviços:

- proteção contra ameaças avançadas e códigos em tempo real;
- bloqueio de intrusões evasivas e ataques escondidos no tráfego criptografado;
- monitoramento e controle do tráfego;
- centralização de gestão, análise e relatório de segurança;
- obstrução de comando com controle da exfiltração de dados.

Outra importante mudança na área de infraestrutura de TI foi a criação de VLANs, separando totalmente os usuários que visitam a sede AMMVI dos colaboradores da entidade. Com isso, cria-se mais uma camada de proteção, além de garantir a possibilidade de mudanças nas políticas de acesso fornecidas aos visitantes.

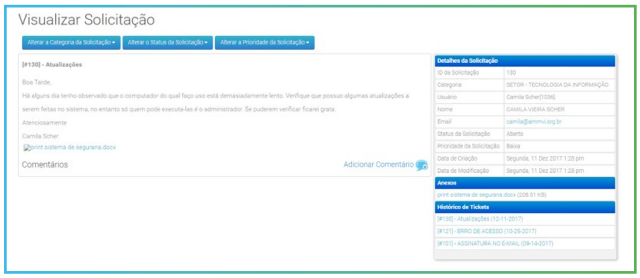
Ação 2

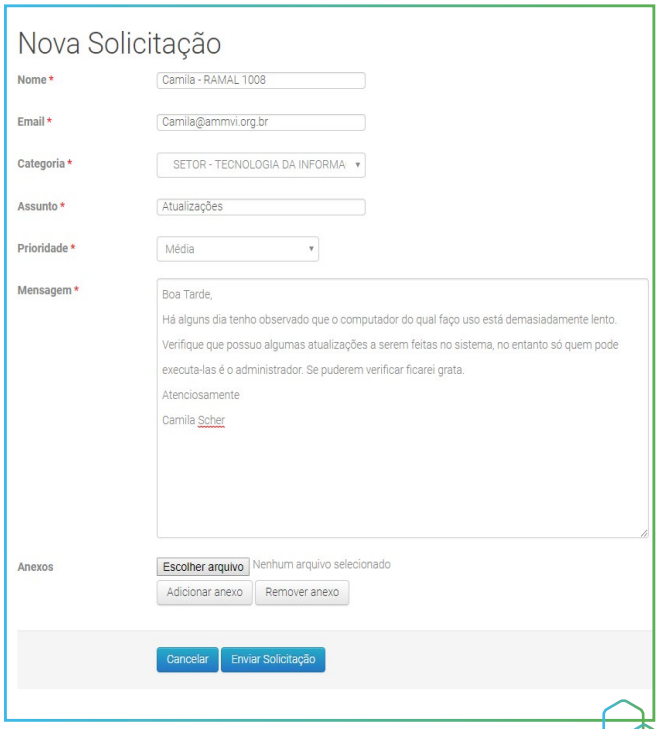
Esta ação tem por objetivo a implantação de sistemas institucionais. A equipe de TI visa reduzir os custos das aquisições de software, desenvolvendo suas próprias soluções. No período, foram desenvolvidos (implantados ou em implantação) ou encontram-se em desenvolvimento os seguintes sistemas de informação:

[1] Ransomware é um tipo de software nocivo que restringe o acesso ao sistema infectado e cobra um resgate para que o acesso possa ser restabelecido, caso não ocorra o mesmo, arquivos podem ser perdidos e até mesmo publicados. De acordo com um relatório da Cisco, ele domina o mercado de ameaças digitais e é o tipo de malware mais rentável da história

HelpDesk

Adicionado ao sistema intranet implantado em 2016, um módulo de HelpDesk foi desenvolvido para tornar-se responsável pela abertura de chamados. Com isso, os colaboradores podem abrir chamados solicitando diversos serviços da AMMVI, seja ele dos recursos humanos, tecnologia da informação, jurídico, dentre outros. Implantado em 2017.

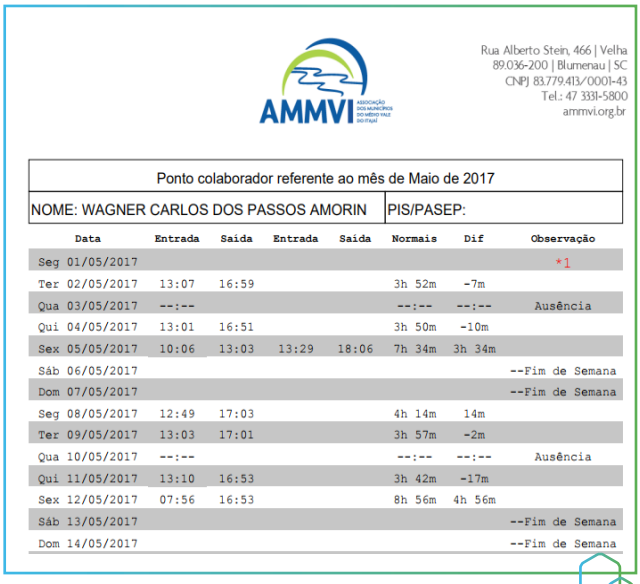




Modelo de nova solicitação.

Relógio Ponto

Sistema destinado ao controle automatizado de horas da AMMVI e Consórcios. Implantado em 2017.



AMMVI

Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

Ponto colaborador referente ao mês de Maio de 2017							
NOME: WAGNER CARLOS DOS PASSOS AMORIN					PIS/PASEP:		
Data	Entrada	Saida	Entrada	Saida	Normais	Dif	Observação
Seg 01/05/2017							*1
Ter 02/05/2017	13:07	16:59			3h 52m	-7m	
Qua 03/05/2017	--:--				--:--	--:--	Ausência
Qui 04/05/2017	13:01	16:51			3h 50m	-10m	
Sex 05/05/2017	10:06	13:03	13:29	18:06	7h 34m	3h 34m	
Sáb 06/05/2017							--Fim de Semana
Dom 07/05/2017							--Fim de Semana
Seg 08/05/2017	12:49	17:03			4h 14m	14m	
Ter 09/05/2017	13:03	17:01			3h 57m	-2m	
Qua 10/05/2017	--:--				--:--	--:--	Ausência
Qui 11/05/2017	13:10	16:53			3h 42m	-17m	
Sex 12/05/2017	07:56	16:53			8h 56m	4h 56m	
Sáb 13/05/2017							--Fim de Semana
Dom 14/05/2017							--Fim de Semana

Modelo do relatório.

Ação 3

A AMMVI, motivada pela importância de manter os servidores da área de TI sempre capacitados, firmou contrato com a Alura, empresa que oferece mais de 500 cursos sobre tecnologia. Em conjunto a esta iniciativa, um curso de Windows Server foi organizado e ofertado pela AMMVI as profissionais de TI das prefeituras associadas.

O curso objetivou promover o estudo do Windows Server 2016 e suas principais funcionalidades. Os participantes aprenderam os conceitos básicos do sistema, detalhes de instalação, configuração, infraestrutura de redes, metodologias avançadas, resolução de problemas, entre outros. O curso foi realizado nos meses de setembro, outubro e novembro.





ASSESSORIA JURÍDICA

ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica presta consultoria especializada aos municípios associados, incluindo orientações técnicas e elaboração de pareceres sobre atos, ações, interpretações legais e demais assuntos relacionados à administração pública, além da advocacia preventiva e da defesa jurídica da entidade, do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi) e do Consórcio Intermunicipal de Atendimento Psicossocial (Ciaps).

A atuação da Assessoria Jurídica enfatiza a importância da prevenção e do planejamento nas ações da administração pública, atendendo as necessidades mediatas e imediatas dos municípios associados. Outro ponto é sua utilidade enquanto instrumento de prestação de serviços realizados por esta instituição, garantindo eficiência às ações da administração pública municipal do Médio Vale.

Além disso, a Assessoria Jurídica visa orientar e subsidiar a legalidade e a eficiência das ações na administração pública, bem como proporcionar segurança e autonomia para os servidores, assessores e agentes políticos municipais.

Nesse sentido, este relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica, que estão alinhadas à missão, aos valores e às competências da AMMVI, agregando as informações mais relevantes não só no âmbito da assessoria, mas também sua atuação junto aos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios associados.

O relatório encontra-se dividido de forma a facilitar a compreensão do contexto em que se insere a Assessoria Jurídica em cada uma das atividades abaixo descritas, no intuito de facilitar a análise e tornar esse processo de reflexão e transparência de gestão uma tradição.

1. CONSULTORIA

A atuação consultiva dá-se por meio do assessoramento e da orientação aos servidores dos municípios filiados à AMMVI, conferindo segurança jurídica aos atos administrativos que serão praticados, notadamente quanto à materialização das políticas públicas, à viabilização jurídica das licitações e dos contratos e, ainda, na proposição de análise de medidas legislativas (leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias, etc.), necessárias ao desenvolvimento e ao aprimoramento dos serviços públicos municipais.

No exercício dessas funções, sobressai a atuação técnica especializada para formatação jurídico-constitucional das ações e políticas públicas, de forma a preservar os direitos e as garantias fundamentais dos munícipes e, em última análise, prevenir o surgimento de litígios ou disputas jurídicas.

Em 2017, foram feitos pareceres jurídicos para as mais diversas áreas da administração pública, com base em conhecimentos próprios ou com apoio de pesquisas jurídicas, envolvendo consultas relacionadas ao direito administrativo, constitucional, tributário, previdenciário, eleitoral, trabalhista e civil.

Além disso, a Assessoria Jurídica elaborou atos administrativos e anteprojetos de leis ordinárias ou complementares para disciplinar situações e assuntos de interesse específico dos municípios associados, como também fez a revisão de atos administrativos e projetos elaborados pelos servidores ou assessores dos municípios associados.





2. ASSESSORIA

No ano de 2017 foram realizados, em média, **11** atendimentos diários *online* aos agentes públicos para solução de problemas e dúvidas latentes que exigem solução imediata. Também foram prestadas mais de **102** orientações formais (parecer) sobre procedimentos e atos administrativos de rotina na administração pública.

Houve o repasse de legislação e informações nos mais diversos campos do Direito para assessoria na tomada de decisões pelos gestores público, além de orientação e assessoria direta na sede da AMMVI para gestores e servidores sobre assuntos de interesse dos municípios associados.

3. APOIO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVO E/OU JUDICIAIS

Auxílio às procuradorias gerais ou assessorias jurídicas dos municípios, quando solicitado, para opinar e/ou auxiliar em processos judiciais, sem atuação direta nestes.

Acompanhamento de processos e decisões judiciais de ampla repercussão jurídica na atuação dos municípios associados.

Atuação em processos judiciais e administrativos da AMMVI, Ciaps e Cimvi.

Defesas e orientações de ex-prefeitos e servidores em processos junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), Controladoria Geral da União (CGU) ou Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por ato de gestão na Administração Pública.

4. ASSESSORIA NAS PREFEITURAS E NOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Mediante solicitação, há o comparecimento pessoal nas prefeituras e consórcios para estudo de problemas e participação em reuniões deliberativas, consultivas ou informativas, inclusive junto ao Poder Legislativo, TCE/SC e MPSC, sobre assuntos de interesse dos municípios associados.

Apresentação de trabalhos jurídicos aos gestores, servidores e assessores municipais, bem como orientação direta sobre atos e projetos de interesse dos municípios associados.

Revisão de minutas de atos administrativos de efeito internos e/ou externos junto ao Cimvi e Ciaps, bem como aprovação de minutas de contratos e editais de licitação.

Análise, orientação e revisão jurídica de alteração no protocolo de intenções, contrato de consórcio público, estatuto e regulamento de pessoal do Ciaps.

5. ATIVIDADES EM REUNIÕES E CURSOS

Participação e consultorias em assembleias da AMMVI e dos consórcios públicos, ou em reuniões setoriais na sede da Associação ou fora dela.

Apoio ao Colegiado de Secretários Municipais de Fazenda e ao Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social.

Apoio técnico/operacional e análise de grade programática e sugestão de profissionais para realização de treinamentos, cursos e palestras na sede da AMMVI, quando tratam de assuntos correlatos à Assessoria Jurídica.

6. ASSESSORIAS E CONSULTORIAS DE ÁREAS ESPECÍFICAS

6.1 Recursos Humanos

Auxílio na elaboração de regulamentos e editais de concurso, processos seletivos, convocação de candidatos e atos de nomeação e posse de servidores.

Análise de legislação e interpretação de textos legais.

Orientação geral sobre prazos e procedimentos para Dirf, Rais e Caged.

Assessoria:

- projetos novos, regulamentação ou alterações pontuais na legislação funcional (regime jurídico, estrutura administrativa, planos de carreira, regime previdenciário e contratação temporária);
- atos de reclassificação de vencimentos ou salários, criação ou extinção de cargos ou empregos, designação, lotação ou remoção de servidores;
- procedimentos de contratação temporária, gestão e rescisão de contratos;
- gestão de direitos sociais e trabalhistas, folha de pagamento, rescisões de efetivos e comissionados, bem em processos administrativos, sindicâncias e processos disciplinares;
- gestão de pessoal, atos e informações do setor de Recursos Humanos dos municípios associados.



6.2 Previdência Social

Orientações aos atos e procedimentos de concessão direta de benefícios e/ou encaminhamento para o RGPS/INSS.

Assessoria na gestão do regime próprio; em contagem recíproca de tempo de contribuição, homologação de aposentadorias/pensões e compensação previdenciária; e na atualização da legislação local, gestão de benefícios previdenciários e orientação de servidores.

6.3 Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Orientações e Assessoria:

- na elaboração de editais de licitações e/ou em processos de dispensa ou inexigibilidade;
- na elaboração de reuniões públicas, atas e termos relacionados a processos de licitação;
- na elaboração de contratos para aquisição de materiais e serviços, bem como termos aditivos ou termo de rescisão contratual;
- aos compradores, à comissão de licitações ou aos pregoeiros/equipe de apoio sobre procedimentos e ações relacionadas à condução de processos de compra ou licitações;
- em processamento e julgamento de impugnações e recursos administrativos ou judiciais;
- em alteração, suspensão, revogação ou anulação de licitações.

Orientação sobre aplicação da LC nº 123/2007 na área de licitações e contratos, e assessoramento na adaptação legal de editais de licitação e regulamentações de pregão e/ou registro de preços.

Apoio ao programa de capacitação de agentes e gestores públicos em licitações e contratos administrativos.

6.4 Assessoria de Gabinete e Produção Legislativa

Emissão de parecer jurídico ou prestação de assessoria na elaboração de projetos de lei, exposição de motivos, mensagens retificativas, sanção e publicação de leis ou elaboração de mensagens de veto total ou parcial.

Elaboração, análise ou sugestão de atos administrativos expedidos pela administração municipal.

Assessoria em regulamentação de leis ou elaboração de regimentos ou regulamentos.

Orientação em decisões e despachos administrativos do gestor municipal, como também em afastamentos e substituições do prefeito.

Assessoria em resposta de diligências e audiências do TCE/SC e em resposta de requerimentos da Câmara Municipal.

6.5 Tributação e Fiscalização Fazendária

Assessoria:

- aplicação da legislação tributária e em atos da fiscalização fazendária;
- alteração e atualização da legislação tributária local, bem como na regulamentação e disciplina de atos fiscais;
- atos de renúncia de receita ou sobre a constituição de créditos tributários;
- movimento econômico para impugnação de declarações e/ou impetração de recursos junto ao grupo de trabalho da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF);
- recuperação de créditos fiscais.

Interpretação de textos legais e orientação sobre jurisprudências relacionadas com a prática fiscal dos municípios associados.

Estudo de alterações tributárias constitucionais e infraconstitucionais que afetem as finanças municipais ou atentem contra a autonomia dos municípios.

Estudos e orientações a respeito da aplicação do Simples Nacional.

Apoio à implementação do Programa Saúde Fiscal, do MPSC.

6.6 Contabilidade e Finanças

Assessoria:

- procedimentos para prestação de contas de convênios e subvenções;
- classificação e aplicação de receitas;
- empenhamento e liquidação de despesas;
- elaboração e alteração do PPA, LDO e LOA, bem como suplementação de dotações ou abertura de créditos especiais;
- avaliação de propostas de compensação de contribuições sociais recolhidas indevidamente;
- projetos de leis para criação e/ou revisão de taxas e/ou contribuições.

7. ASSESSORIA AO PODER LEGISLATIVO

Assessoria e orientação sobre atos administrativos da mesa diretora.

Consultoria sobre o processo legislativo e esclarecimentos sobre proposições legislativas do Poder Executivo e/ou de

iniciativa parlamentar, inclusive de propostas de emenda à Lei Orgânica.

Assessoria sobre licitações e atos de pessoal.

8. ATIVIDADES INTERNAS

Assessoramento jurídico ao público interno sobre interpretação e aplicação de leis e regulamentos, bem como nas ações e trabalhos voltados aos municípios e/ou aos consórcios públicos.

Elaboração das resoluções e atos administrativos da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva ou da Secretaria Executiva da Associação, bem como controle da publicação oficial respectiva.

Análise e assessoramento em processos de compras e contratações para aquisição de materiais ou serviços de interesse da AMMVI.

Assessoria em processo de seleção e recrutamento, atos de pessoal, desenvolvimento funcional e elaboração de contratos de trabalho dos colaboradores da Associação.

Assessoria e acompanhamento da entidade nas ações e eventos do Programa Unindo Forças.

Assessoria jurídica ao Cimvi e ao Ciaps, inclusive em reuniões e atos fora da sede.

Consultoria à Diretoria Executiva e/ou Secretaria Executiva sobre ações, atos e decisões de interesse dos municípios associados, inclusive junto ao Ministério Público Federal, MPSC e TCE/SC.

Acompanhamento das demandas judiciais e extrajudiciais nas quais os municípios são parte interessada, no intuito de manter os gestores informados e prevenir a absorção dos efeitos fiscais decorrentes, se for o caso.

Assessoria à Secretaria Executiva na elaboração de resposta de audiências do TCE/SC, bem como defesas e recursos administrativos de ex-gestores municipais sobre atos de governo.

9. CURSOS E EVENTOS

Participação em congressos, palestras, cursos ou encontros nacionais, estaduais ou regionais sobre assuntos atuais de interesse da AMMVI e/ou dos municípios associados.



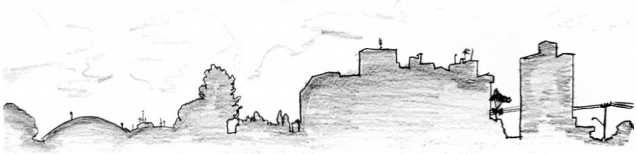


ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO, ARQUITETURA E ENGENHARIA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO, ARQUITETURA E ENGENHARIA

A Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia assessora os municípios e presta orientação na elaboração de projetos básicos, executivos e complementares nas áreas da saúde, educação, esportes e eventos, centros comunitários e administrativos, pavimentação, ampliações, laudos, pareceres, orçamentos, levantamentos, inspeções de campo e assessoramento aos municípios em seus Planos Diretores e legislação complementar.

A equipe participa ainda de reuniões, conselhos, colegiados, seminários de atualização e assessora os municípios na organização de conferências e outros eventos relacionados às áreas de Engenharia e Planejamento Urbano.



1. PROJETOS

1.1 Projetos de Rotina

São projetos de rotina obras novas e ampliações de interesse da comunidade ou da administração. Exemplos: galpões, prédios escolares e administrativos, postos de saúde, praças, pavimentações e áreas destinadas a lazer e cultura.

1.2 Projetos Especiais

Os projetos especiais dependem de avaliação prévia, não descartando a viabilização. Exemplos: pontes, portais, reformas e projeto de interiores.

A AMMVI não fornece projeto, orçamento ou estimativa de custos para obras de reforma, pois para reforma é necessária uma vistoria geral na parte elétrica, hidráulica e estrutural, que deverá ser feita e mensurada por um técnico habilitado da área.

1.3 Restrições

Alguns projetos não são elaborados pela AMMVI, devido à limitação de serviço especializado e capacitação específica. Exemplos: execução e fiscalização de obra, topografia, cartografia, projetos estruturais acima de quatro pavimentos, pontes, barragens, geologia.

Todas as solicitações de projeto deverão passar por análise da AMMVI antes da sua elaboração. Caso não haja condições para elaboração dos projetos complementares, a equipe informará ao respectivo município para que o providencie através de terceiro ou técnico habilitado no município.

1.4 Tabelas de Orçamento

A AMMVI utiliza a tabela Sinapi (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) como referência, que é a tabela recomendada pela Caixa Econômica Federal para aprovações de seus projetos, onde disponibiliza todo mês a consulta pública *online*.

O Sinapi é indicado pelo Decreto 7983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, para obtenção de referência de custo.

Além disso, o setor utiliza a Tabela de Composições e Preços para Orçamentos (TCPO), que é elaborada pelo departamento de engenharia da PINI e composições de empresas da indústria de materiais e serviços de construção civil. A base é atualizada mensalmente para a nossa região de pesquisa, com mais de 8.500 composições de serviços e preços de referência.

2. COLEGIADO DE DEFESA CIVIL

O Colegiado de Coordenadores Municipais de Proteção e Defesa Civil foi criado como resposta às demandas aos mais diversos fenômenos climáticos que ocorrem na região. Nele, os secretários e técnicos municipais recebem órgãos de controle climático e elaboram soluções, ações, estudos e propostas para que seja viabilizado um sistema de monitoramento e prevenção regional eficaz. As reuniões são realizadas a cada dois meses.

3. MANUTENÇÃO PREDIAL

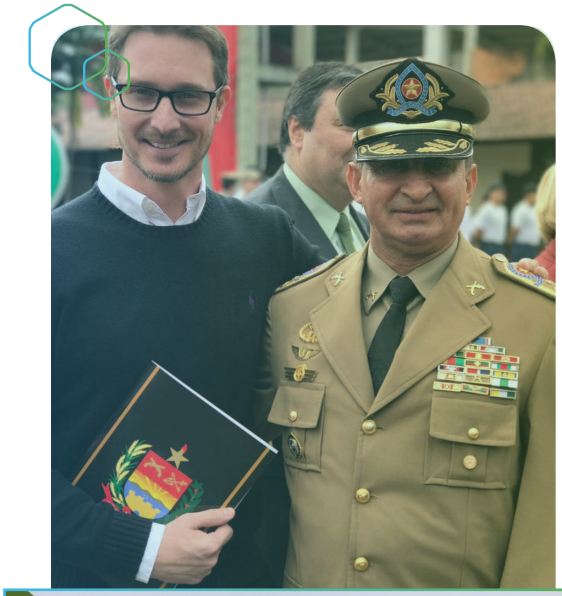
Este setor, em conjunto com o Financeiro e Contábil, é responsável pela manutenção, reparos e imprevistos com relação à infraestrutura da edificação da AMMVI, que atualmente é de 2.042,88 m². A manutenção predial está ligada, inevitavelmente, a sua estrutura de construção.

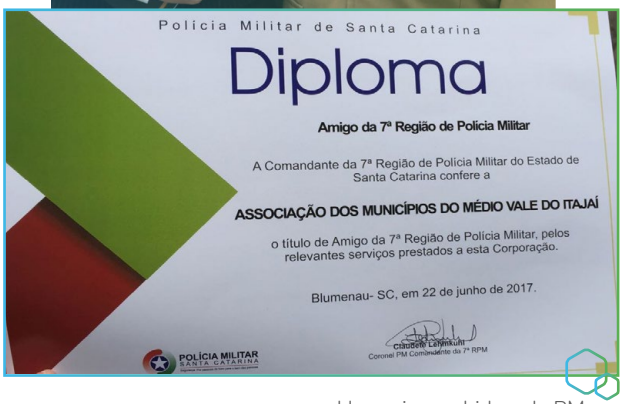
Um processo de manutenção predial adequado pode não só corrigir erros estruturais de um edifício, como conservá-lo do ponto de vista patrimonial. A falta de manutenção predial representa prejuízo financeiro, risco para a saúde e segurança dos funcionários e frequentadores da sede da Associação.

4. TÍTULO HONORÍFICO

A AMMVI foi condecorada com o título de Amigo da 7ª Região de Polícia Militar, pelos relevantes serviços prestados a esta corporação. A entrega da honraria aconteceu no dia 22 de junho de 2017, em Blumenau.

O arquiteto e urbanista Richard Buchinski, responsável pela Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia representou a entidade na solenidade.




Polícia Militar de Santa Catarina

Diploma

Amigo da 7ª Região de Polícia Militar

A Comandante da 7ª Região de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina confere a

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

o título de Amigo da 7ª Região de Polícia Militar, pelos relevantes serviços prestados a esta Corporação.

Blumenau- SC, em 22 de junho de 2017.

POLÍCIA MILITAR SANTA CATARINA

Honraria recebida pela PM.

5. CURSO BDI

Ofertado aos municípios, o Curso Orçamento de Obras BDI objetivou apresentar a metodologia de cálculo de todos os itens que compõe o custo de uma obra e o preço de venda do orçamento.


Curso sobre orçamento de obras BDI ministrado pela engenheira e mestre Inaiara Marini.

6. CAIXA ECONÔMICA

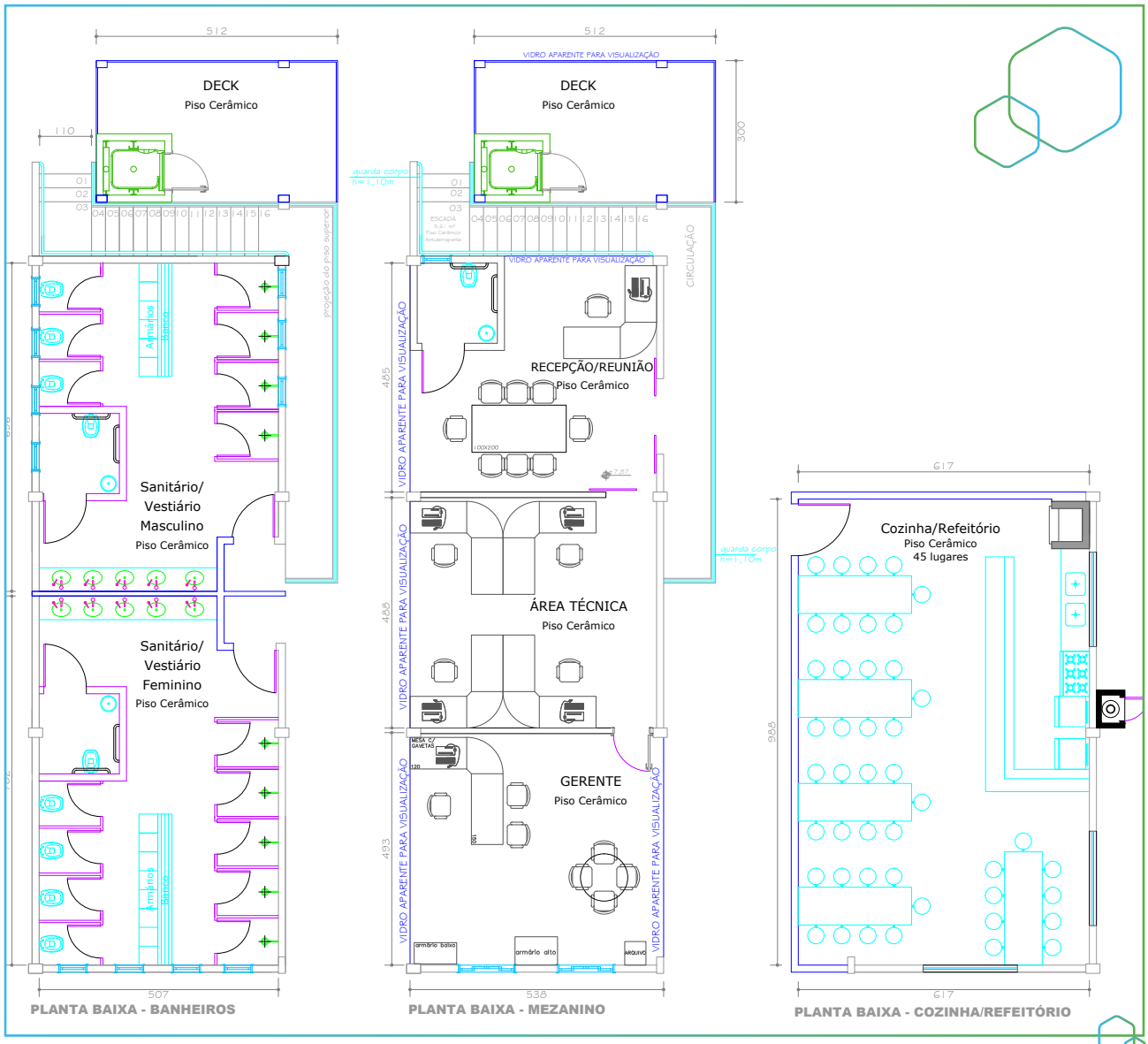
Com o estreitamento das relações e da parceria entre Caixa Econômica e AMMVI, o setor de Engenharia assessorou os municípios nas diversas demandas e na aprovação dos projetos básicos e de captação de recursos. Suporte este que vem garantir os investimentos dos recursos das emendas em nível federal.



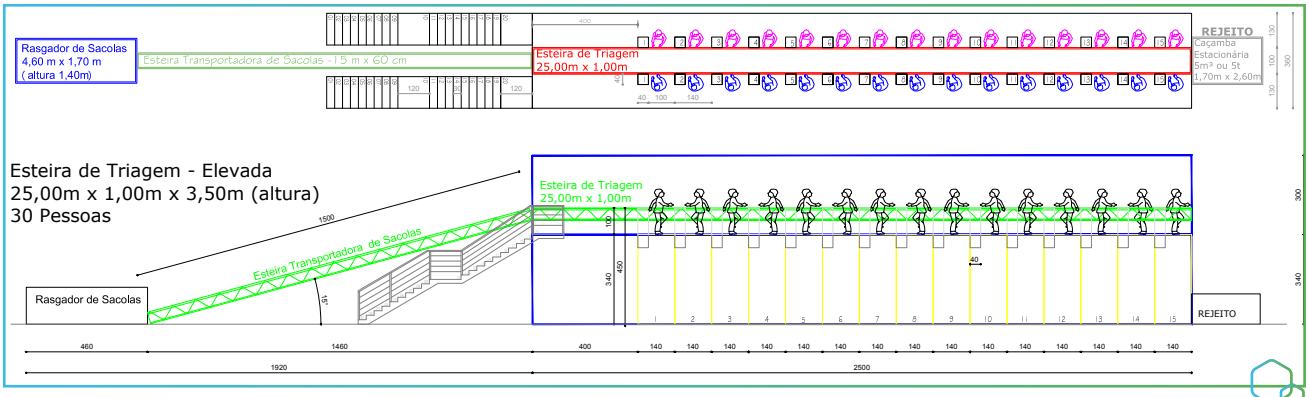
Evento realizado na AMMVI

7. CIMVI

Elaboração do anteprojeto (*layouts*) de ampliação e do croqui com maquinários e disposição do galpão de reciclagem no aterro sanitário de Timbó.

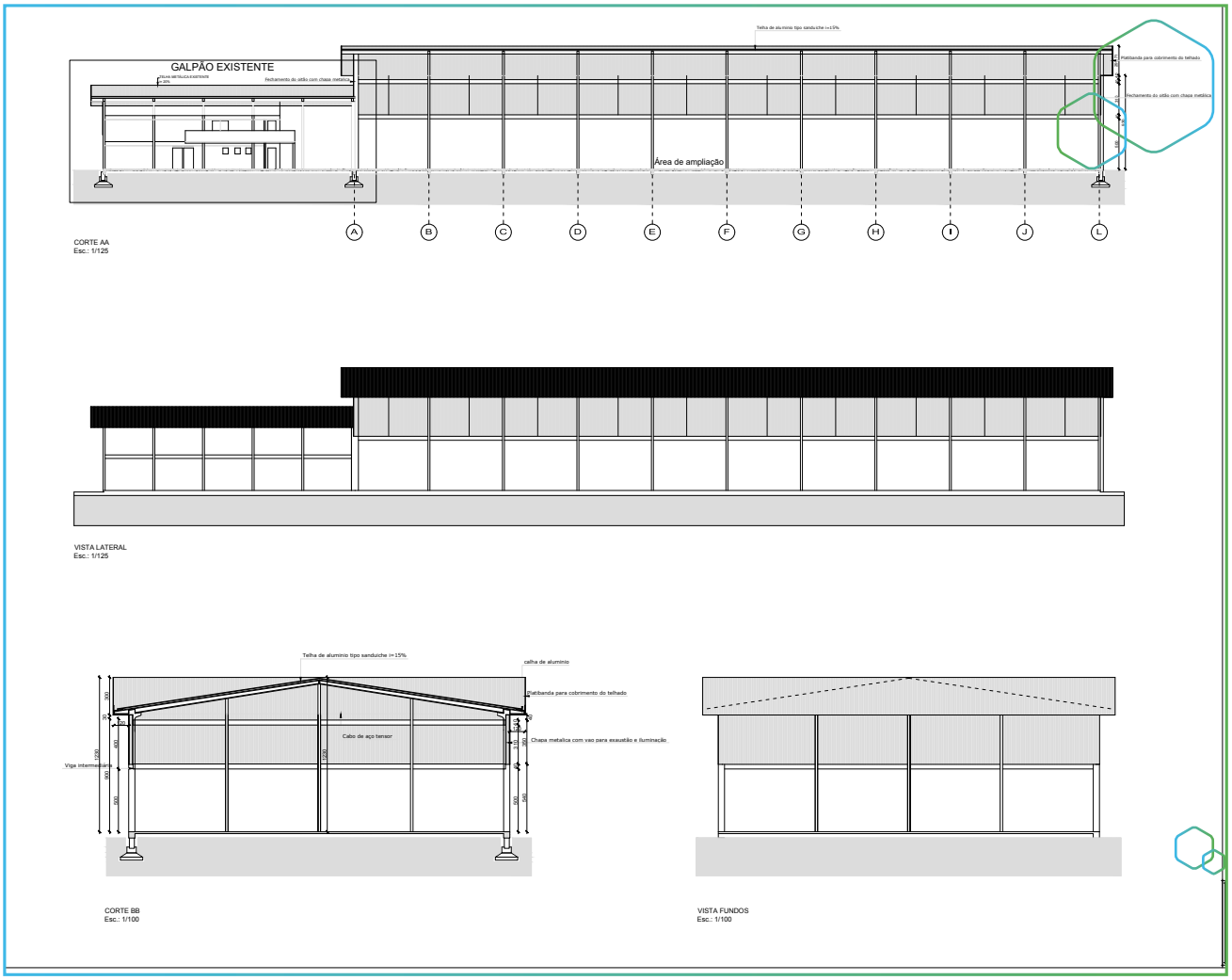


Plantas baixas galpão



Esteira de triagem – elevada

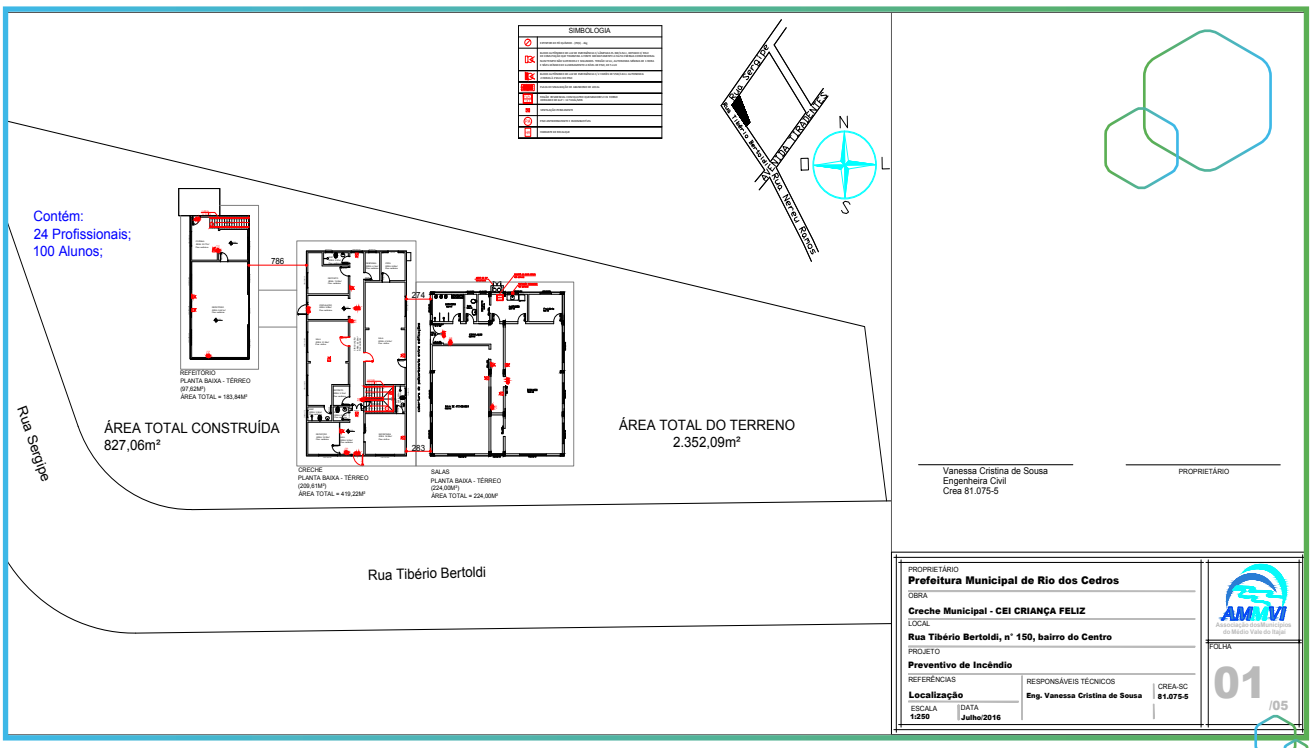
Vistoria *in loco*, projeto arquitetônico de ampliação (pré-moldado), orçamento e memoriais.



Prancha 02: cortes AA – BB / vistas lateral – fundo.

8. PROJETOS REALIZADOS

Projeto preventivo de incêndio de creche, em Rio dos Cedros (Rua Tibério Bertoldi): projeto aprovado no Corpo de Bombeiros e carga de incêndio isenta de hidrantes.



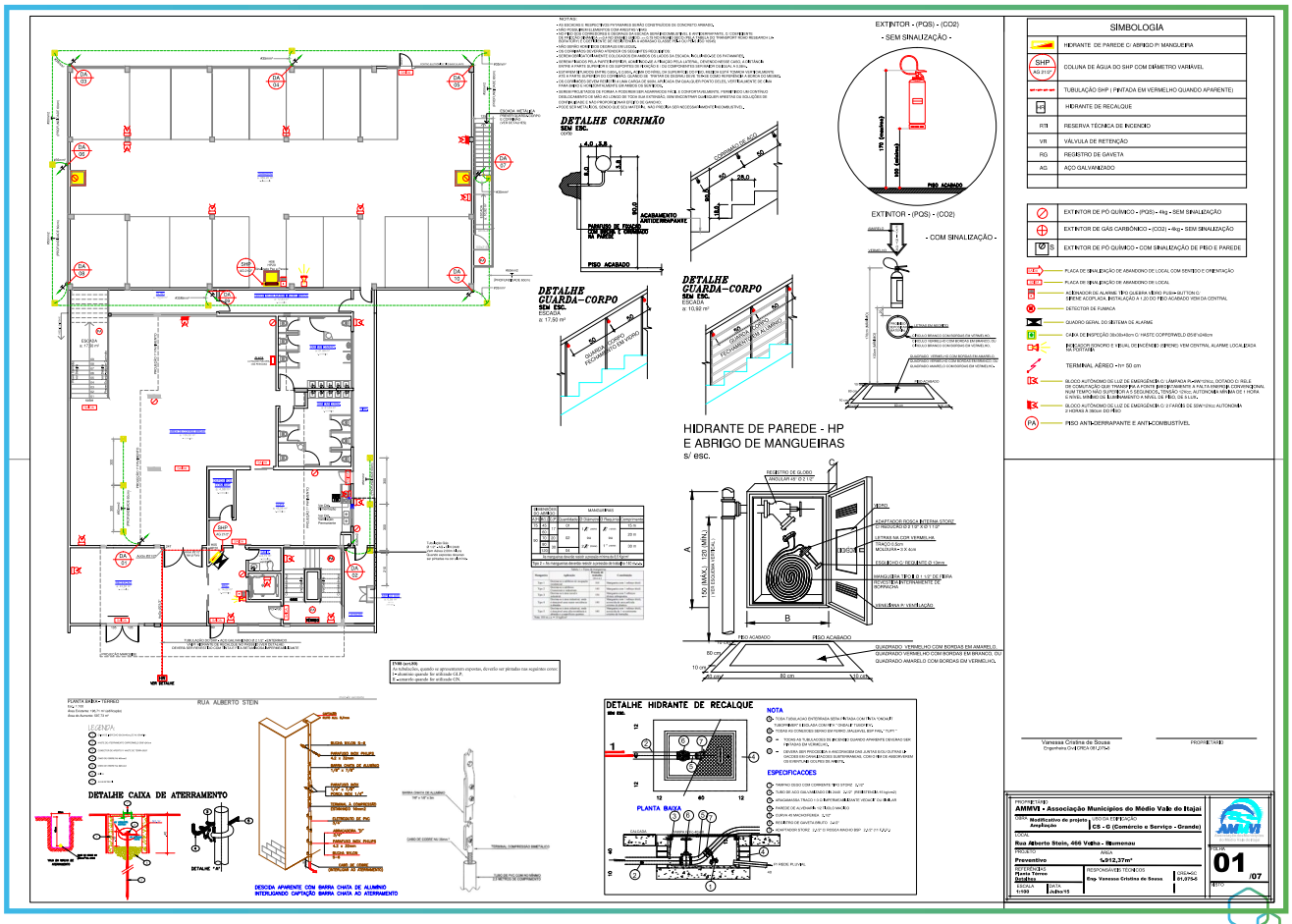
Prancha 01 – Preventivo de Incêndio

Carga de Incêndio - CEI CRIANÇA FELIZ

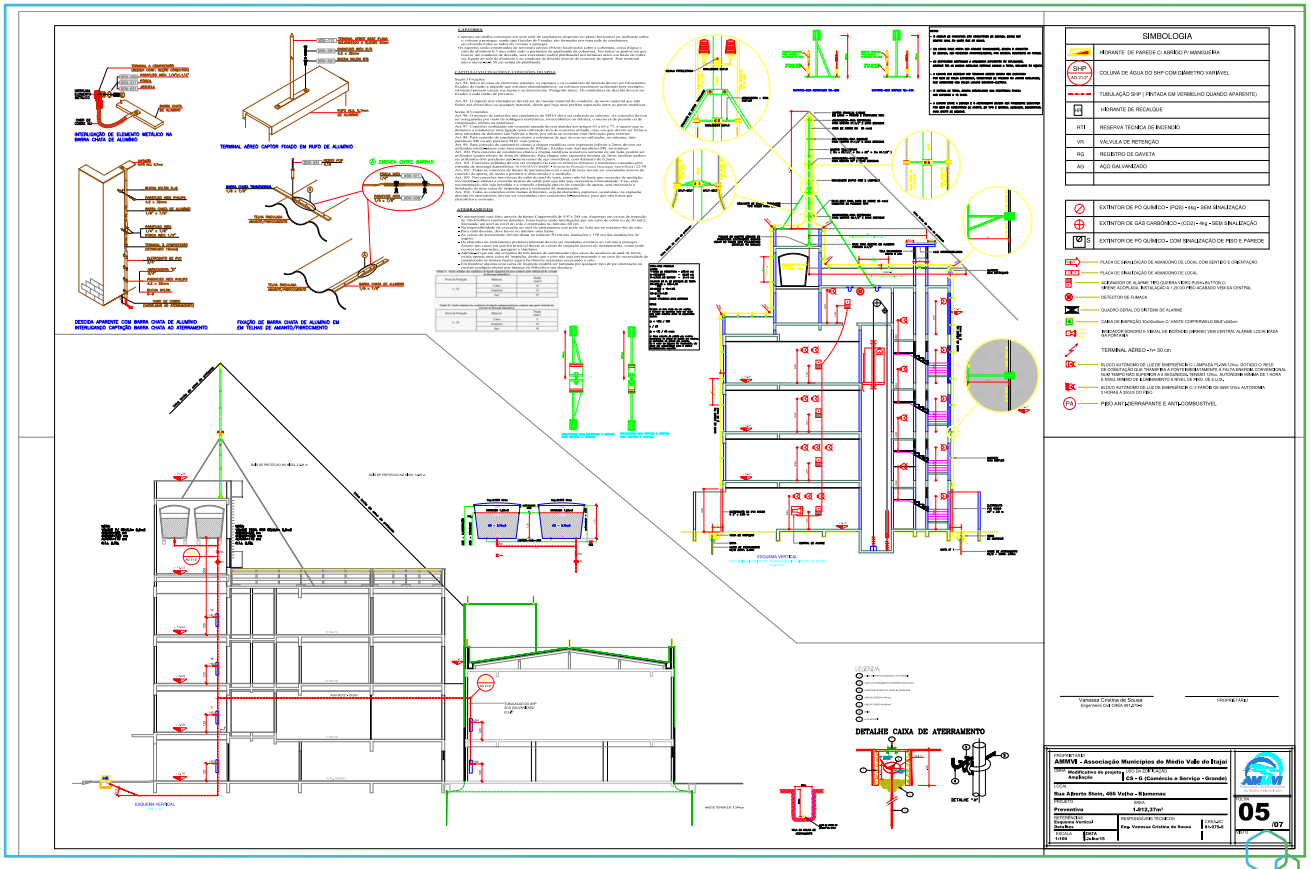
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Item	Tipo de Combustível	Kg	Kcal / Kg	Q = Kcal	∑ Q = Kcal	S=m²	qe=Kcal/m²	Kcal/Kg	qi=Kg/m²
1	Móveis de madeira	2435	5000	12.175.000,00					
2	Papéis	78	4100	319.800,00					
3	Plásticos (brinquedos)	360	7500	2.700.000,00					
4	Acrílico	12	6700	80.400,00					
5	Borracha	32	7500	240.000,00					
6	Livros/Papelão	85	4000	340.000,00					
7	Tecidos (cortinas)	22	5000	110.000,00					
8	Roupas	80	500	40.000,00					
9	Álcool	3	5000	15.000,00					
10	Algodão	1	4300	4.300,00					
11	Fibras (colchões)	141	4500	634.500,00					
12	Combustíveis	0	0	0					
	CARGA DE FOGO PARA ÁREA			∑ →	16.659.000,00	827,06	20142,43	4550	4,427
	Estacionamento/Automóveis (200 MJ/m2) - Transformação para Kcal/m2								
	CARGA DE FOGO TOTAL DE ESCRITÓRIO MAIS ESTACIONAMENTO								**4,427**
1	Dados de projeto = tipos de combustíveis existentes na edificação								
2	Dados de projeto = peso de cada combustível relacionados na Coluna 1				***Contém:***				
3	IN n° 003, Anexo B = Poder calorífico dos combustíveis				***24 Profissionais;***				
4	Quantidade de Calor por combustível = Coluna 2 x Coluna 3				***100 Alunos;***				
5	Quantidade de calor total dos combustíveis = Somatório Coluna 4								
6	Dados de projeto = área da edificação ou compartimento								
7	Carga de Incêndio Específica = Coluna 5 ÷ Coluna 6								
8	Equivalência em Madeira = Ver item 4, subitem 4.2.2.5 da IN n° 003								
9	Carga de Incêndio Ideal = Coluna 7 ÷ Coluna 8								
		MJ (qtd)	1 MJ = Kcal	Kcal					
10	Mega Joule para Kcal	200	238,8485	47769,7					
11	MJ/m2 para Kg/m2	200	19	10,52631579					
	Dimencionamento								
	Combustível	Volume	Volume m3	Kg/m3	Peso Kg				
	Gasolina	100	0,1	825	82,5				
	Diesel	10000	10	800	8000				
	IN 003/DAT/CBMSC - Carga de Incêndio								
	Para efeito da classificação do risco de incêndio dos imóveis é utilizada a carga de incêndio conforme segue: **I - Risco Leve, carga de incêndio ideal menor do que 60kg/m2;**								
	Dentro da classificação do risco de incêndio, a princípio, as ocupações dos imóveis serão distribuídas da seguinte forma:								
	I - RISCO LEVE – para ocupação tipo: e) Escolar geral								
	IN 005/DAT/CBMSC – Edificações Existentes e Recentes								
	Carga de incêndio desprezível: considera-se para efeito de aplicação desta IN carga de incêndio desprezível aquela inferior a ***5kg/m².***								

Carga de incêndio.

Projeto preventivo de incêndio, na AMMVI: adequação instalação, documentação e regularização.

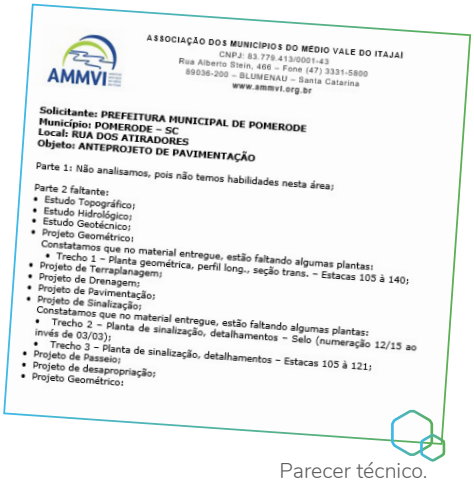


Prancha 01 – planta baixa – térreo.



Esquema vertical.

Anteprojeto de pavimentação, em Pomerode (Rua dos Atiradores): parecer técnico.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
CNPJ: 83.779.413/0001-43
Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800
89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina
www.ammvi.org.br

Solicitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Município: POMERODE – SC
Local: RUA DOS ATIRADORES
Objeto: ANTEPROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

Parte 1: Não analisamos, pois não temos habilidades nesta área;

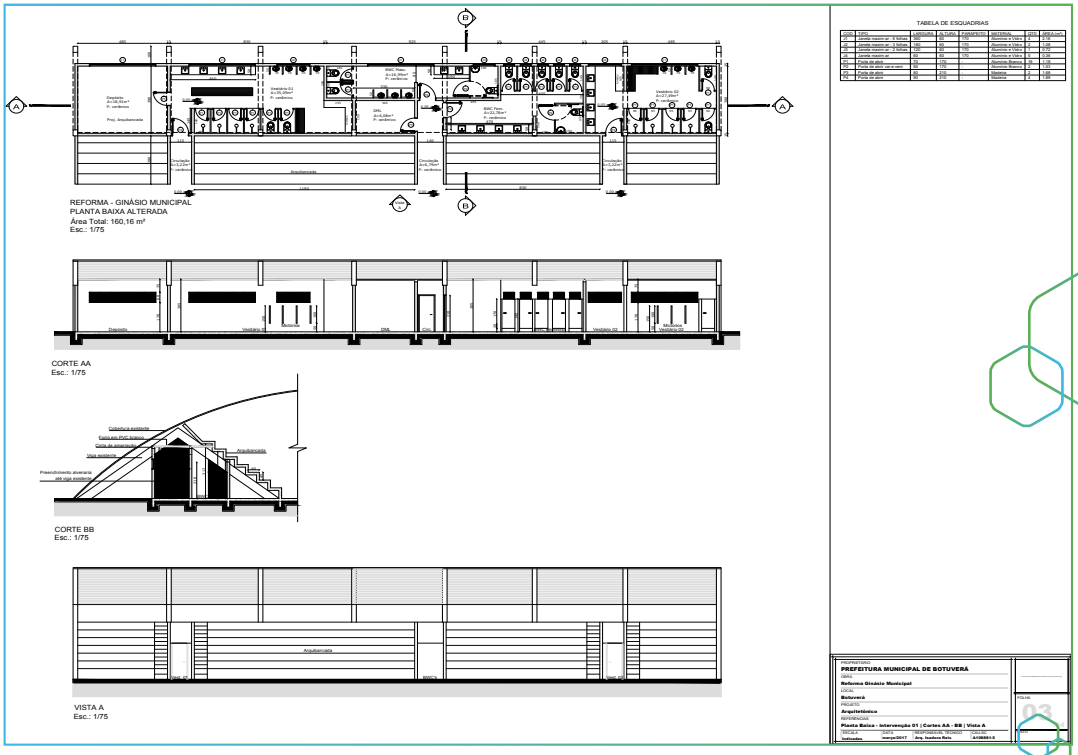
Parte 2 faltante:
- Estudo Topográfico;
- Estudo Hidrológico;
- Estudo Geotécnico;
- Projeto Geométrico;

Constatamos que no material entregue, estão faltando algumas plantas:
- Trecho 1 – Planta geométrica, perfil long., seção trans. – Estacas 105 à 140;
- Projeto de Terraplanagem;
- Projeto de Drenagem;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Sinalização;

Constatamos que no material entregue, estão faltando algumas plantas:
- Trecho 2 – Planta de sinalização, detalhamentos – Selo (numeração 12/15 ao invés de 03/03);
- Trecho 3 – Planta de sinalização, detalhamentos – Estacas 105 à 121;
- Projeto de Passeio;
- Projeto de desapropriação;
- Projeto Geométrico;

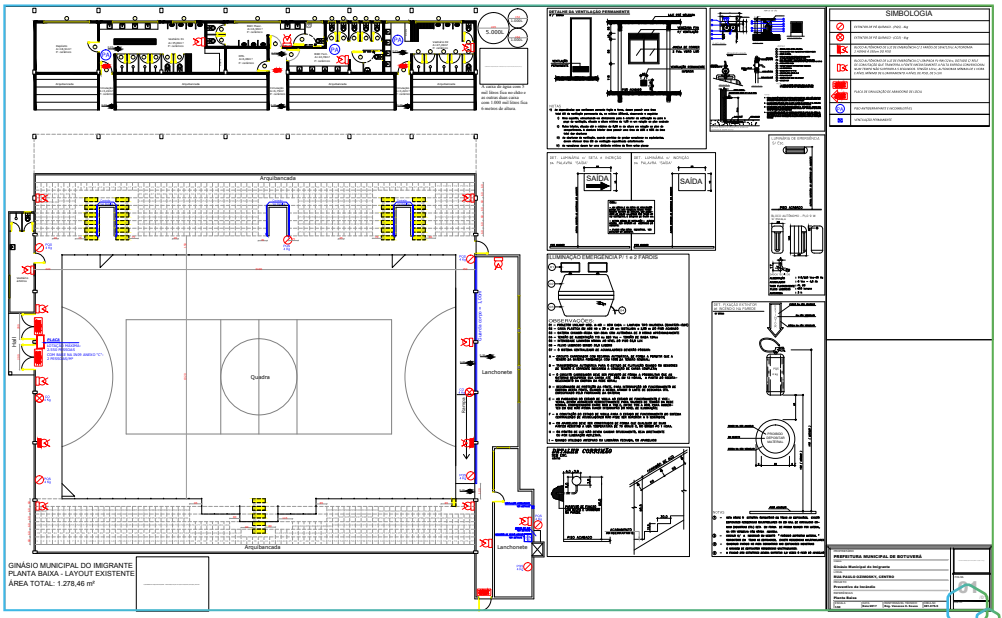
Parecer técnico.

Projeto de reforma de banheiros e vestiários do Ginásio Municipal do Imigrante, em Botuverá: vistoria *in loco*, projeto arquitetônico de reforma e ampliação, orçamento (R$ 234.930,57), memorial de cálculo e memorial descritivo.



Prancha 03 – planta baixa – intervenção 01 – cortes AA BB – vista A

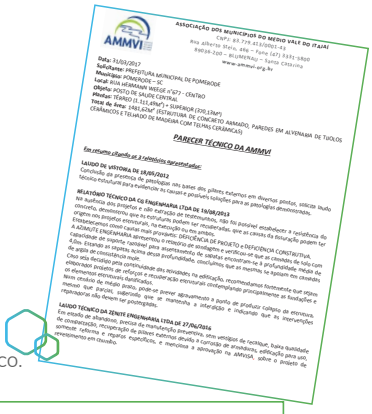
Projeto preventivo de incêndio do Ginásio Municipal do Imigrante, em Botuverá: vistoria *in loco* e projeto preventivo de incêndio.



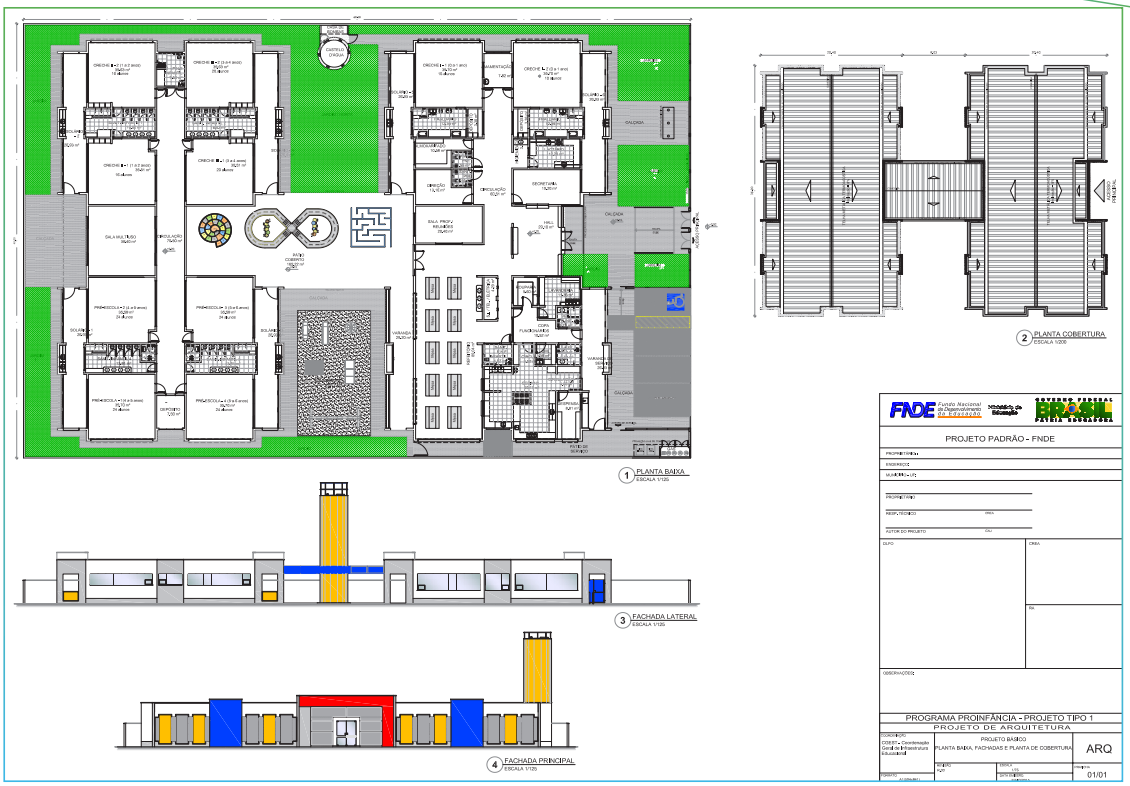
Prancha 01 – planta baixa.

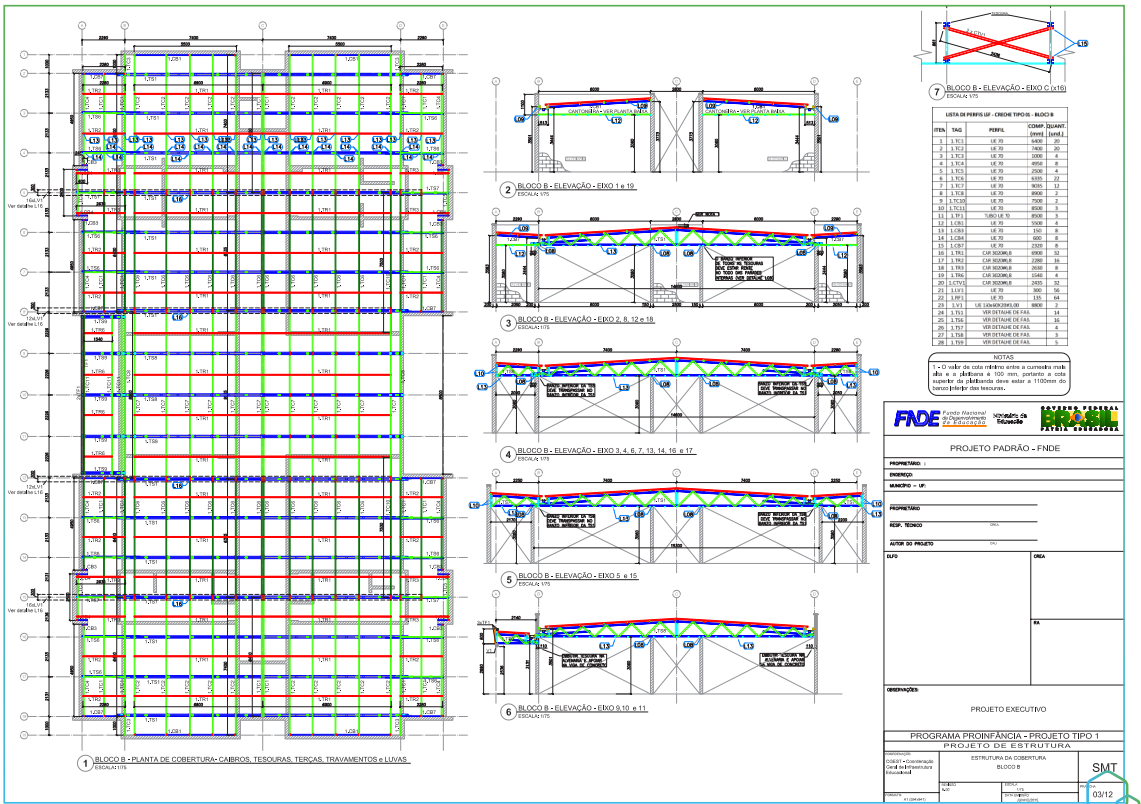
Parecer técnico sobre o Posto de Saúde Central, em Pomerode: parecer e visita técnica.

Centro de Educação Infantil Josephina R. Reiter – Programa Pró-Infância em Blumenau: vistoria *in loco*, análise dos projetos do FNDE e análise para execução do projeto estrutural.



Parecer técnico.





Projeto básico – planta baixa, fachadas e planta de cobertura.

Reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde, na localidade Santa Maria, em Benedito Novo: vistoria *in loco* e parecer técnico de aditivo.



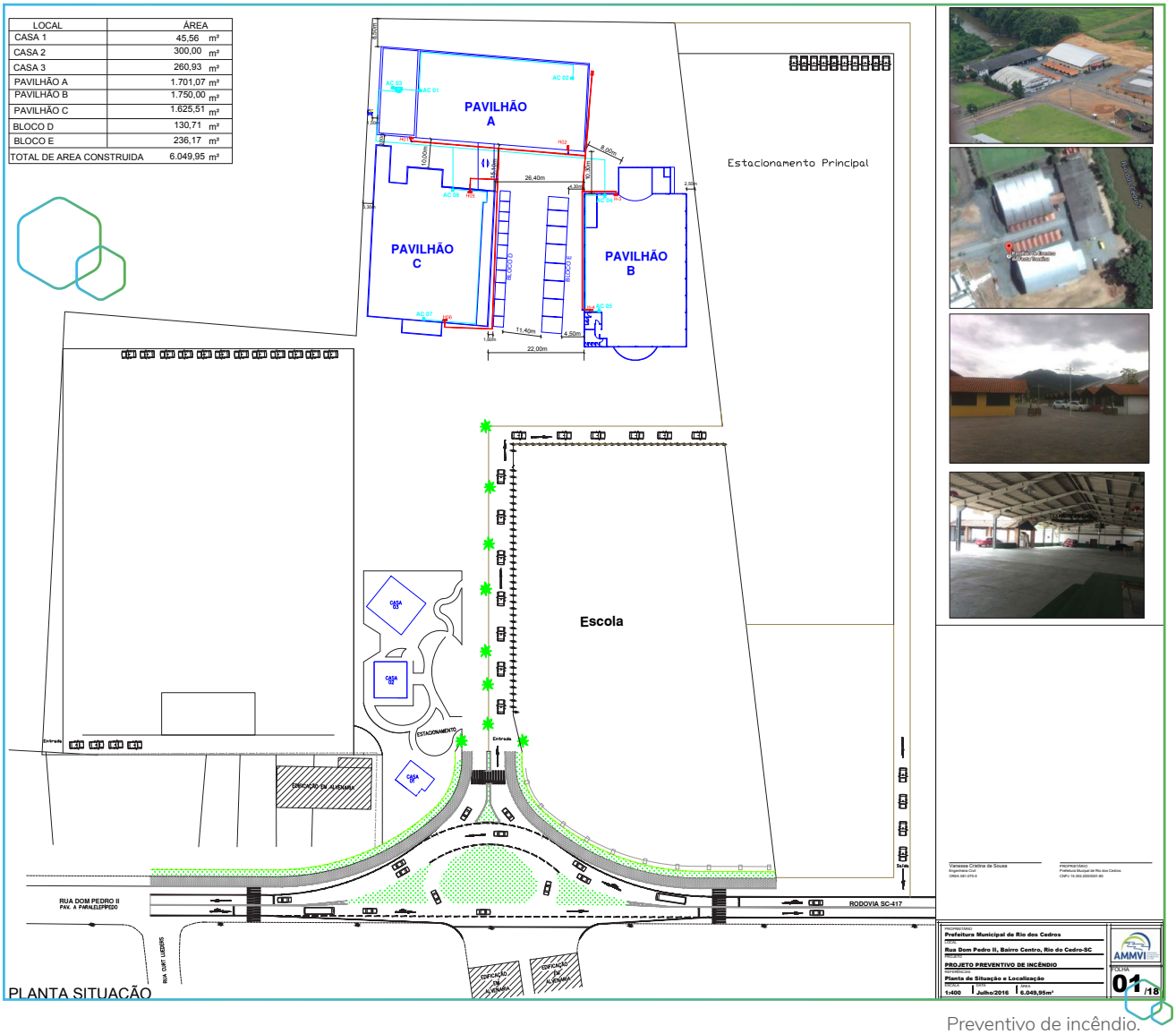
Obra de reforma em execução.

Layout da recepção, na AMMVI: layout e instalação de quadro de vidro para publicações.



Recepção - depois.

Centro de Eventos Prefeito Alfredo Berri, em Rio dos Cedros: projeto preventivo de incêndio (faltam carga de incêndio e decidirem o modelo de reservatório elevado-gravidade ou enterrado-bomba para cálculo SHP / Plano de Emergência), devido ao PRE (Plano de Regularização de Edificação).



Preventivo de incêndio.

Parecer técnico de estrutura de apoio ao visitante, em Doutor Pedrinho: visita e parecer técnico.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
CNPJ: 83.779.413/0001-43
Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800
89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina
www.ammvi.org.br

Data: 12/04/2017
Solicitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO
Município: DOUTOR PEDRINHO – SC
Local: RODOVIA SC 477
Objeto: ESTRUTURA DE APOIO AO VISITANTE
Plantas: PLANTA BAIXA (313,00M²)
Análise: (VERIFICAÇÃO DO ADITIVO REFERENTE A PINTURA EM OLEO DA ESTRUTURA DE APOIO AO VISITANTE).

PARECER TÉCNICO DA AMMVI

Diante o exposto e conforme solicitação da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho no 07/04/2017, fizemos a análise dos documentos encaminhados via e-mail, afim de dar o parecer referente ao requerimento entregue ao município no dia 15/03/2017, por intermédio do seu representante legal, o sócio administrador da empresa VB Empreiteira, Sr. Valmir de Souza.
Deixamos claro, que este projeto e orçamento, não foi elaborado pela equipe técnica da AMMVI, cabendo a nos, somente uma análise e parecer, em cima dos documentos recebidos via e-mail.

Este documento em análise, vem requerer o adiantamento da obra (termo aditivo), com base levantada no projeto arquitetônico e descrição no memorial da referida obra, justificando o adiantamento de valor "devido", referente a prestação de serviço de mão de obra e material de pintura, de uma área de 475,28m2.

ANALISE CONCLUSIVA:

Verificando os documentos (fotos, planta baixa, cortes, fachada, planilha orçamentaria) elaborados pela Arq. Roseana S. Lunghard, fizemos o levantamento da metragem quadrada de paredes, que receberam a pintura a óleo, e chegamos a uma soma aproximada de 250m2, praticamente a mesma metragem apresentada na planilha da Etapa 1, elaborada pela Arquiteta Roseana.

Consideramos nesta soma, todas as paredes (internas e externas), mais o desconto das aberturas (portas e janelas). Obs.: Não consideramos na soma das áreas, a pintura da cobertura (caibros, terças, ripas) nem a estrutura da área 2, identificada no projeto como etapa futura. Para este levantamento teríamos que fazer uma vistoria mais detalhada, em cima das plantas apresentadas e aferidas in loco.

Richard Buchinski
Arquiteto CAU 38856-4
AMMVI - Departamento de Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia

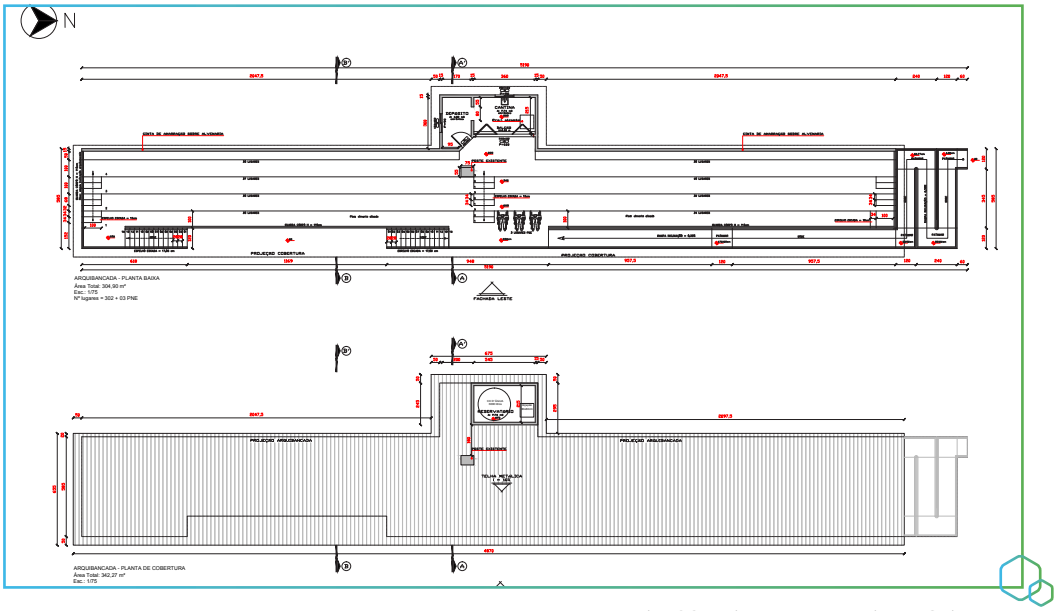
Parecer técnico.

Projeto de ampliação do Centro de Educação Infantil Caroline do Nascimento, em Apiúna: projeto arquitetônico, cronograma, orçamento (R$ 56.324,98), memorial descritivo e memorial de cálculo.



CEI Caroline do Nascimento.

Projeto de arquibancada coberta, em Doutor Pedrinho: projeto arquitetônico, orçamento (R$ 305.361,74) e memoriais

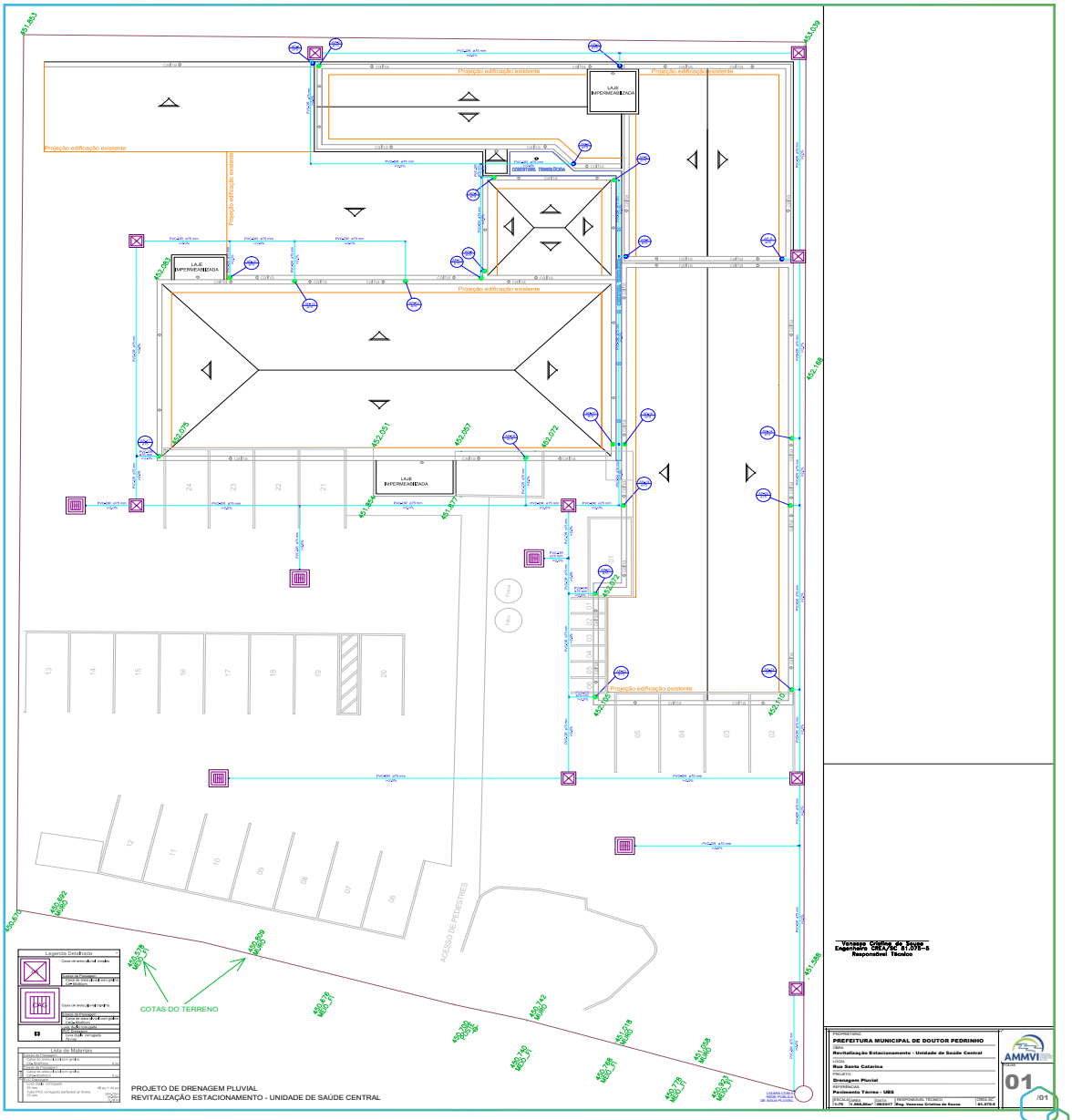


Prancha 02 – planta Baixa – Planta Cobertura.

Projeto de revitalização da Unidade Básica de Saúde, em Doutor Pedrinho: projeto pavimentação, projeto cobertura, drenagem e retificação, orçamento (R$ 181.412,38) e memoriais.

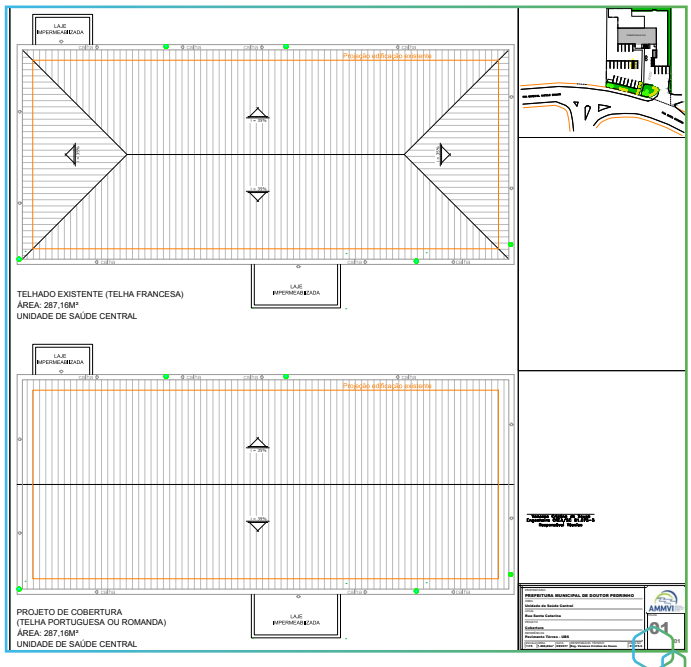


Proposta 2 – implantação.



Drenagem pluvial – pavimento térreo.

Projeto do telhado da Unidade Básica de Saúde, em Doutor Pedrinho: projeto, orçamento (R$ 59.175,28) e memoriais.

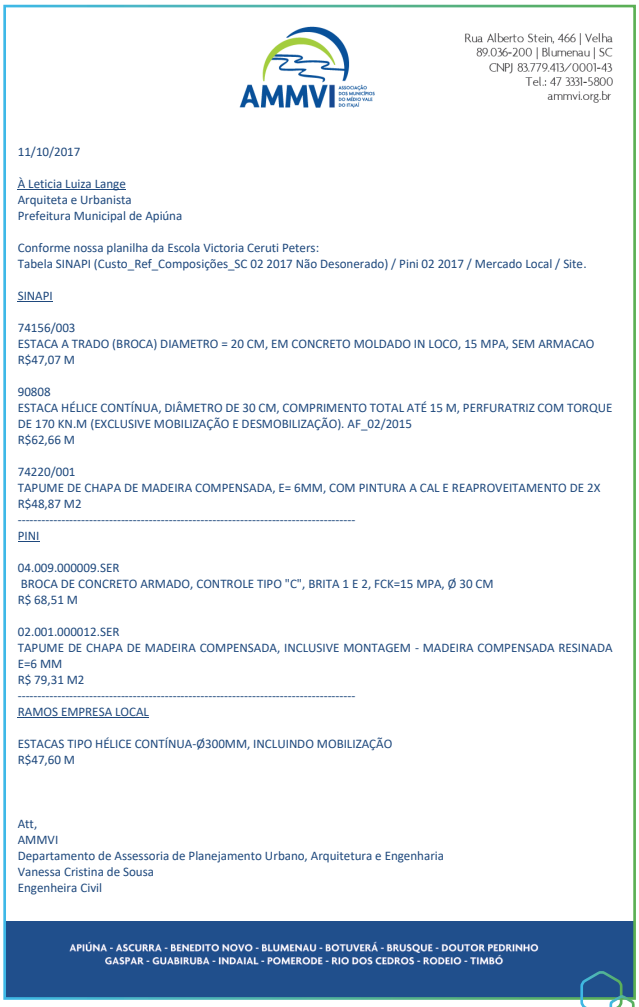


Prancha 01 - cobertura – pavimento térreo UBS.

Projeto de ampliação da Escola Victoria Cerutti Petters, em Apiúna: vistoria *in loco*, projeto arquitetônico, orçamento (R$ 257.651,30), memoriais, visita técnica e parecer técnico de aditivo.



Estaca escavada com trado.



AMMVI
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

11/10/2017

À Leticia Luiza Lange
Arquiteta e Urbanista
Prefeitura Municipal de Apiúna

Conforme nossa planilha da Escola Victoria Ceruti Peters:
Tabela SINAPI (Custo_Ref_Composições_SC 02 2017 Não Desonerado) / Pini 02 2017 / Mercado Local / Site.

SINAPI

74156/003
ESTACA A TRADO (BROCA) DIAMETRO = 20 CM, EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, 15 MPA, SEM ARMACAO
R$47,07 M

90808
ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, DIÂMETRO DE 30 CM, COMPRIMENTO TOTAL ATÉ 15 M, PERFURATRIZ COM TORQUE DE 170 KN.M (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO). AF_02/2015
R$62,66 M

74220/001
TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, E= 6MM, COM PINTURA A CAL E REAPROVEITAMENTO DE 2X
R$48,87 M2

PINI

04.009.000009.SER
BROCA DE CONCRETO ARMADO, CONTROLE TIPO "C", BRITA 1 E 2, FCK=15 MPA, Ø 30 CM
R$ 68,51 M

02.001.000012.SER
TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSIVE MONTAGEM - MADEIRA COMPENSADA RESINADA E=6 MM
R$ 79,31 M2

RAMOS EMPRESA LOCAL

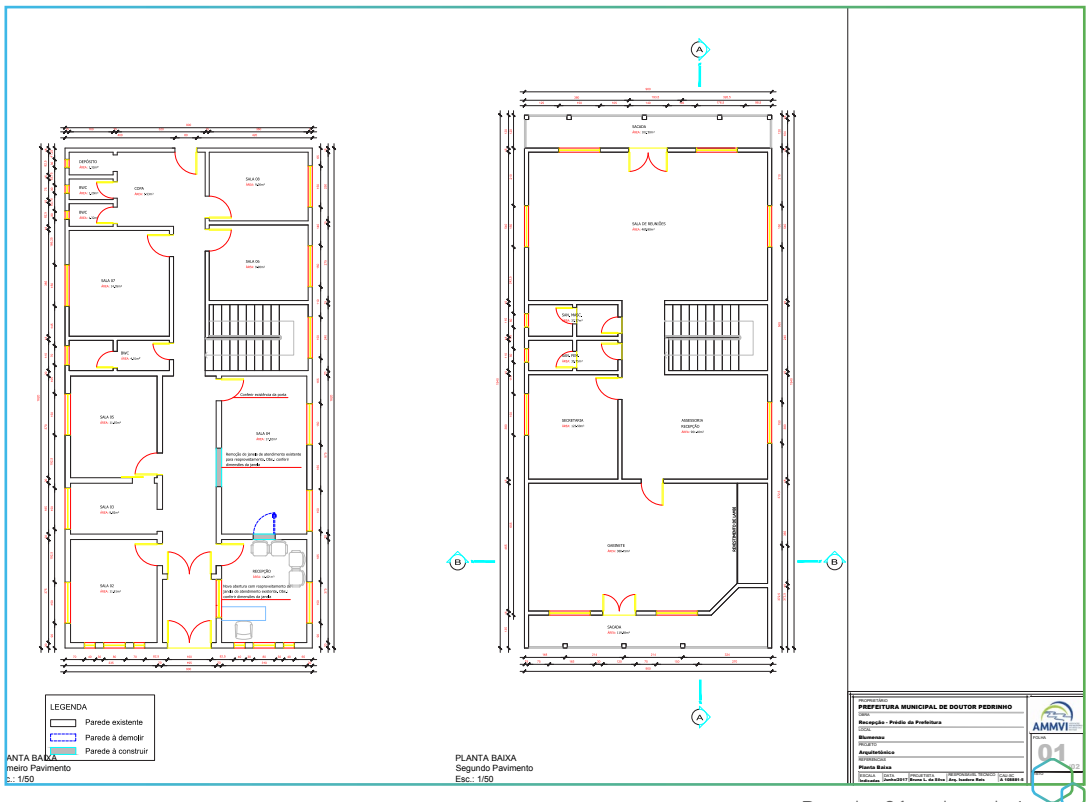
ESTACAS TIPO HÉLICE CONTÍNUA-Ø300MM, INCLUINDO MOBILIZAÇÃO
R$47,60 M

Att,
AMMVI
Departamento de Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia
Vanessa Cristina de Sousa
Engenheira Civil

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ

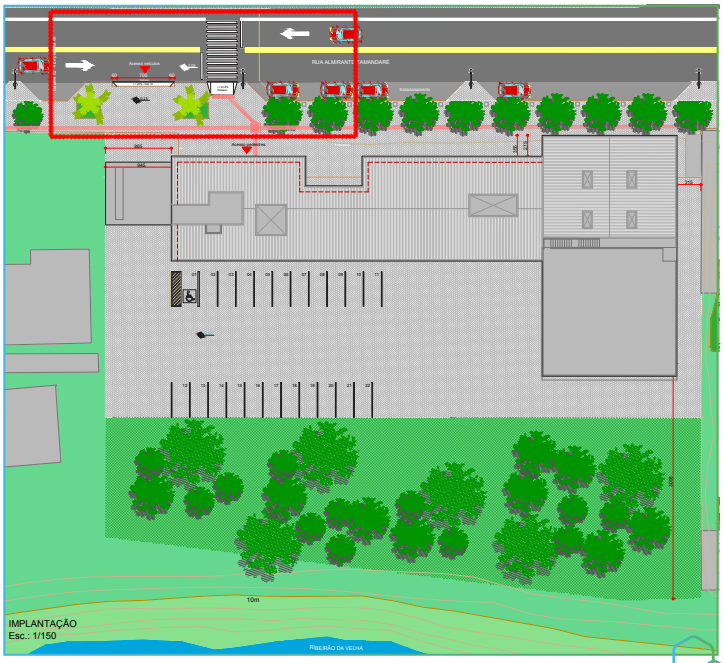
Justificativa de aditivo.

Projeto da recepção e adequação de salas da Prefeitura de Doutor Pedrinho: vistoria *in loco*, projeto da prefeitura passado para o CAD e croqui recepção.

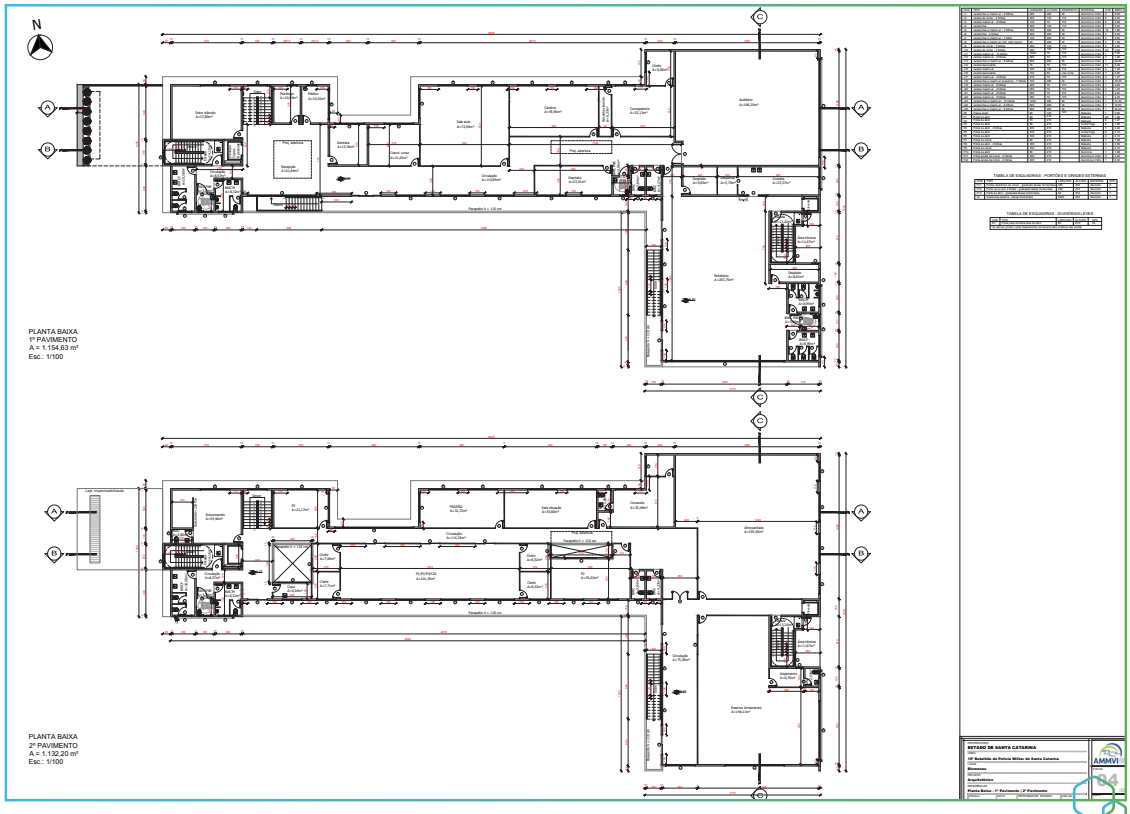


Prancha 01 – planta baixa.

Nova sede do 10º Batalhão de Polícia Militar em Blumenau: aprovação de projeto na Prefeitura de Blumenau, orçamento (R$ 5.431.476,58), memoriais e projeto preventivo de incêndio (em análise).



Prancha 02 – implantação.



Prancha 04 – planta baixa - 1° e 2° pavimentos.

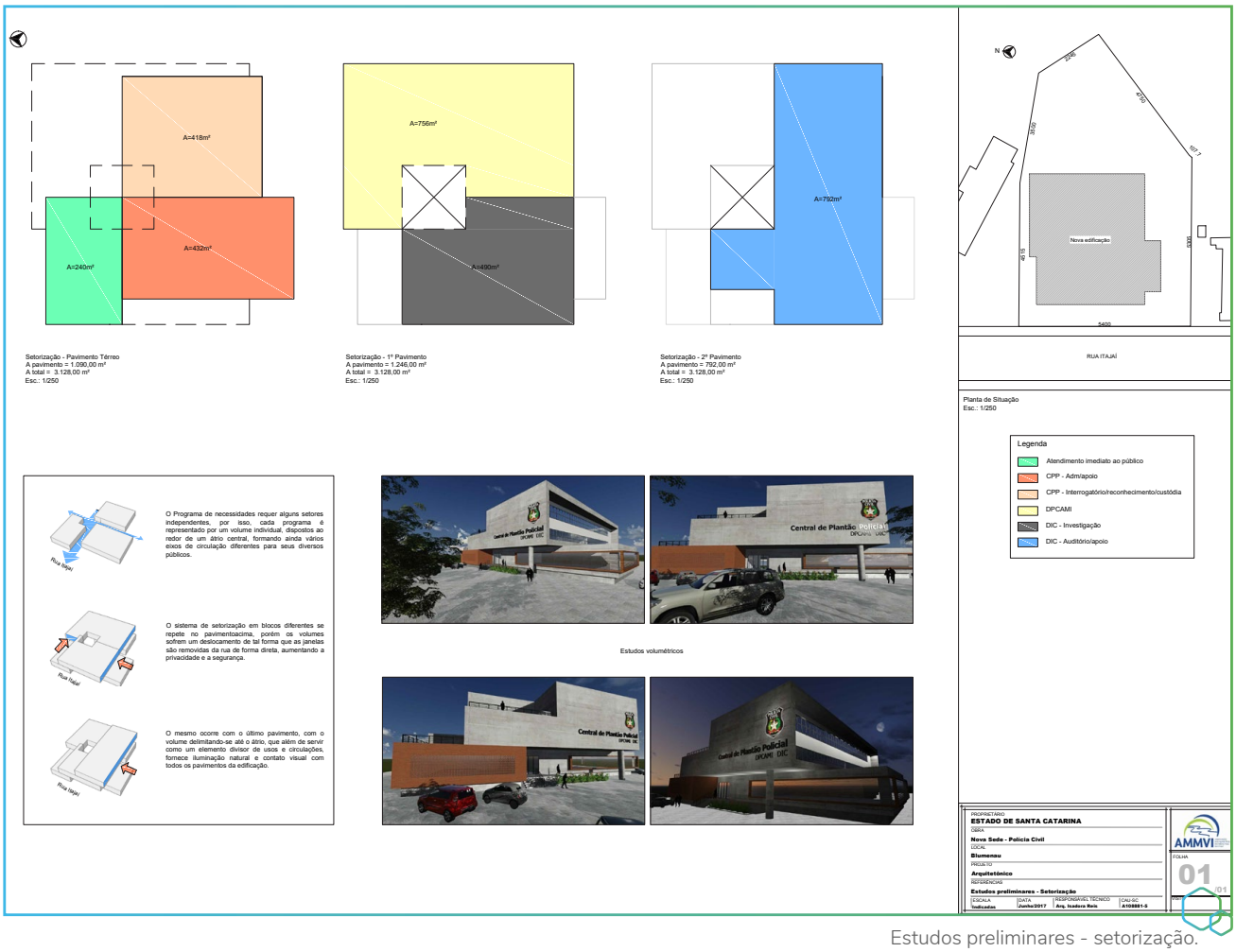


Imagem 3D anteprojeto.

Estudo preliminar da nova central de plantão policial da Polícia Civil de Blumenau: *layouts*, croquis e imagens 3D.



Estudo - imagem 3D.



Estudos preliminares - setorização.

Projeto de revitalização do entorno do pórtico, em Pomerode: vistoria *in loco*, projeto arquitetônico, imagens 3D, orçamento (R$ 101.499,88) e memoriais.





Imagens 3D

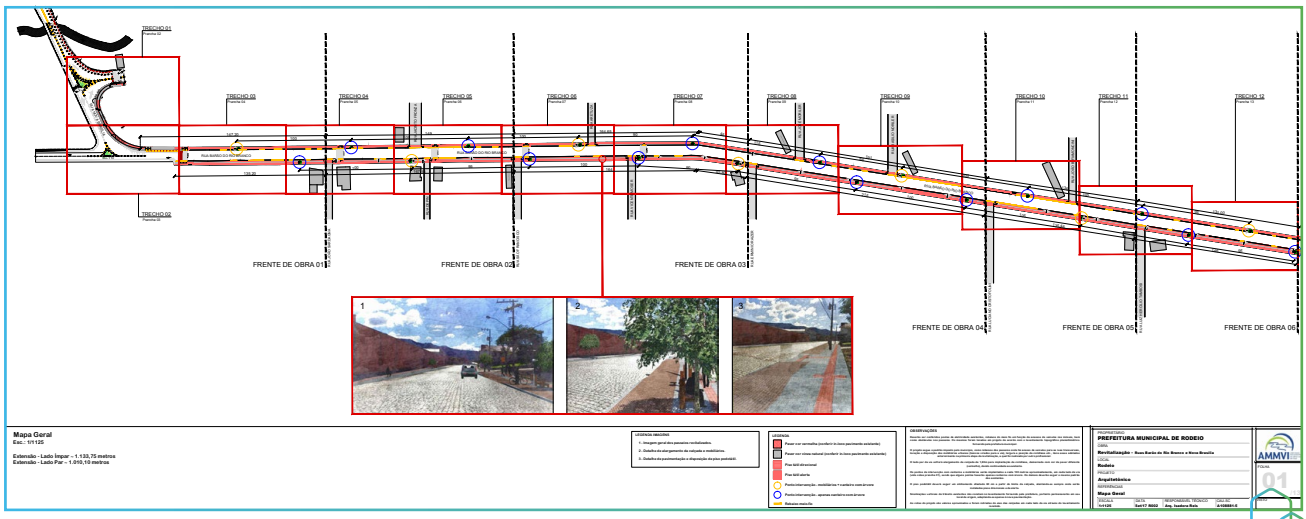
Projeto da Casa de Apoio ao Turista da Praça das Bandeiras, em Benedito Novo: levantamento *in loco*, croqui e imagens 3D.





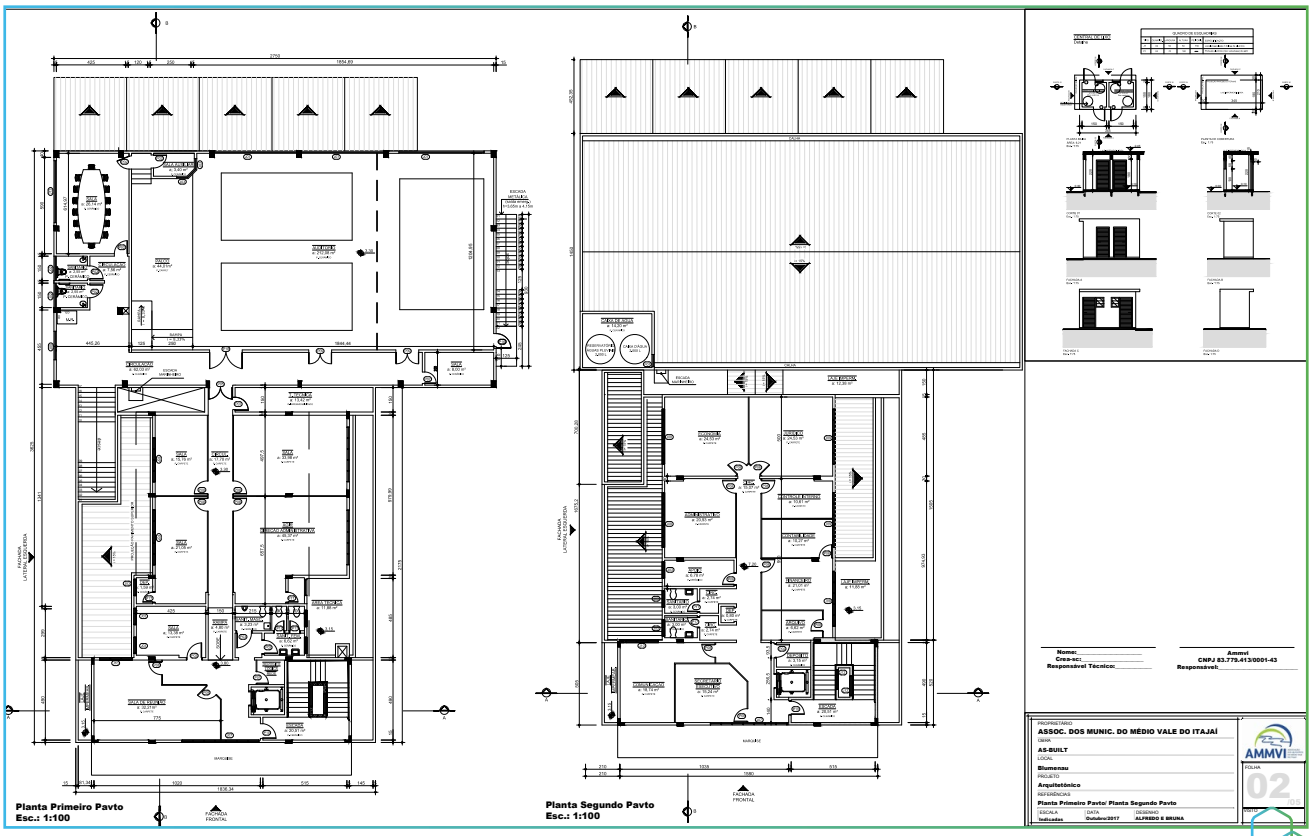
Imagens 3D

Projeto de revitalização de passeio das ruas Nova Brasília e Barão do Rio Branco, em Rodeio: vistoria *in loco*, memoriais, orçamentos (R$ 653.567,85) e projeto, recurso Caixa.

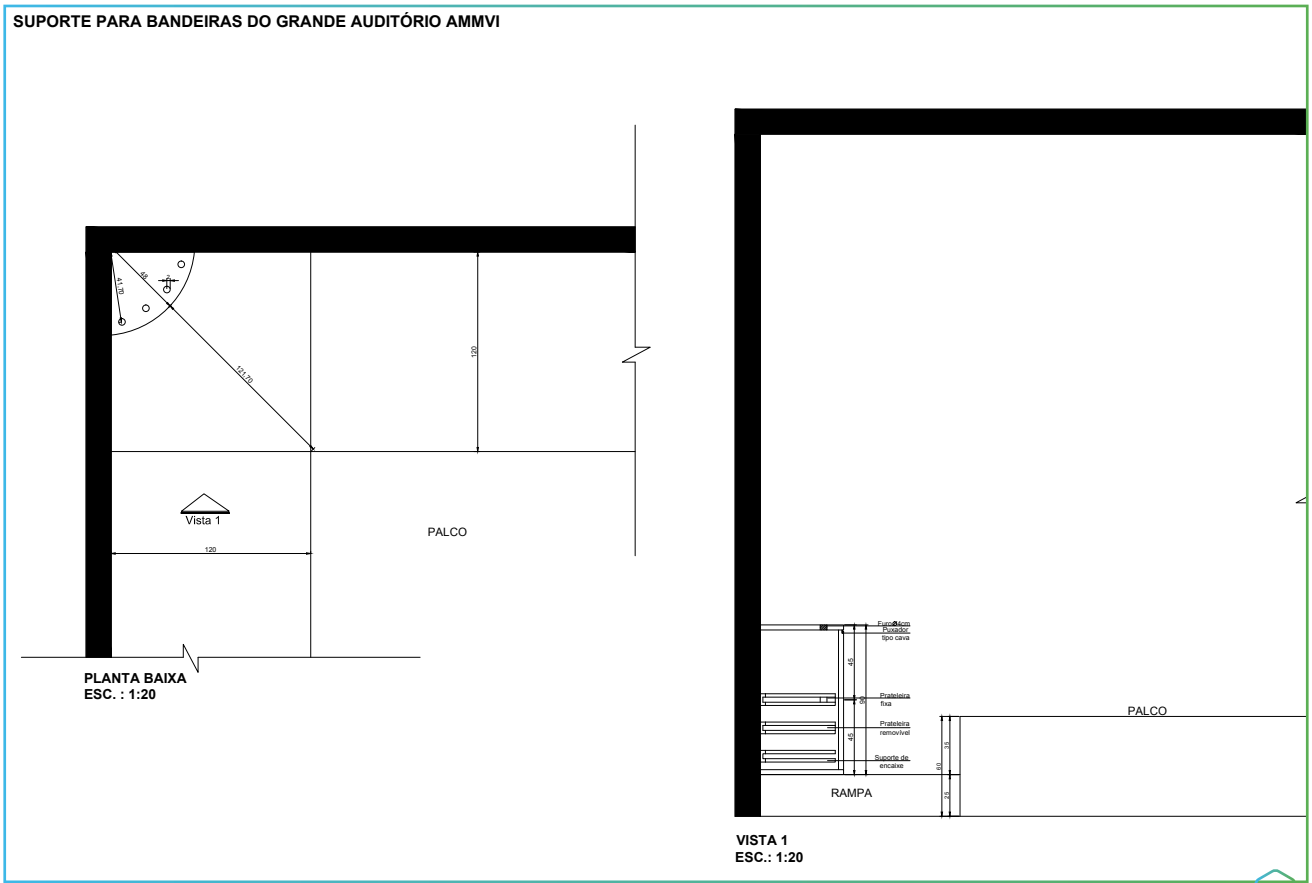


Prancha 01 – arquitetônico – mapa geral.

Built, suporte para bandeiras e propostas de ampliação, sede da AMMVI.

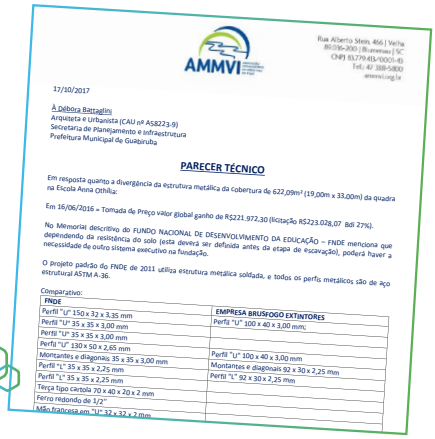


Prancha 02 – arquitetônico - planta baixa primeiro e segundo pavimentos.



Suporte para bandeiras do grande auditório AMMVI.

Parecer técnico de cobertura de quadra da Escola Anna Othília, em Guabiruba: vistoria *in loco*, parecer técnico e análise de planilha de aditivo.



AMMVI

17/10/2017

À Débora Barraglini
Arquiteta e Urbanista (CAU nº A58223-9)
Secretaria de Planejamento e Infraestrutura
Prefeitura Municipal de Guabiruba

PARECER TÉCNICO

Em resposta quanto a divergência da estrutura metálica da cobertura de 622,09m² (19,00m x 33,00m) da quadra na Escola Anna Othília:

Em 16/06/2016 – Tomada de Preço valor global ganho de R$221.972,30 (licitação R$223.028,07 Bdi 27%).

No Memorial descritivo do FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE menciona que dependendo da resistência do solo (esta deverá ser definida antes da etapa de escavação), poderá haver a necessidade de outro sistema executivo na fundação.

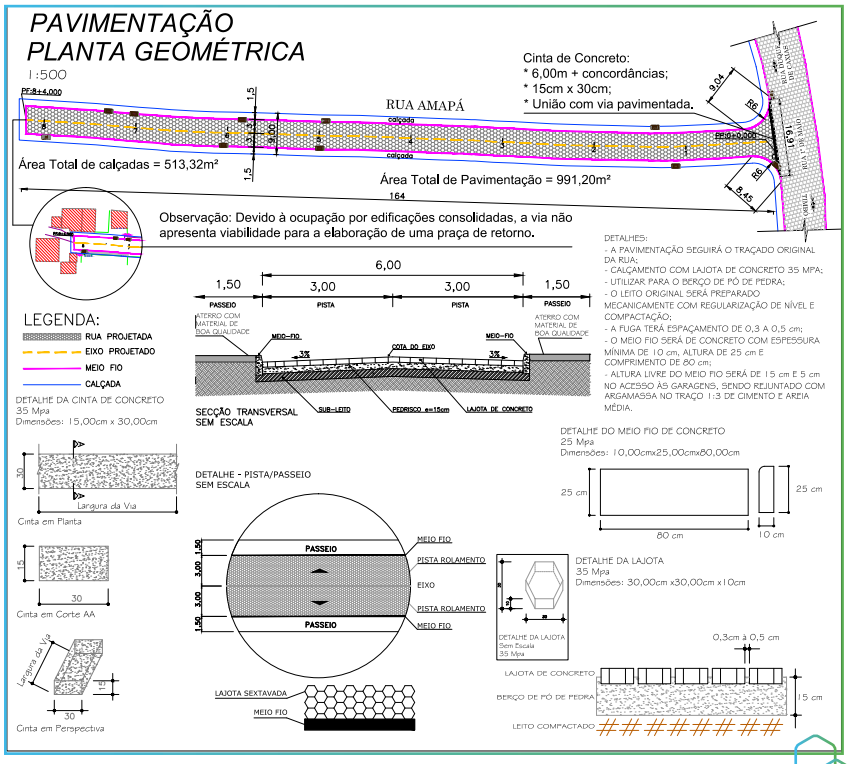
O projeto padrão do FNDE de 2011 utiliza estrutura metálica soldada, e todos os perfis metálicos são de aço estrutural ASTM A-36.

Comparativo:

FNDE	EMPRESA BRUSFOGO EXTINTORES
Perfil "U" 150 x 32 x 3,35 mm	Perfil "U" 100 x 40 x 3,00 mm;
Perfil "U" 35 x 35 x 3,00 mm	
Perfil "U" 35 x 35 x 3,00 mm	
Perfil "U" 130 x 50 x 2,65 mm	Perfil "U" 100 x 40 x 3,00 mm
Montantes e diagonais 35 x 35 x 3,00 mm	Montantes e diagonais 92 x 30 x 2,25 mm
Perfil "L" 35 x 35 x 2,25 mm	Perfil "L" 92 x 30 x 2,25 mm
Perfil "L" 35 x 35 x 2,25 mm	
Terça tipo cartola 70 x 40 x 20 x 2 mm	
Ferro redondo de 1/2"	
Mão-francesa em "U" 37 x 32 x 2 mm	

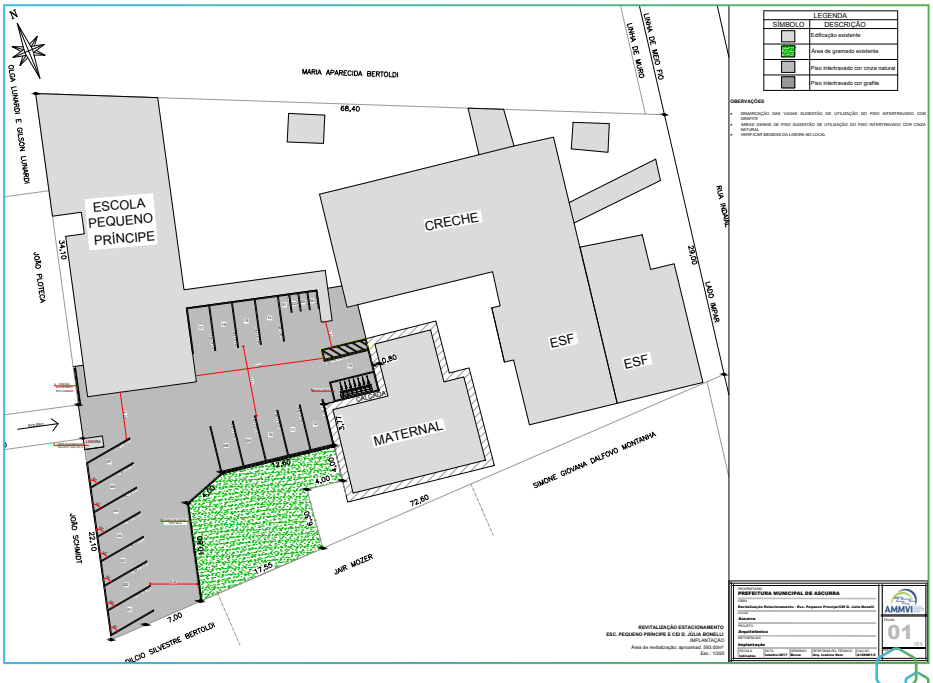
Parecer técnico.

Projeto de pavimentação da Rua Amapá, em Rio dos Cedros: projeto de pavimentação e memoriais.



Prancha 03 – projeto geométrico.

Projeto de revitalização de estacionamento da Escola Pequeno Príncipe e Centro Educacional Infantil Dona Júlia Bonelli, de Ascurra: vistoria *in loco* e layout da revitalização.



Prancha 01 – implantação.

Projeto do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), em Blumenau: reuniões, parecer técnico e análise de memorial de cálculo e aditivo de orçamento – planilha (R$ 46.337,06), recurso Caixa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU	PLANILHA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	- TERMO ADITIVO ACRÉSCIMO -

Programa: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Agente Financeiro: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Blumenau
Contratada: UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Localização: RUA MARGARIDA WALDRICH, 230 - BAIRRO ÁGUA VERDE
Data do Contrato da Empreitada: 29/06/2016
Número do Contrato da Empreitada: 192/2016
Objetivo: CONSTRUÇÃO CRAS - 257,16m²

Início da Obra: 29/06/2016
Término da Obra:

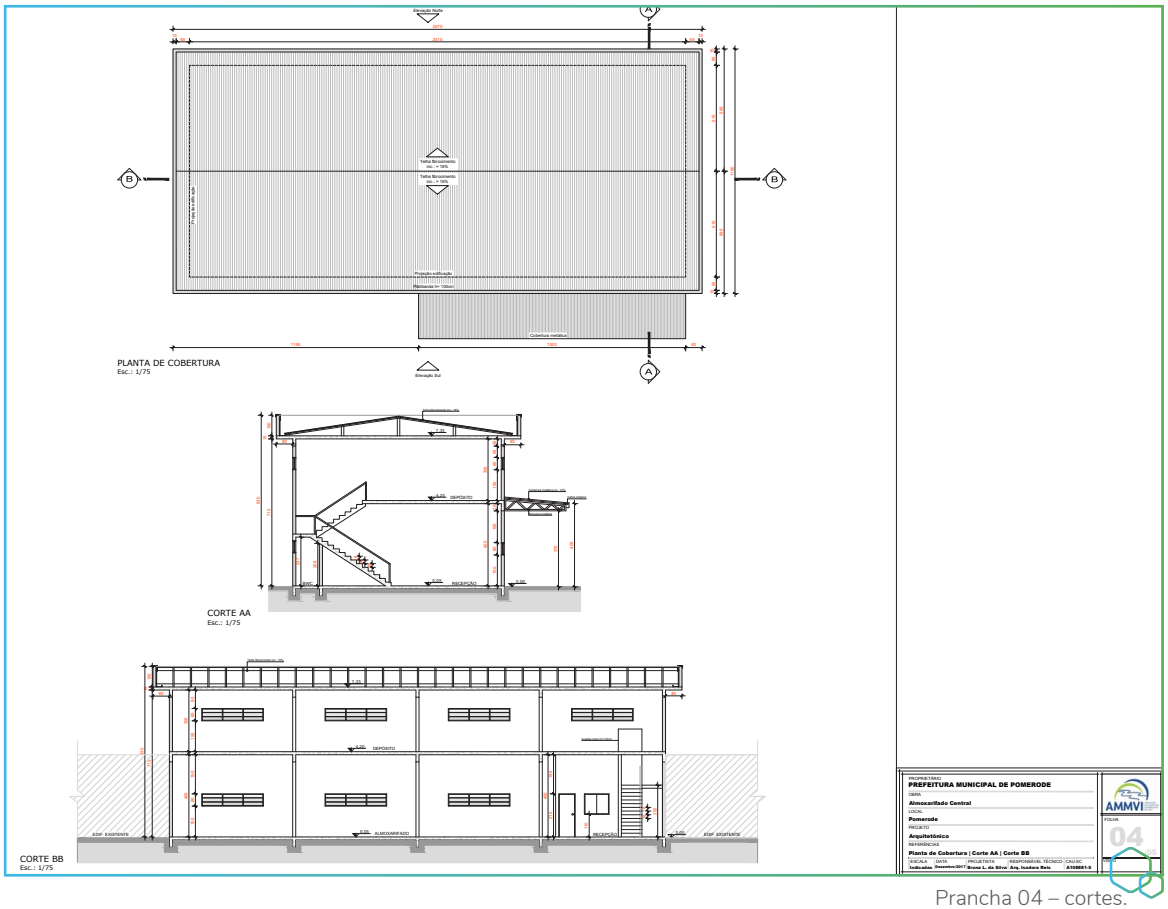
Valor Total do Contrato Atual: R$395.146,83

Período de: 29/06/2016 a 31/10/2017

Item	Discriminação	Unid.	CONTRATO (LICITADO)			SUPRESSÃO		ACRESCIMO		Total Acumulado (Contrato+Adidtivo)	
			Qtde.	Unit. R$	Total R$	Qtde.	Valor R$	Qtde.	Valor R$	Qtde.	Valor R$
01	**Serviços Iniciais**										
01.01	Placa da obra em chapa de aço galvanizado (1,50 m x 2,00 m)	m²	3,00	343,57	1.030,71					3,00	1.030,71
01.02	Instalação/ligação provisória - água / esgoto	unid	1,00	1.372,90	1.372,90					1,00	1.372,90
01.03	Instalação/ligação provisória - elétrica baixa tensão	unid	1,00	1.372,90	1.372,90					1,00	1.372,90
01.04.01	Galpão aberto com estrutura em madeira e telha ondulada 6mm, incluindo piso cimentado com preparo do terreno (Depósito material/ equipamentos com banheiro)	m²	20,00	188,54	3.770,88					20,00	3.770,88
01.04.02	Fechamento de construção temporária em chapa de madeira compensada E=10,00mm. (com reaproveitmanto 2x)	m²		45,96				5,99	275,30	5,99	275,30
01.04.03	Vaso sanitario sifonado com caixa acoplada louça branca padrao medio, Fornecimento e Instalação. (Com reaproveitamento 2x)	unid		180,86				1,00	180,86	1,00	180,86
01.04.04	Assento sanitário de plastico convencional	unid		18,58				1,00	18,58	1,00	18,58
01.04.05	Lavatório PVC Suspenso (com reaproveitamento 2x)	m²		37,86				1,00	37,86	1,00	37,86
01.04.06	Dobradiça em ferro galvanizado 1 3/4 x 2, sem anéis	m²		10,58				6,00	63,46	6,00	63,46
01.04.07	Caixa de descarga de plástico externa, de 9l, puchador de nylon.	m²		23,38				1,00	23,38	1,00	23,38
01.04.08	Tubo de descida externo de PVC para caixa de descarga externa alta - 40mm x 1,60m	m²		7,09				1,00	7,09	1,00	7,09
01.04.09	Engate/ rabicho flexivel plástico (pvc ou ABS) branco 1/2" x 30cm	m²		2,37				1,00	2,37	1,00	2,37
01.04.10	Bolsa de ligação em PVC flexivel para vaso sanitário 1.1/2 40mm	m²		2,03				1,00	2,03	1,00	2,03
01.04.11	Torneira plástica de mesa para lavatório 1/2"	m²		8,64				1,00	8,64	1,00	8,64
01.04.12	Sifão plástico flexível para lavatório 1 x 1.1/2"	m²		6,26				1,00	6,26	1,00	6,26
01.05	Tapume (com portão) de chapa de madeira compensada, e= 6mm, com pintura a cal e reaproveitamento de 2x	m²	93,06	42,77	3.980,18	5,06	216,42			88,00	3.763,76
01.06	Locação convencional de obra, através de gabarito de tabuas corridas pontaletadas a cada 1,50m, sem reaproveitamento	m²	257,16	7,93	2.039,28					257,16	2.039,28
	TOTAL DO ITEM 01				**R$ 13.566,85**		**R$ 216,42**		**R$ 625,84**		**R$ 13.976,26**
02	**Movimentação de Terra (SOMENTE HIDRÁULICA)**										
02.01	Escavação manual de vala em material de 1a categoria ate 1,5m, exluindo esgotamento/ escoramento.	m³	18,00	46,00	828,00	14,37	661,02			3,63	166,98
02.02	Regularização e compactação de vala	m²	45,00	4,36	196,20	45,00	196,20			0,00	0,00
02.03	Reaterro compactado de vala	m³	9,00	52,56	473,04	9,00	473,04			0,00	0,00
02.04	Reaterro de vala com compactação manual	m³		39,68				3,80	150,78	3,80	150,78
02.05	Carga manual de terra em caminhão basculante 6 m³ (descarte)	m³		16,46				3,00	49,39	3,00	49,39
02.06	Carga manual de entulho em caminhão basculante 6 m³ (descarte)	m³		3,47				6,00	20,83	6,00	20,83
	TOTAL DO ITEM 02				**R$ 1.497,24**		**R$ 1.330,26**		**R$ 221,01**		**R$ 387,98**
03	**Estrutura em Concreto Armado**										
03.01	**Fundações - Sapatas Isoladas**										
3.01.01	Escavação manual de vala em material de 1a categoria ate 4,50m	m³	86,55	46,00	3.981,30					86,55	3.981,30
3.01.02	Regularização e compactação de vala	m²	36,00	4,36	156,96					36,00	156,96
3.01.03	Lastro de concreto, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante e=3cm	m³	1,08	440,33	475,55					1,08	475,55
3.01.04	Forma tábua p/concreto s/reaproveitamento	m²	22,30	67,94	1.515,06					22,30	1.515,06
3.01.05	Armação aço CA-50, diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - fornecimento/ corte (perda de 10%) / dobra / colocação	kg	234,00	7,84	1.834,56			111,00	870,24	345,00	2.704,80
3.01.06	Concreto usinado bombeado fck=20mpa, inclusive lançamento e adensamento	m³	7,60	354,68	2.695,57			8,65	3.066,78	16,25	5.762,34

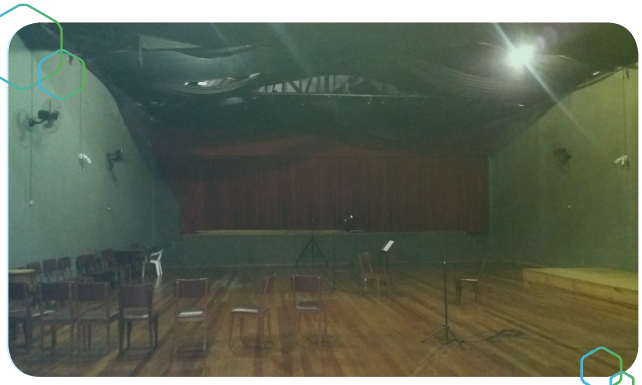
Planilha – termo aditivo acréscimo

Projeto do almoxarifado da prefeitura de Pomerode: vistoria *in loco*, projeto arquitetônico, memoriais e orçamento (R$ 618.006,74).

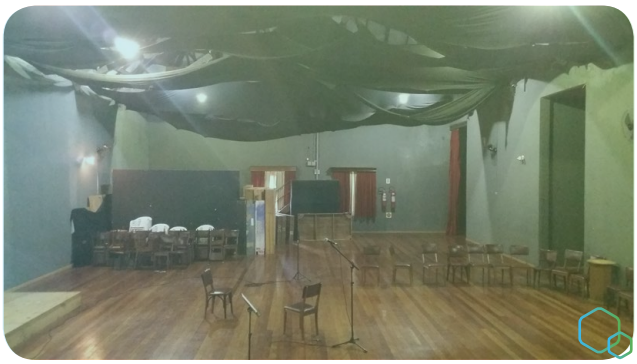


Prancha 04 – cortes.

Auditório da Fundação Cultural de Blumenau: análise técnica, execução de memoriais, revisão e análise do orçamento (R$ 195.767,73), recurso Caixa.



Vista frontal do palco.

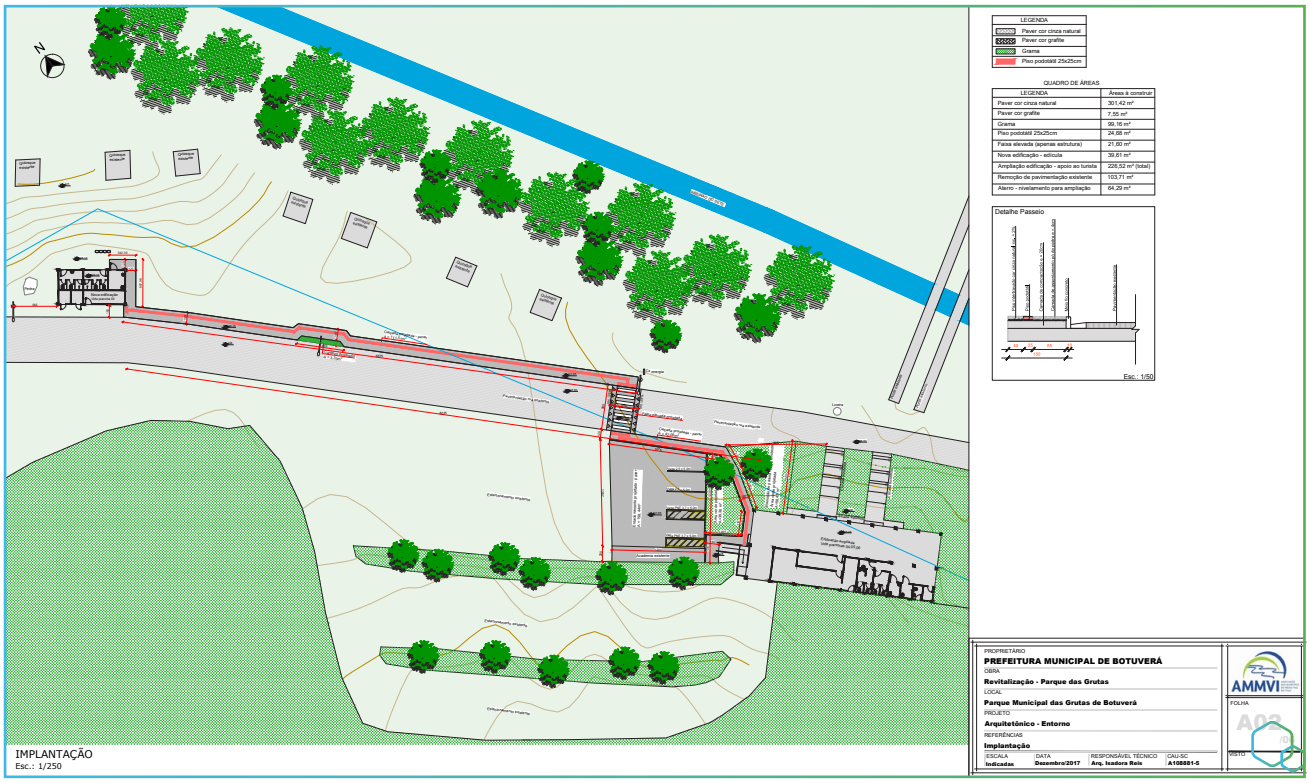


Vista do palco

Projeto de revitalização do Parque das Grutas e Cavernas de Botuverá: vistoria *in loco*, projeto arquitetônico, implantação, pavimentação, memoriais e orçamento (R$ 249.999,18), recurso Caixa.



Apoio ao turista atual.



Prancha A02 - Implantação.

Projeto de revitalização de passeio do bairro Águas Negras, em Botuverá: vistoria *in loco*, projeto arquitetônico, projeto modificativo e memoriais, recurso Caixa.



Prancha 07 – modificativo / arquitetônico – trecho 05.

Projeto preventivo de incêndio para o abrigo para crianças e adolescentes, em Rio dos Cedros: projeto preventivo de incêndio – abrigo de gás.



Local para instalação da central de gás

9. BALANÇO MÉDIO CUSTOS X PROJETOS

A Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da AMMVI elaborou projetos nos últimos quatro anos que, somados, chegam a uma área estimada de **78.505,16 m²**. Caso os municípios tivessem que terceirizar esses serviços, teriam um gasto aproximado com projetos de mais de **1 milhão e meio de reais**. E, no ano de **2017**, os projetos feitos que foram solicitados orçamentos estão orçados num valor total de **R$9.492.511,27**, pronto para licitação.

A Assessoria está apta e atenta a todas as demandas possíveis, sendo que o trabalho é prestado aos municípios por ordem de chegada, ou seja, trabalha-se por ordem de solicitação e, quando necessário, por prioridade e urgência.

10. CURSOS E EVENTOS

3º Seminário Novos Gestores e Legisladores Municipais	8h
XV Congresso Catarinense de Municípios e 2ª Oficina Estadual para Novos Gestores Municipais	30h
Orçamento de Obras e Cálculo do BDI	16h
Soluções para Cidades: Ruas do Futuro	4h
Seminário de Capacitação da Caixa Econômica Federal	5h
Capacitação Fiscalização de Obras	5h
III Encontro Estadual de Gestores Municipais de Convênios e I Seminário Catarinense de Engenharia e Arquitetura no Setor Público	20h
II Seminário Regional de Proteção e Defesa Civil: A gente não pode mudar o passado, mas pode prevenir o futuro	10h
Curso Regularização Fundiária Urbana: Impactos da Lei Federal Nº 13.645/2017 nos Conflitos de Terra	4h
Estrutura de Defesa Civil e Planejamento Urbano	7h
Curso de Licitações Públicas	15h
Integração dos Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito	40h
Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança (QSMS) em Estações de Tratamento de Esgoto com Aproveitamento Energético de Biogás	16h
Seminário de Implementação da ATHIS – Novo Modelo de Cidades para Pessoas	4h
Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo	30h
Oficina Regional de Proteção e Defesa Civil	16h
Reabilitação Urbana com Foco em Áreas Centrais	28h
X Fórum Permanente de Prevenção aos Riscos de Desastres da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí	7h

18 Participações

265 Horas





ASSESSORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

ASSESSORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

A Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente assiste os municípios na implementação das obrigações legais referente as questões ambientais em geral, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico, que abrange abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, resíduos sólidos e limpeza urbana. Cabe ainda a este setor auxiliar os municípios na revisão e implantação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e em articulações junto ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Além disso, fomenta a realização de eventos, reuniões, projetos, banco de dados, campanhas educativas, entre outros, com o fim de promover o desenvolvimento sustentável na região da AMMVI. Desde 2014, possui também a competência de assessorar e intermediar demandas dos municípios relacionadas à agricultura.

Em 2017, a Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente foi responsável pelas seguintes ações:

1. RESÍDUOS SÓLIDOS

Durante o último ano, foi prestado auxílio ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi) na busca de um novo modelo de gestão para o aterro sanitário no município de Timbó, como também para a procura de novas parcerias para a implantação de uma central única de triagem de resíduos sólidos recicláveis para os municípios, a partir de dados e estudos já realizados em anos anteriores. Para isso, foram feitas reuniões, visitas técnicas em empresas, auxílio na captação de recursos junto ao Governo do Estado, entre outros.





Visita técnica no aterro sanitário da empresa ambiental no município de Joinville/SC.

A Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente vem acompanhando ainda as ações para a implantação do projeto de tratamento mecânico biológico (usina de biogás), visando atender a demanda local de tratamento de resíduos sólidos orgânicos. A elaboração de tal projeto se deu conforme convênio firmado, em 2012, com as empresas BN UMwelt e OVVD.





Reunião realizada para discutir sobre o convênio e a usina de biogás.

2. ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A DELEGAÇÃO EMPRESARIAL DE MECKLENBURG-VORPOMMERN

Foi firmada nova parceria, em 3 de fevereiro, entre a AMMVI e a Delegação de Mecklenburg-Vorpommern, chefiada pelo secretário de Estado do Ministério da Economia, do Trabalho e da Saúde do Land Mecklenburg-Vorpommern, Dr. Stefan Rudolph (MWAG). O termo de cooperação visa à parceria nas áreas: gestão de resíduos sólidos, turismo, defesa civil, segurança pública, esgotamento sanitário, lodos das estações de tratamento de água, gestão e transparência pública.

Para início destas parcerias foi preparado material sobre cada área com as principais dificuldades.



Cooperação entre AMMVI e Alemanha.

3. PROJETO DE BENEDITO NOVO FOI SELECIONADO EM PROGRAMA EUROPEU DE COOPERAÇÃO URBANA INTERNACIONAL

Benedito Novo venceu a concorrência de mais de 140 projetos inscritos e foi selecionado no Programa Internacional de Cooperação Urbana (IUC), promovido pela União Europeia (UE). O programa prevê a capacitação técnica entre municípios do continente europeu com a América Latina e Caribe pelos próximos três anos. A inscrição do município no programa contou com o apoio desta Assessoria.



Benedito Novo está entre as cidades brasileiras selecionadas para projeto da EU.

4. REGISTRO DO MODO DE FAZER QUEIJO KOCHKÄSE COMO BEM IMATERIAL

A AMMVI, como Associação representativa da região, foi a entidade proponente do pedido de registro do modo de fazer Queijo kochkäse como bem imaterial ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O evento ocorreu no dia 2 de junho.

A Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente acompanhou todo o processo e contribuiu, junto com o Cosalgri (Colegiado de Secretários Municipais de Agricultura) na obtenção das cartas de anuência necessárias para o registro.







Evento promovido pela AMMVI para entrega do pedido de registro.

5. AMMVI FOI CERTIFICADA COMO EMBAIXADORA AMBIENTAL

No dia 10 de fevereiro, o presidente da AMMVI, José Luiz Colombi, participou do Seminário IGE Sustentável, Lançamento do Ecojornal Gigantes da Ecologia, na Câmara Municipal de Vereadores de Blumenau. Na ocasião, ele recebeu a certificação pelo Instituto Gigantes da Ecologia pelas ações da Associação promovidas na área ambiental, em que a entidade recebe o reconhecimento de embaixadora ambiental.



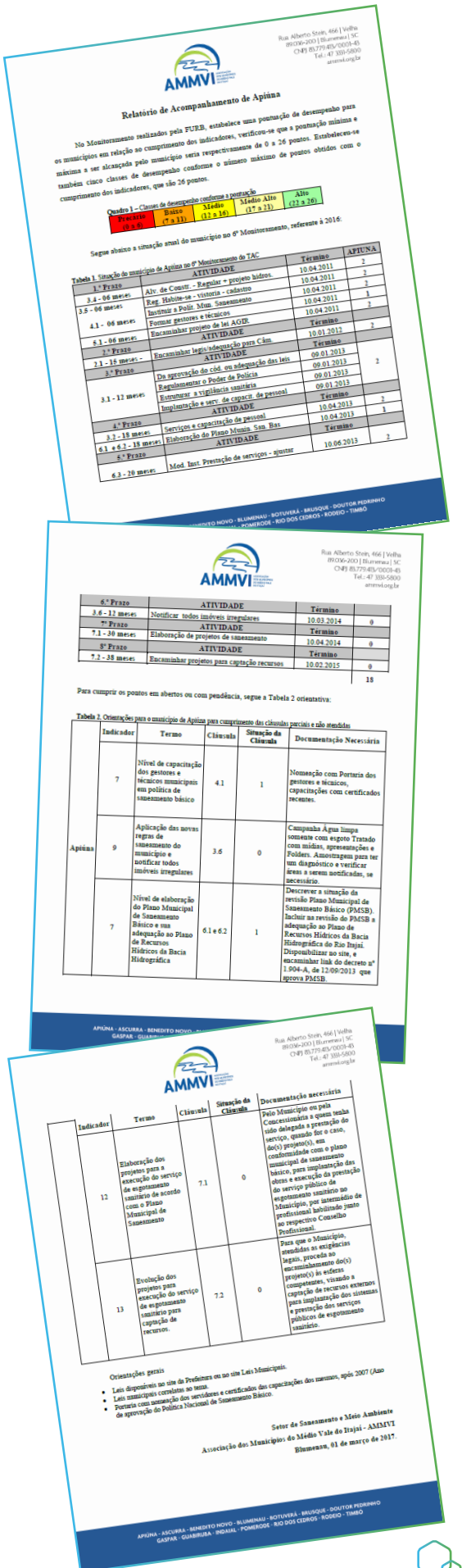
Certificado reconhece ações na área ambiental.

6. AÇÕES COM MINISTÉRIO PÚBLICO

No intuito de auxiliar os municípios no que diz respeito ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) referente ao esgotamento sanitário, as seguintes ações foram realizadas:

6.1 Relatórios de Acompanhamento do TAC

A Assessoria elaborou relatórios de acompanhamento do TAC referente ao esgotamento sanitário para cada município, afim de auxiliá-los nos ofícios que devem ser encaminhados ao MPSC anualmente para comprovação do cumprimento do Termo.



Exemplo de relatório de acompanhamento do TAC.

6.2 Diagnóstico Amostral dos Sistemas Individuais/ Locais de Tratamento de Esgoto

Dentre as questões de maior dificuldade, destacam-se as vistorias nos imóveis irregulares no que se refere aos sistemas individuais (fossa séptica e filtro anaeróbio). Para auxiliar no cumprimento deste item, foi definido realizar amostragem, a fim de diagnosticar a situação dos municípios.

O trabalho realizado no município piloto, Benedito Novo, foi oficialmente finalizado no ano de 2016. Para os municípios de Botuverá e Guabiruba, o diagnóstico foi finalizado no dia 9 de março de 2017. Assim, como em Benedito Novo, foram obtidos resultados satisfatórios no intuito de direcionar ações dos municípios em relação à fiscalização e à manutenção do sistema.



Apresentação na Câmara Municipal de Guabiruba.

Em 2018, a previsão é elaborar o mesmo trabalho do diagnóstico para os municípios de Apiúna, Ascurra, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. Foi realizado em cada um destes municípios treinamento com os Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) para a aplicação dos questionários e a divulgação do trabalho e da Campanha "Água limpa só com esgoto tratado" na área central do município.



Treinamento aos ACS, em Apiúna,realizado dia 23 de agosto de 2017.







Treinamento aos ACS, em Ascurra, realizado dia 22 de agosto de 2017.



Treinamento aos ACS, em Pomerode, realizado dia 30 de agosto de 2017.



Treinamento aos ACS, em Doutor Pedrinho, realizado dia 24 de agosto de 2017.





Treinamento aos ACS, em Indaial, realizado dia 14 de setembro de 2017.



Treinamento aos ACS, em Rio dos Cedros, realizado dia 28 de agosto de 2017.





Treinamento aos ACS, em Rodeio, realizado dia 21 de agosto de 2017.





Treinamento aos ACS, em Timbó, realizado dia 4 de setembro de 2017.

6.3 Ações Após a Realização do Diagnóstico Amostral dos Sistemas Individuais/Locais de Tratamento de Esgoto

A partir do diagnóstico amostral dos sistemas individuais/locais de tratamento de esgoto é possível saber quais as áreas e ações prioritárias em cada município. Desta forma, foram realizadas reuniões junto ao Cimvi para buscar soluções conjuntas a partir da atuação do Consórcio, como também elaborados diversos levantamentos, tais como das empresas atuantes na região e de valores de limpeza dos sistemas individuais/locais.

6.4 Capacitação em Sistemas Individuais/ Locais de Tratamento de Esgoto Doméstico e/ou Sanitário

Foram promovidas capacitações direcionada aos servidores municipais dos municípios da AMMVI, com o intuito de melhorar a fiscalização dos sistemas individuais/locais de tratamento de esgoto doméstico e/ou sanitário, proporcionando conhecimento sobre os sistemas de fossa séptica e unidades complementares de tratamento, abordando as normas referente aos mesmos (ABNT NBR 13.969 e ABNT NBR 7.229).



Capacitação para os servidores municipais realizada em 13 de setembro de 2017.

6.5 Campanha "Água Limpa, só com Esgoto Tratado"

A AMMVI fomenta junto aos municípios, desde 2015, uma campanha com o objetivo de conscientizar a população sobre a necessidade de instalação e manutenção periódica dos sistemas individuais/locais de tratamento de esgoto.

Para esta campanha foi criado um spot e orçamentos para circular a campanha nas rádios da região. No momento, vem sendo divulgado pelo aplicativo WhatsApp.

Você sabia que...

...1 litro de esgoto pode contaminar até 100 litros de água? Que 80% das doenças são provenientes da água contaminada? Trate seu esgoto e cuide de você, pois apenas R$1 investido em saneamento, R$4 são economizados em saúde. Implante e faça a manutenção periódica do sistema fossa e filtro de sua casa. Mas se o município já tem rede coletiva de tratamento de esgoto, se liga na rede! Essa é uma campanha da AMMVI e dos Municípios do Médio Vale do Itajaí.

Se liga, água limpa só com esgoto tratado!!! Quem previne, preserva.

6.6 Projetos de Esgotamento Sanitário

Os municípios de Apiúna, Benedito Novo, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio foram selecionados na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) para a obtenção de recursos para a elaboração de Projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário, os quais seriam contratados através de licitação no início do exercício de 2016.

A fim de obter novas informações referente à contratação e aos projetos, encaminhou-se, no dia 5 de maio, mais um ofício à Fundação Nacional de Saúde (Funasa). No entanto, da mesma forma como o ofício encaminhado em 2016, não se obteve retorno da Fundação em relação ao assunto.


AMMVI

Ofício nº 178/2017

Blumenau, 05 de maio de 2017.

Ao Senhor
ADENOR FIOVESAN
Superintendente Estadual
Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Florianópolis/SC

Assunto: projetos de esgotamento sanitário

Senhor Superintendente,

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí-AMMVI, recebeu o Ofício nº 560/Diesp/Suest/SC, o qual informava que no início do exercício de 2016 seriam realizadas as contratações para a elaboração de projetos de esgotamento sanitário, para todos os municípios selecionados do estado de Santa Catarina, sendo contemplados Apiúna, Benedito Novo, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio na região do Médio Vale.

Nesse sentido, encaminhamos o Ofício nº 202/2016 em 26 de setembro de 2016 à esta Superintendência solicitando informações sobre o andamento da elaboração destes projetos da Funasa na área de esgotamento sanitário nos municípios supracitados. Não obtivemos retorno sobre o mesmo, dessa forma, reforçamos o pedido de informações através deste.

Retemos que tais informações são imprescindíveis para a AMMVI e os municípios acima citados, uma vez que realizamos o monitoramento das ações em saneamento básico dos municípios para cumprimento da legislação federal e do Termo de Ajustamento de Conduta assinado junto ao Ministério Público de Santa Catarina.

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ

AMMVI

Contando com vossa habitual atenção e ao aguardo de retorno com brevidade, renovamos protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

José Leoni Colombi
Presidente
Prefeito de Botuverá

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo

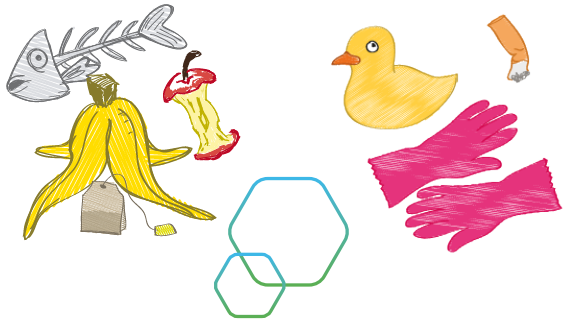
BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ

7. CAMPANHA INTERNA DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL AOS COLABORADORES DA AMMVI E CONSÓRCIOS

A campanha interna de conscientização ambiental com os colaboradores da AMMVI e dos consórcios (Cimvi, Cisamvi e Agir), que é realizada desde junho de 2015, abordou os seguintes temas neste ano:

- Você sabe a diferença entre resíduo seco e resíduo úmido?





- Dia 01 de março – Dia do Turismo Ecológico: visita no Município de Botuverá





- Dia 05 de junho - Dia Mundial do Meio Ambiente

- Pilhas, baterias e lâmpadas





8. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)

Neste ano, foram realizadas reuniões de revisão dos PMSB com os técnicos municipais e elaboração do termo de referência para licitação.









Reuniões para tratar da revisão do PMSB.

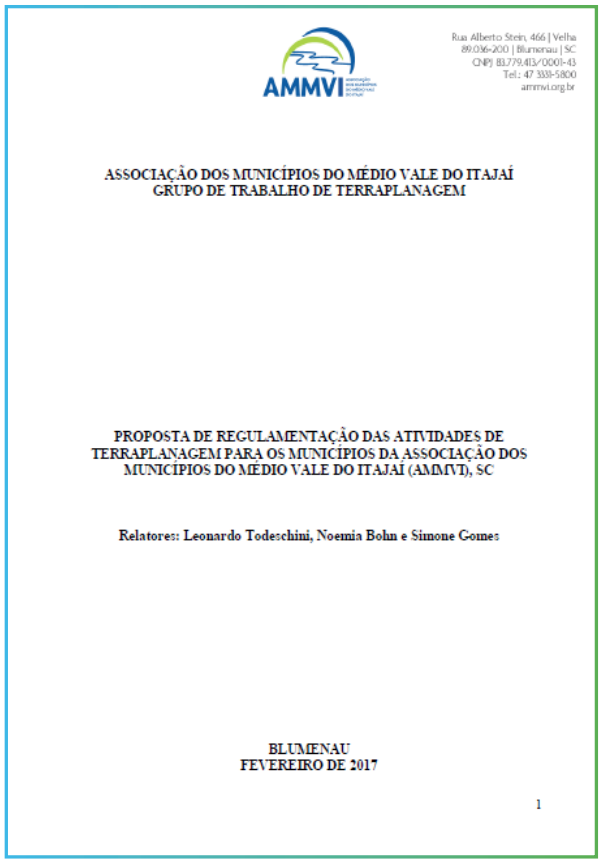
9. GRUPOS DE TRABALHO (GT)

9.1 GT Terraplanagem

Em 2017 foi finalizada a proposta de regulamentação das atividades de terraplanagem para os municípios da AMMVI. A ação foi feita com a parceria da coordenadora regional de Meio Ambiente do MPSC e do município de Indaial. A proposta já está implantada nos municípios de Indaial, Guabiruba e Rodeio.



Apresentação da proposta aos prefeitos.



AMMVI

Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3333-5800
ammvi.org.br

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
GRUPO DE TRABALHO DE TERRAPLANAGEM

PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TERRAPLANAGEM PARA OS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), SC

Relatores: Leonardo Todeschini, Noemia Bohn e Simone Gomes

BLUMENAU
FEVEREIRO DE 2017

1

Neste ano, aconteceu ainda a entrega dos mapas de áreas suscetíveis à inundação com a utilização do Modelo HAND (modelo digital) para os municípios pilotos: Indaial e Rio dos Cedros.

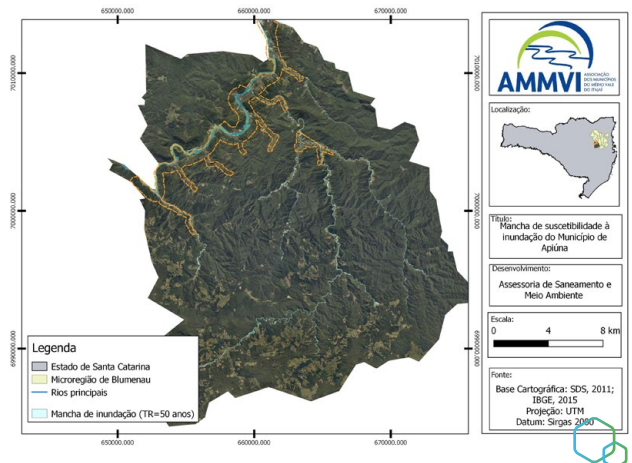




Entrega dos mapas de áreas suscetíveis à inundação.

A AMMVI obteve, junto à diretoria de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), o mapeamento de risco à inundação de todos os municípios do Médio Vale do Itajaí, elaborados por uma consultoria da Inglaterra e contratados pelo Banco Mundial.

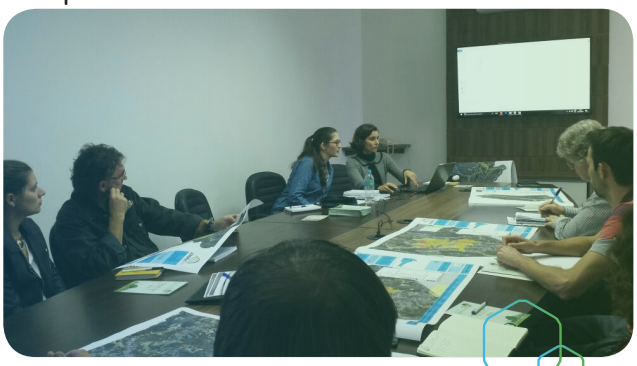




Exemplo de mapeamento de risco à inundação.

9.2 GT Diagnóstico Socioambiental

A equipe da Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente vem coordenando a elaboração do diagnóstico socioambiental com vistas à definição dos núcleos urbanos informais dos municípios. O GT foi constituído em parceria com a Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente e é composto por profissionais da Universidade Regional de Blumenau (Furb) e por técnicos das prefeituras associadas à AMMVI.



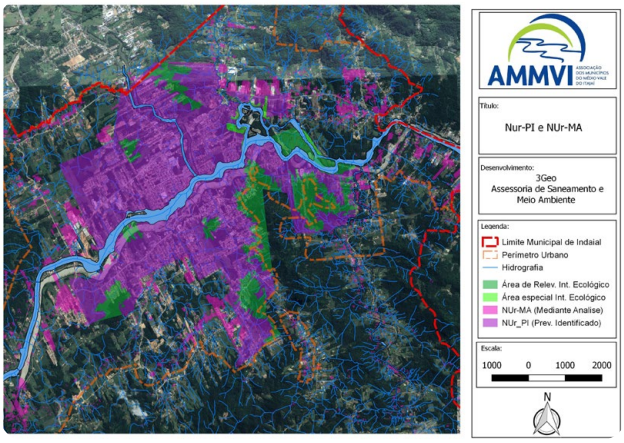


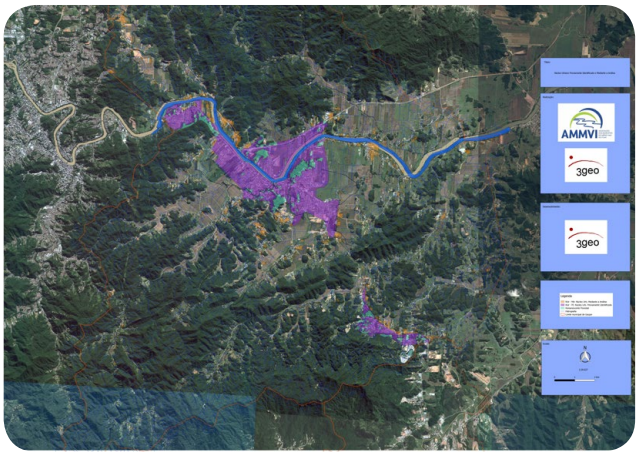


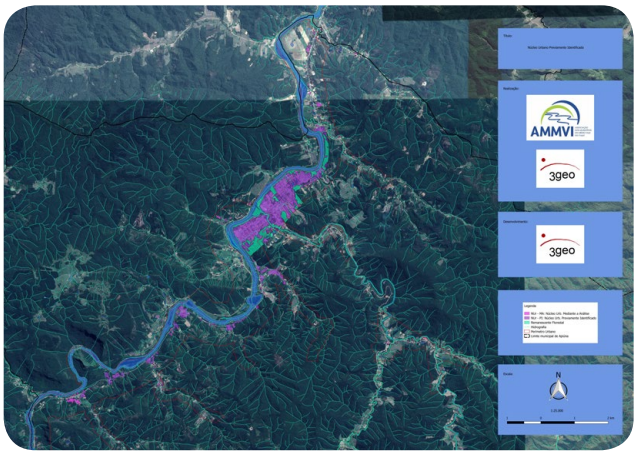


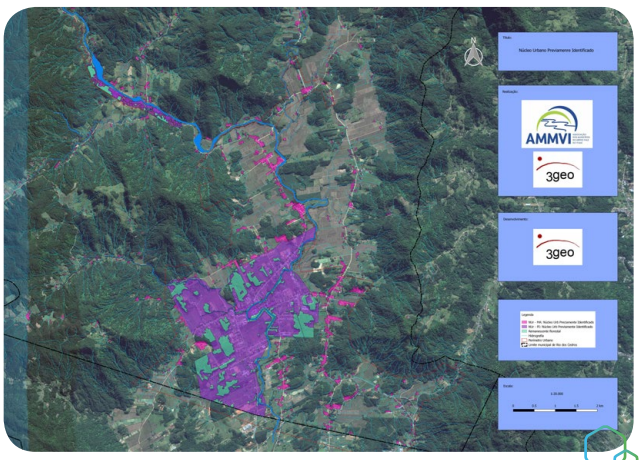
Reuniões para construção do diagnóstico socioambiental.

Em 2017 foi finalizado o estudo para Apiúna, Gaspar, Indaial e Rio dos Cedros.









Estudo entregue aos municípios.

A AMMVI promoveu capacitação sobre regularização fundiária urbana e os impactos da Lei Federal nº 13.645/2017 nos conflitos de terra, no dia 22 de novembro.





Capacitação sobre regularização fundiária realizada na AMMVI.

9.3 GT Lodo de ETA

Este GT objetiva regularizar a situação das Estações de Tratamento de Água (ETA's) nos municípios. Em 2017, foram feitas reuniões com técnicos municipais, servidores dos Serviços Autônomos Municipais de Água e Esgoto (Samae) e da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), Promotoria Regional e com empresas para busca de soluções. Além disso, foram feitos orçamentos para análises de viabilidade e projetos futuros.



Capacitação sobre regularização fundiária realizada na AMMVI.

9.4 GT Kochkäse

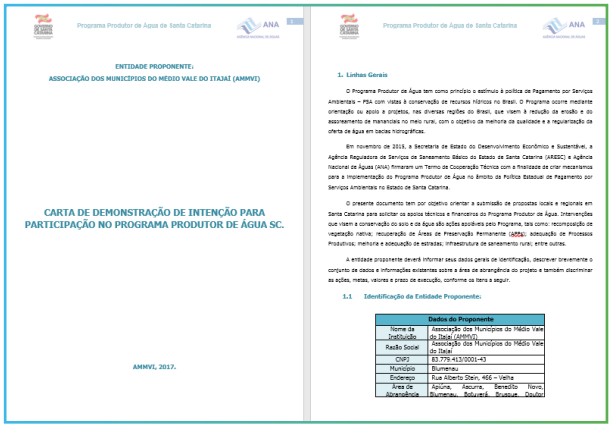
O GT Kochkäse visa à regulamentação técnica do queijo Kochkäse. O regulamento técnico foi finalizado após oito reuniões realizadas neste ano. O Projeto de Lei nº 0509.3/2017, que dispõe sobre a produção e a comercialização do queijo artesanal köchkase, foi protocolado pela deputada Ana Paula Lima e pelo deputado Jean Kuhlmann em 28 de novembro.



Reuniões para tratar da proposta de regulamentação técnica.

10. PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA SC

O programa Produtor de Água SC tem como princípio o estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) com vistas à conservação de recursos hídricos no Brasil. Carta de demonstração de intenção para participação no programa foi elaborada e encaminhada à SDS para posterior encaminhamento à Agência Nacional de Águas (ANA). A Agência sinalizou a intenção de realizar um edital de chamamento para o Estado até o fim do primeiro semestre de 2018 com as demandas que foram elencadas nas cartas de intenções.



Programa Produtor de Água de Santa Catarina

ENTIDADE PROPONENTE:
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI)

CARTA DE DEMONSTRAÇÃO DE INTENÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA SC.

AMMVI, 2017.

Programa Produtor de Água de Santa Catarina

1. Linhas Gerais

O Programa Produtor de Água tem como princípio o estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA com vistas à conservação de recursos hídricos no Brasil. O Programa ocorre mediante orientação ou apoio a projetos, nas diversas regiões do Brasil, que visem à redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, com o objetivo de melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas.

Em novembro de 2015, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (ARESC) e Agência Nacional de Águas (ANA) firmaram um Termo de Cooperação Técnica com a finalidade de criar mecanismos para a implementação do Programa Produtor de Água no âmbito de Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina.

O presente documento tem por objetivo orientar a submissão de propostas locais e regionais em Santa Catarina para solicitar os apoios técnicos e financeiros do Programa Produtor de Água. Intervenções que visem à conservação do solo e de água são ações apoiáveis pelo Programa, tais como: recomposição de vegetação nativa, recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs); adequação de Processos Produtivos; melhoria e adequação de estradas; infraestrutura de saneamento rural; entre outras.

A entidade proponente deverá informar seus dados gerais de identificação, descrever brevemente o conjunto de dados e informações existentes sobre a área de abrangência do projeto e também discriminar as ações, metas, valores e prazo de execução, conforme os itens a seguir.

1.1 Identificação da Entidade Proponente:

Dados do Proponente	
Nome da Instituição	Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI)
Razão Social	Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí
CNPJ	83.779.413/0001-43
Município	Blumenau
Endereço	Rua Alberto Stein, 466 – Velha
Área de Abrangência	Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor

11. COMITÊ DO ITAJAÍ

No dia 30 de outubro, a assessora de Saneamento e Meio Ambiente assumiu a Secretaria Executiva do Comitê do Itajaí. Dentre as atribuições está a de secretariar as reuniões, adotar providências técnico-administrativas para assegurar o pleno funcionamento dos órgãos integrantes do Comitê, elaborar as atas das reuniões e demais ações que possam contribuir com as atividades da instituição.

Nesse sentido, já auxiliou na elaboração de um parecer técnico para a Câmara de Assessoramento Técnico (CAT), na correção das provas aplicadas para a contratação de técnico de nível superior 1 da Fundação Piava, na indicação de palestrantes para o Fórum de Desastres, entre outros.



Nova diretoria eleita do Comitê do Itajaí

12. COLEGIADOS

A Assessoria coordenou as reuniões dos Colegiados de Saneamento Ambiental e de Agricultura, mantendo constante contato com os gestores e secretários para orientação e solução de conflitos, atuando ainda como secretaria geral das reuniões.

Colegiado de Secretários Municipais de Agricultura - Colsagri

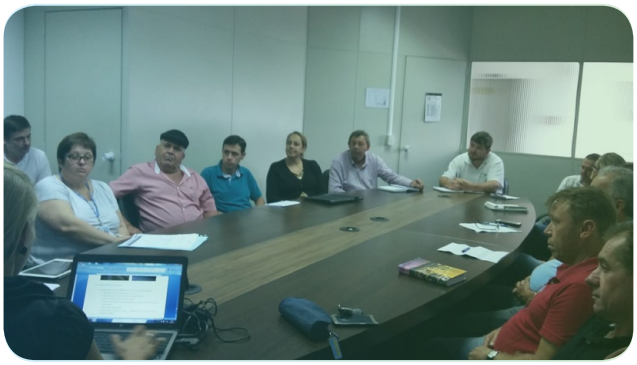
- **5** Reuniões
- **2** Visitas Técnicas
- **96** Participações

Discussões e andamentos:

- Acompanhamento do Cadastro Ambiental Rural.
- Conhecimento referente ao Projeto Kochkäse.
- Visita técnica aos produtores de cogumelos de São João Batista e Nova Trento.
- Visita técnica no município de Guabiruba.
- Ofício AMMVI nº 378 à Fecam - dificuldades com relação à gestão, prestação de serviços, parcerias com outras entidades, entre outros.
- Programas municipais de incentivos para agricultura e modalidades de prestação de serviços.



Reuniões do Colsagri.







Reuniões do Colsagri.

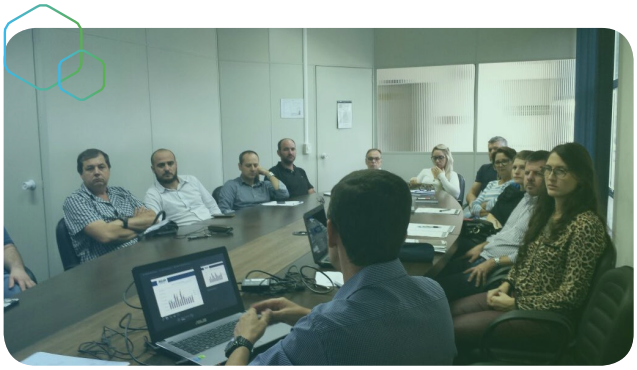
Colegiado de Gestores de Saneamento Ambiental

6 Reuniões

120 Participações

Discussões e andamentos:

- Estudo do custo dos resíduos sólidos dos municípios da AMMVI.
- Lei de pagamentos por serviços ambientais.
- Adequação dos Conselhos para Controle Social de Saneamento Básico.
- Revisão do Plano de Saneamento Básico – Termo de Referência e Plano Plurianual (PPA).
- Diagnóstico amostral dos sistemas individuais de tratamento de esgoto e sua replicação.
- Campanha Água limpa só com esgoto tratado – SPOT.
- Plano Intermunicipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- Plano Estadual de Resíduos Sólidos.
- Termo aditivo Fatma – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.
- Mapeamento de suscetibilidade à inundação.







Reuniões do Colegiado de Saneamento Ambiental.

13. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E

25 de janeiro	Seminário Monitoramento dos TACs do Saneamento
9 e 10 de fevereiro	Curso de Comunicação Verbal e Mídia Training
10 de fevereiro	Seminário IGE Sustentável
14 de fevereiro	3º Seminário Novos Gestores e Legisladores Municipais
14 a 16 de fevereiro	XV Congresso Catarinense de Municípios e 2ª Oficina Estadual para Novos Gestores Municipais
31 de março	Gestão e Planejamento Territorial - Zoneamento Ambiental Municipal
4 de abril	Evento de divulgação da elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos
3 de maio	Capacitação para Atualização de Metas do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB
29 de maio a 18 de agosto	Medidas de Redução de Perdas de Água em Redes de Abastecimento
2 de junho	Registro do modo de fazer Queijo Kochkäse como bem imaterial
13 de junho	Apresentação do diagnóstico de sistemas individuais/locais na Câmara Municipal de Guabiruba
20 de junho	Programa de Licenciamento Ambiental: O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi)
30 de junho	Palestra ministrada sobre Resíduos Sólidos Urbanos junto ao Programa "Prestando Serviços com Cidadania", voltada prioritariamente aos apenados que cumprem pena de prestação de serviços à comunidade
6 de julho	Operação Adequada de Lavras a Céu Aberto
10 de julho	APP Urbana - Diagnóstico Socioambiental. A Nova Regularização Fundiária - MP 759 dez16 e PVL 12 maio17
10 de julho a 11 de setembro	Curso a distância de autoinstrução - Planos de Saneamento Básico
18 de julho	Apresentação Programa Rio Limpo
25 a 27 de julho	Curso Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos
25 de julho a 8 de agosto	Curso Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos
25 de julho a 14 de agosto	Curso Plano de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Água
29 de julho a 29 de agosto	Curso Sustentabilidade na Administração Pública
29 de julho/2017 a 29 de janeiro/2018	Curso Apoio à Implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar nos Territórios
3 de agosto	Capacitação sobre Regularização Fundiária
17 de agosto	Palestra sobre tratamento por zona de raízes

12 de setembro	**Apresentação do panorama dos resíduos sólidos em Santa Catarina – Plano Estadual de Resíduos Sólidos**
13 de setembro	**Capacitação em Sistemas Locais/individuais de Tratamento de Esgoto Doméstico e/ou Sanitário**
26 de setembro	**Entrevista Rádio Página 2 - Timbó**
27 a 29 de setembro	**X Congresso Brasileiro de Regulação**
13 de novembro	**Apresentação da Proposta de Regulamentação de Terraplanagem na Câmara Municipal de Benedito Novo**
22 de novembro	**Capacitação em Regularização Fundiária/Diagnóstico Socioambiental**
11 de dezembro	**Estudos de prospecção e escolha do cenário de referência – Plano Estadual de Resíduos Sólidos**

14. REPRESENTAÇÕES EXTERNAS

- Câmara Técnica de Vigilância Sanitária.
- Comitê do Itajaí.
- Diretoria do Comitê do Itajaí.
- Câmara de Assessoramento Técnica – CAT do Comitê do Itajaí.
- Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Meio Ambiente – Cegema.
- Colegiado dos Secretários Municipais de Agricultura de Santa Catarina – Cosasc.



EXPEDIENTE

Relatório de Atividades da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí de 2017

Balanço Social

Supervisão Geral
José Rafael Corrêa

Coordenação
Michele Prada

Produção de Conteúdo
Alexandre Carvalho Brigido, Beatriz Padilha, Célio Francisco Simão, Isadora Reis, José Rafael Corrêa, Luiz Claudio Kades, Michele Prada, Richard Buchinski, Simone Gomes, Vanessa Cristina de Sousa, Wagner Carlos dos Passos Amorim.

Revisão
Michele Prada

Projeto Gráfico e Diagramação
Tamiris Espíndola

Fotos
Michele Prada, Gilberto Viegas, Isadora Reis, Fecam.

Janeiro/2018





AMMVI

Rua Alberto Stein, 466 - Velha
CEP 89036-200 - Blumenau/SC
(47) 3331-5800
ammvi@ammvi.org.br
ammvi.org.br